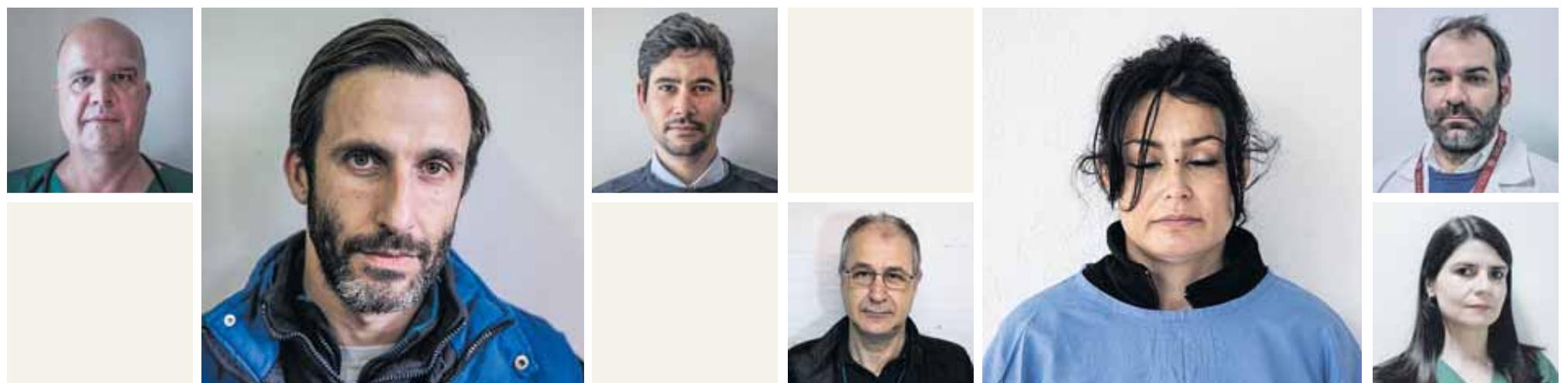




um mês **na linha da frente**



DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Confinamento, “apesar do bom tempo lá fora”

Novo estado de emergência levanta cerca sanitária em Ovar e prevê celebrações de trabalhadores com distância social. O PÚBLICO revela o decreto de execução que mantém restrições sociais e económicas, mas celebra o 1.º de Maio

São José Almeida

A permissão de celebrações condicionadas do 1.º de Maio e o levantamento da cerca sanitária de Ovar, com a passagem deste concelho a um regime restritivo menos pesado, são as novidades do decreto de execução do terceiro período do estado de emergência, aprovado ontem pelo Conselho de Ministros, a que o PÚBLICO teve acesso. Todas as restrições à circulação e ao exercício de sectores da economia e dos serviços mantêm-se inalteráveis em relação ao anterior período do estado de emergência.

Sobre o 1.º de Maio, é permitida a “participação em actividades relativas às celebrações oficiais do Dia do Trabalhador, mediante a observação das recomendações das autoridades de saúde, designadamente em matéria de distanciamento social”. Estabelecido é que “as forças e serviços de segurança articulam com as centrais sindicais a organização e a participação dos cidadãos”. Serão, assim, celebrações condicionadas. Como

salientou a ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, na conferência de imprensa do final do Conselho de Ministros de ontem, não se realizarão manifestações.

As condições de Ovar

Já sobre a entrada do concelho de Ovar no regime nacional do estado de emergência, à meia-noite de dia 18 de Abril, o decreto estabelece que “é interdita a circulação e permanência de pessoas na via pública, incluindo as deslocações com origem ou destino no referido concelho, excepto as necessárias e urgentes”. E estas são as que se aplicaram já no anterior período de estado de emergência para o período da Páscoa.

As empresas terão regras restritas. “O funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços de empresas localizadas no concelho de Ovar” obedecerá a “um nível de ocupação do número de trabalhadores em permanência no estabelecimento que garanta o afastamento num perímetro mínimo de três metros entre postos de trabalho”.

Outras condições são “o uso obrigatório de máscara por parte de todos os

trabalhadores que se encontrem dentro do estabelecimento” e “a limitação da utilização em um terço, em simultâneo, da capacidade dos espaços comuns de convívio, incluindo cantinas”. As empresas têm também de cumprir as “normas e orientações da Direcção-Geral da Saúde em vigor para o respectivo ramo de actividade”.

É proibida a “prestação de trabalho por indivíduos maiores de 60 anos ou sujeitos ao dever especial de protecção, nomeadamente imunodeprimidos e portadores de doença crónica” que integram grupos de risco, “designadamente hipertensos, diabéticos, doentes cardiovasculares, portadores de doença respiratória crónica e doentes oncológicos”. Ficam em funcionamento “a comissão municipal de protecção civil de Ovar” e “o respectivo plano municipal de emergência de protecção civil em execução”.

Tudo na mesma

Mantêm-se todas as restrições que vigoraram até agora. Aliás, na conferência de imprensa, a ministra Mariana Vieira da Silva fez questão de frisar: “Durante estes 15 dias – apesar do bom tempo lá fora –, estamos nas



Foram libertados 1181 reclusos

O ministro da Administração Interna revelou ontem que até ao momento foram libertados 1181 reclusos, na sequência das medidas excepcionais aprovadas para combater o surto de covid-19, e que não está prevista nenhuma legislação adicional nesta matéria. Ainda assim, falta conhecer os indultos que serão decididos pelo Presidente da República, provavelmente depois do 25 de Abril — por tradição, este processo abrange poucos reclusos e apenas inclui os mais idosos ou mais doentes.

De acordo com a ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, já foi aprovada toda “a legislação necessária para que o processo possa prosseguir”. Eduardo Cabrita acrescentou que esta matéria foi tratada durante o segundo estado de emergência “e que

agora cabe ao Governo executar”. O ministro sublinhou ainda que já estão estabelecidos “os mecanismos de acompanhamento pelas forças de segurança, designadamente na forma de apresentações periódicas adequadas” aos que beneficiam de saídas precárias por 45 dias.

Durante a semana que agora termina, foram libertados 1164 reclusos pelos tribunais de execução de penas, número a que começam a somar-se a estas saídas precárias. Segundo dados do Ministério da Justiça, poderão beneficiar deste último regime cerca de mil presos, parte dos quais poderão nunca regressar à prisão, caso tenham bom comportamento e atinjam o período a partir do qual já podem ser colocados em liberdade condicional. **Liliana Borges e Ana Henriques**



ADRIANO MIRANDA

Hoje, Ovar já não acordará em clima de cerca sanitária. É uma das poucas novidades do novo estado de emergência

“Em vez de estar em cima do palco, estou nas redes sociais”

Liliana Borges

O 1.º de Maio leva milhares de trabalhadores às ruas. Este ano, a covid-19 desafia os sindicatos a procurarem outras formas de luta

Sem desfiles, sem manifestações, mas com uma luta ainda maior para levar à rua. A duas semanas do Dia do Trabalhador, os sindicatos preparam-se para reajustar as comemorações às restrições impostas. O decreto do terceiro estado de emergência (que vigorará até 2 de Maio) prevê que possam ser feitas celebrações desde que as recomendações das autoridades de saúde sejam cumpridas e exista articulação entre as forças de segurança e os parceiros sociais. As preocupações para com os trabalhadores são feitas em uníssono, mas os planos para o 1.º de Maio dividem-se: enquanto a CGTP manterá algumas acções de rua, a UGT preferiu não arriscar e vai apostar nas redes sociais.

Este será o primeiro Dia do Trabalhador que Isabel Camarinha celebrará enquanto secretária-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). As circunstâncias são extraordinárias, reconhece ao PÚBLICO. “Além do ataque do vírus, há um ataque aos direitos dos trabalhadores que está a ser feito generalizadamente pelas entidades patronais”, acusa. Apesar de ter cancelado desfiles e manifestações que juntam “milhares de trabalhadores”, Isabel Camarinha garante que o dia continuará a ter “bandeiras, intervenção e som” nas ruas, em várias cidades do país, “porque é fundamental dar voz às reivindicações”. “É um reajustamento, mas que garante em absoluto a protecção da saúde de todos”, venceu, adiantando que também a presença nas redes sociais será reforçada. Os pormenores das acções

de rua serão definidos na segunda-feira, pela comissão executiva da central sindical.

Do lado da União Geral de Trabalhadores (UGT) não houve hesitações em cancelar os compromissos previstos e adaptar as comemorações da data às actuais circunstâncias. “Não há concentrações nem há desfiles”, resume secretário-geral da UGT, Carlos Silva, ao PÚBLICO. A razão é simples: “Não há condições para isso.”

Todos os anos, a UGT escolhe uma cidade diferente para assinalar a data. Este ano, o destino previsto era Vila Real, em Trás-os-Montes. “Até já tínhamos o artista contratado!” No entanto, os riscos de contágio alteraram os planos da estrutura sindical, ainda antes de ser implementado o estado de emergência.

“Não foi preciso o assunto ganhar a proporção que ganhou” para que se decidisse que a prioridade fundamental era “preservar a saúde das pessoas e evitar preocupações e pânico”, sublinha Carlos Silva. Mas nem por isso a data – que este ano “ganha um simbolismo ainda maior” – será negligenciada. Trata-se apenas de um reajuste aos novos tempos. “Não vou dizer aos meus colegas para virem para a rua, quando eu subscrevi um

documento para nos rodearmos das máximas cautelas na retoma da economia, pedindo que se evitem ajuntamentos e mantenha distanciamento social”, justifica.

“Em vez de estar em cima de um palanque ou de um palco, como é habitual, estou nas redes sociais”, simplifica o líder da UGT. Carlos Silva acredita até que a mensagem irá chegar a mais pessoas do que é habitual. Do palco para as plataformas, a celebração *online* do 1.º de Maio coloca a UGT “em qualquer parte do mundo”, argumenta. Além de as pessoas estarem interessadas em informar-se junto dos sindicatos sobre os seus direitos, “estão todas agarradas aos computadores em casa, as que estão em teletrabalho, e as que não estão também acompanharão através das notícias e das redes sociais”, vinca.

O secretário-geral da UGT afirma ainda que os sindicatos têm tido uma procura acrescida, “o que mostra uma consciencialização de que o movimento sindical faz falta”. “É um balão de oxigénio que mostra a necessidade de existirem sindicatos com responsabilidade”, argumenta dirigente máximo da central sindical.

liliana.borges@publico.pt

NUNO FERREIRA SANTOS



Pode haver comemoração do 1.º de Maio, mas não manifestação

mesmas circunstâncias em que estávamos até aqui.”

Continua a ser “obrigatória a adopção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitam”. Assim como permanece em vigor o “confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde, no respectivo domicílio ou noutro local definido pelas autoridades de saúde” para “os doentes com covid-19 e os infectados com SARS-Cov-2”. A violação desta regra “constitui crime de desobediência”. E vigora o “dever especial de protecção” para os grupos de risco, ou seja, para “maiores de 70 anos” e “imunodeprimidos e portadores de doença crónica, como “hipertensos, diabéticos, doentes cardiovasculares, portadores de doença respiratória crónica e doentes oncológicos”.

Activo está o “dever geral de recolhimento domiciliário” para todos os cidadãos, nos mesmos termos do anterior estado de emergência. Permanecem as normas de funcionamento dos transportes públicos.

Nada muda quanto aos estabelecimentos que obrigatoriamente têm de

estar fechados e os que podem abrir. Nomeadamente, o sector da restauração e da venda de bens alimentares ou das farmácias, que tem de continuar em regime de *take away*, atendendo os clientes e disponibilizando os produtos à porta ou obedecendo às regras de ocupação de espaço por um mínimo de pessoas, de dois metros. Os estabelecimentos “devem atender com prioridade as pessoas sujeitas a um dever especial de protecção”.

Continua interdita “a realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que impliquem uma aglomeração de pessoas”. Todo o regime em vigor até aqui, sob estado de emergência, para os funerais se mantém, nomeadamente a norma que estabelece “a fixação de um limite máximo de presenças, a determinar pela autarquia local que exerça os poderes de gestão do respectivo cemitério”. Sobre esta questão, o ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, salientou que não é possível obrigar a que as pessoas respeitem o distanciamento social numa cerimónia fúnebre.

sao.jose.almeida@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Diário da
pandemia



Fitch baixa perspectiva do rating de Portugal

A agência de notação financeira norte-americana Fitch baixou ontem a perspectiva do rating de Portugal de “positiva” para “estável”, devido aos efeitos da pandemia de covid-19 na economia nacional, mas manteve a classificação em BBB.

Dez ideias, de líderes parlamentares e deputados únicos, para o mês que aí vem



1. PS: evitar a insolvência

Um dos principais desafios que se colocam à economia nacional é o de evitar somar às dificuldades resultantes dos últimos meses a destruição de valor e de postos de trabalho que resultariam de uma vaga descontrolada de insolvências.

Para isso, será necessário garantir que existem alternativas, designadamente facilitando a aprovação de planos de recuperação para empresas viáveis, em especial, através de instrumentos com pouca ou nenhuma intervenção dos tribunais, como é o caso do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas ou do Processo Especial de Revitalização. O acesso a estes instrumentos deverá ser alargado, para que as empresas possam reestruturar a sua dívida e continuar no mercado, preservando postos de trabalho e, assim, reduzindo a pressão sobre o sistema previdencial.

Neste contexto, será ainda fundamental garantir que o Estado, enquanto credor por créditos fiscais ou contributivos, fale a uma só voz e seja mais flexível quanto às suas próprias condições de pagamento.

A opção por instrumentos de recuperação, preventivos e extrajudiciais é, de resto, o caminho apontado pela Directiva Europeia sobre Reestruturação Preventiva (em fase de transposição) e está em linha com algumas das reformas já em curso noutros países, como é o caso da Holanda, do Reino Unido ou dos EUA.” Ana Catarina Mendes



2. PSD: controlo de preços e das margens de lucro

“O nosso principal desafio para o próximo mês é conseguir continuar a conter a pandemia e ao mesmo tempo conseguir planear a abertura gradual da nossa economia, sem ceder ao vírus; sendo certo que esta guerra só será ganha na sua plenitude quando tivermos uma vacina, o que irá ainda demorar muitos meses. Por isso mesmo, é imperativo retomar a chamada ‘normalidade’ e evitar que a crise económica e social atinja proporções ainda maiores.

Para esse regresso, vamos ter de ser exigentes connosco e com os outros. Temos de continuar a cumprir as regras de distanciamento social, aderir ao uso generalizado das máscaras e não descuidar a tão importante parte da higienização. Foi a pensar nestas medidas que o PSD propôs no Parlamento a redução do IVA das máscaras e dos produtos desinfetantes para 6%, tendo apelado ao controlo dos preços e contenção das margens de lucro dos novos bens de primeira necessidade.

Mas tão importante como as medidas do imediato, é fundamental começar já a programar o médio prazo, o que nem sempre tem acontecido no nosso país. Portugal tem de estar preparado para uma eventual nova vaga da doença no próximo inverno; nessa altura, temos de ter uma melhor oferta hospitalar, com uma organização em rede, capaz de responder aos doentes da covid-19, mas também aos



outros doentes, mais e melhores meios de protecção individual e, ainda, conseguir reforçar o sistema imunológico das pessoas em geral; tendo o PSD proposto, para o efeito, a redução para a taxa mínima de IVA dos nutrientes que estejam cientificamente comprovados como necessários ao reforço do nosso sistema imunológico.

Aprender com a actual situação e preparar melhor o futuro é decisivo para este combate. Os portugueses em geral e aqueles que estão na primeira linha de combate merecem o nosso louvor e serão sempre o melhor exemplo que podemos dar.” Adão Silva

3. BE: defesa do emprego

“Perante a crise económica que se abre diante de nós, a prioridade tem de ser a defesa do emprego.

Impedir os despedimentos e reintegrar os trabalhadores que foram despedidos desde o início da crise é o que protege agora o rendimento das famílias e, com isso, a economia do país.

Esta é uma medida que defende os trabalhadores, recuperando do desemprego os milhares de precários que foram entretanto despedidos, dando garantias sobre o seu futuro imediato. Mas é, também, uma medida fundamental para a economia, por assegurar o funcionamento do mercado interno num momento em que as relações económicas internacionais estão brutalmente reduzidas e há muitos bens essenciais que temos de passar a produzir.

A retoma económica será tão mais capaz quanto mais tivermos



conseguido manter a nossa capacidade produtiva. Cada emprego protegido hoje será menos um desempregado por resgatar amanhã. A sensatez levou a que esta medida tenha sido implementada em países como Espanha ou Itália. O tempo urge e Portugal deve fazê-lo agora.” Pedro Filipe Soares

4. PCP: fim do estado de emergência

“Há muita gente a fazer confusão entre medidas de combate à pandemia e estado de emergência, mas são duas coisas diferentes.

As medidas de contenção foram decididas antes e à margem do estado de emergência. O distanciamento social, a lavagem ou desinfecção das mãos, a redução das saídas de casa ou o encerramento das escolas são medidas que terão de se manter para lá do fim do estado de emergência e que só podem ser levantadas de forma gradual.

O estado de emergência não era necessário para as medidas que foram tomadas e foi desproporcional porque os portugueses cumpriram-nas de forma generalizada. No entanto, o estado de emergência tem servido de pretexto para despedimentos abusivos, cortes de salários, imposição de férias forçadas, imposição de bancos de horas e outras violações dos direitos dos trabalhadores. E tem servido também os grandes grupos económicos que transformaram o combate à pandemia num negócio chorudo



e se apropriam de recursos públicos (como acontece com as verbas do *layoff*).

Pôr fim ao estado de emergência não significa pôr fim às medidas de contenção que devem continuar a ser cumpridas, significa travar todos esses abusos e arbitrariedades que arruinam a vida dos trabalhadores e comprometem o futuro do país.” João Oliveira

5. CDS: passaportes imunitários

“A ideia que se segue é muito óbvia: preparar o regresso a uma vida mais normal, pôr a economia a funcionar e os portugueses a selectivamente poderem sair para as suas actividades. Para isso, mais do que uma boa ideia é essencial garantir que existem condições e indicações para um uso de máscaras e que estas estejam disponíveis, bem como as soluções alcoólicas. A avaliação só possível através da massificação de testes, do nível de imunidade da população instituindo um sistema de ‘passaportes imunitários’. E a garantia de protecção dos mais frágeis. Melhor ideia ainda era uma vacina, mas isso não depende de nós.” Telmo Correia

6. PAN: economia mais justa

“É difícil imaginar como estaremos daqui a um mês, quando dias antes de surgir este surto não imaginávamos que pudéssemos ser atingidos por

Ginásios pressionam

A associação representativa dos ginásios apresentou várias medidas ao Governo para a retoma da actividade nos clubes de *fitness*, como limitar a capacidade das aulas a uma pessoa por cada quatro metros quadrados.

Situação em Portugal

Em 17 Abril às 12h30



Fonte: DGS



Infectados na Madeira são 54

A Madeira registou mais um caso positivo de covid-19, elevando para 54 os doentes infectados no arquipélago, que regista sete novos recuperados. Trata-se de um caso de “transmissão local” no concelho de Câmara de Lobos.



uma crise desta dimensão.

A crise que vivemos, além do impacto na nossa saúde, repercute-se em múltiplas dimensões, como a económica, social, laboral e até ecológica. Se antes da covid-19, além de um orçamento excedentário e de uma economia em recuperação, traçávamos planos para o cumprimento de objectivos tão relevantes para as diferentes esferas da nossa vida, como os da Agenda 2030 ou da descarbonização, hoje podemos ter pela frente uma das maiores recessões da história.

Precisamos de políticas corajosas e solidárias, tanto ao nível interno como da União Europeia, que coloquem as pessoas e o respeito pelo planeta (e todas as espécies) no topo das prioridades, assente em opções orçamentais que, evitando a austeridade, captem recursos junto de interesses instalados.

Se há ideia que podemos preservar para daqui a um mês é a necessidade de garantir um novo modelo de desenvolvimento, assente numa economia mais justa e sustentável, rejeitando a lógica de produção voraz até aqui prosseguida.” Inês Sousa Real

7. PEV: reflectir sobre imoralidades

“Se tudo correr bem, e nós esperamos que sim, o mês de Maio poderá representar o início de uma longa caminhada, com vista ao regresso à normalidade. Uma caminhada que se adivinha longa e que o bom senso recomenda que seja progressiva e cautelosa.

Mas a dimensão desta caminhada também está muito



dependente da forma como o Governo conseguir dar resposta a problemas que persistem. Desde logo, a onda de despedimentos que se está a verificar, com algumas empresas, sobretudo as grandes, a aproveitarem a situação para despedir e despedir. Mas também é urgente retirar dos bancos o poder discricionário de decidir que empresas podem aceder às linhas de crédito, mesmo quando reúnem os requisitos legais, obrigando muitas MPME ao encerramento. São necessárias respostas para os agricultores que não conseguem escoar os produtos. É também destas respostas que dependerá o tamanho da caminhada que poderá começar em Maio. Mas Maio também deveria representar o início de uma reflexão sobre a forma como produzimos, consumimos e vivemos, de reequacionar a importância do papel do Estado na economia, de avaliar as PPP, os paraísos fiscais ou outras imoralidades que nos fomos habituando a aceitar.” José Luís Ferreira

8. IL: estratégia para testes

“De entre as várias prioridades imediatas, destacaríamos a necessidade de uma estratégia de longo prazo de testes, tanto virológicos como serológicos. É essencial definir quem, quando, como e em que situações alguém vai ser testado e com que tipo de testes.

Sem uma estratégia de testes não é possível proteger os profissionais de saúde e todos os



outros portugueses que asseguram os serviços essenciais. Também não será possível programar a capacidade do sistema de saúde para continuar a tratar dos doentes quer nesta fase quer em possíveis vagas posteriores da epidemia. Sem testes é impossível gerir o regresso à actividade económica e à vida social, dando às pessoas a necessária confiança de que os riscos que correm são controlados. Só os testes permitem tomar decisões informadas sobre a reabertura de escolas, de empresas, de fronteiras, de estabelecimentos comerciais ou de actividades lúdicas e desportivas. Todas estas decisões são importantes, todas estão relacionadas entre si. Os pais que não trabalham porque a escola dos filhos está fechada ou porque a sua empresa teve um trabalhador infectado, são as mesmas pessoas que não terão rendimentos para frequentar restaurantes, assistir a um espectáculo, assistir ou praticar desporto ou viajar no país.

Portugal continua muito longe de ter uma estratégia de testes, e a falta de transparência nesta matéria tem sido a regra desde o início da crise. Actualmente, seis semanas depois do primeiro caso confirmado, o Governo não fez qualquer esforço para aumentar o número de termocicladores nos laboratórios, nem evidencia interesse em constituir stock de testes virológicos *multiplex* que aumentariam a capacidade de testar para o triplo. Já quanto aos testes serológicos, estamos ainda mais atrasados. Apesar das múltiplas insistências da Iniciativa Liberal, tudo o que está previsto é um teste-piloto (!) para Maio.” João Cotrim de Figueiredo



9. Chega: reabrir o país

“Os portugueses foram os reais heróis deste primeiro mês de estado de emergência, cumprindo à risca o determinado pelo Governo, mostrando grande espírito de sacrifício em prol do seu bem e do bem comum. Porém, as altas esferas do Estado não darão o exemplo, quando deviam ser as primeiras a fazê-lo. Pediram aos cidadãos que celebrassem a Páscoa em casa, longe da família, mas vão celebrar o 25 de Abril no Parlamento, juntando centenas de pessoas num espaço fechado. O Chega continuará a apoiar o Governo nas medidas de prevenção e da retoma da economia que sejam eficazes e que não atentem contra os direitos dos cidadãos. O próximo mês será de desafios e é fundamental que o executivo conte com a oposição que não pode desistir de o escrutinar. A democracia não está suspensa. Agora é tempo de reabrir o país, com confiança, para que não tenhamos de voltar atrás nestas medidas, tal como sucedeu em Singapura. Empresas e famílias precisam de sentir que o Estado é seu parceiro e não apenas um cobrador de impostos que se esquece de pagar as suas próprias dívidas aos seus concidadãos.” André Ventura

10. J.K.M.: profissão essencial

“As restrições impostas não serão todas levantadas no próximo mês para continuarmos a fazer face



à emergência sanitária, o que faz todo o sentido. O último mês foi catastrófico para muitas pessoas e famílias que viram os seus empregos destruídos, os seus pequenos negócios em baixa e as diferentes situações de emergência social e económica fazem-se sentir de forma visível.

As condições de confinamento mostram-nos desigualdades gritantes, a exclusão de trabalhadores informais e precários, a exclusão digital de estudantes, condições de habitabilidade impróprias e indignas de muitas famílias e cidadãos, a necessidade do Estado de tomar para si o cuidado da população idosa, de investir no SNS e nos seus profissionais, mas também de tomar para si entidades que foram privatizadas como os CTT. Todos percebemos hoje que as pessoas socialmente mais vulneráveis correspondem às que mais estarão propensas a sucumbir em casos de pandemia viral e é fundamental garantirmos melhores condições de vida às mesmas. A luta contra a covid-19, e será nisso que estarei focada nas próximas semanas, mostra-nos a necessidade imperiosa de reconhecermos as profissões essenciais à sociedade para garantir bens e serviços imprescindíveis, e por isso apresentarei uma iniciativa legislativa para o reconhecimento do estatuto de profissão essencial, com complemento salarial fixo. Assim como a recomendação ao Governo para o aumento do salário mínimo em sede própria, a fixação de tectos para rendas de casa, que reverta a especulação absurda a que estas foram sujeitas, e apoios para micro e pequenas empresas.” Joacine Katar Moreira

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Os conteúdos da nova telescola parecem ser “elementares”

Clara Viana

Já se conhecem conteúdos da primeira semana. Associação de Professores de Matemática não quer “assédio escolar online”

“**O** tanas é que vou estudar *Os Lusíadas* outra vez!”. Em casa de Carla, a reacção não se fez esperar quando ontem foram conhecidos os conteúdos que começarão a ser apresentados na nova telescola, que agora se chama #*EstudoEmCasa*, cujo arranque está marcado para dia 20. E lá está, logo na primeira aula desta nova experiência para o 9.º ano de escolaridade: “Introdução ao Estudo de *Os Lusíadas*”, obra que é aprofundada no secundário, mas que começa a ser abordada no final do 3.º ciclo.

As aulas televisivas para o 9.º ano decorrerão de segunda a sexta-feira, entre as 16h e as 17h50, divididas em três blocos de 30 minutos, um por cada disciplina a abordar em cada dia. Cabe a Português, neste caso com *Os Lusíadas*, dar o pontapé de arranque na segunda-feira.

O #*EstudoEm Casa* destina-se a alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade. As aulas são sempre de 30 minutos, e à excepção do 9.º, que tem um espaço autónomo, congregam dois anos: 1.º e 2.º; 3.º e 4.º; 5.º e 6.º; 7.º e 8.º. E associam também, por vezes, duas disciplinas no mesmo bloco, além de existirem temas que serão abordados em várias áreas, concretizando assim um dos princípios de base do programa de flexibilidade curricular lançado há dois anos. É o que acontecerá logo na segunda-feira, nas aulas do 3.º e 4.º ano, que arrancam com Português e Matemática a serem leccionados em blocos separados, mas com o mesmo tema: os horários. De uma primeira incursão pelos conteúdos propostos, a presidente da Associação de Professores de Matemática, Lurdes Figuei-



#*EstudoEmCasa* destina-se a alunos do 1.º ao 9.º ano

ral, diz que lhe “parecem actividades que podem ser interessantes e adequadas, embora algumas bastante elementares”.

“Será mais revisão da matéria dada”, pelo menos para os alunos do 4.º ano, comenta Carmo, que tem uma filha a acabar o 1.º ciclo. E que acrescenta o seguinte: “A Inglês, pelo menos, os exercícios que propõem são coisas que ela faz de olhos fechados”. Já Maria do Céu, com uma filha no 3.º ano, constata que os conteúdos apresentados para o Estudo do Meio “são uma novidade”, que não estão sequer no manual. Já contactou a professora da filha, que corrobora, embora lembre que estas aulas são também dirigidas ao ano seguinte.

À semelhança de Carmo, também Florbela, com um filho no 5.º ano, refere que no caso dos conteúdos propostos para Matemática lhe parecem “revisão da matéria que ele já deu”. O que já não acontecerá, por exemplo, a Ciências Naturais, História e Geografia de Portugal ou a Português. Pelo menos no caso do seu filho, já que a sequência em que são apresentados os conteúdos curriculares pode mudar de escola para escola.

“O tipo de actividades propostas vai ao encontro das aprendizagens essenciais em cada ano e ciclo e podem

reforçar aprendizagens que até já poderão ter sido trabalhadas em aula”, refere Lurdes Figueiral. Que destaca também a existência de “articulação entre áreas no 9.º ano”, o que lhe parece positivo e que no 1.º e 2.º anos exista “um contrariar da segmentação por disciplinas do 1.º ciclo, o que é de louvar”.

Será assim que *A Casa da Mosca Fosca*, de Eva Mejuto, com base num conto popular russo, estará presente na primeira semana em todas as disciplinas abordadas no 1.º e 2.º ano. A Português para se descobrirem rimas, a Matemática para se trabalharem números e operações e a Estudo do Meio para se espreitar os vários animais que habitam este conto. Mas com um 3.º período em que os alunos do básico já sabem que não voltarão à escola, o que importa é acompanhar os alunos para que não haja um tempo vazio”, frisa Lurdes Figueiral. Que deixa este apelo: o importante é que exista “sobretudo, bom senso e ponderação, porque alunos, professores e famílias não podem ser vítimas de um ‘assédio’ escolar *online* para onde me parece que algumas direcções e instâncias escolares estão a derivar”.

cviana@publico.pt

Universidades cautelosas com regresso às aulas em Maio

Samuel Silva

As instituições de ensino superior respondem com prudência à recomendação do Governo para que comecem a preparar o regresso às aulas presenciais a partir do início de Maio. O Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior (MCTES) deu duas semanas às universidades e politécnicos para elaborarem os respectivos planos para o levantamento das medidas de contenção da covid-19. É preciso “maturação”, dizem os responsáveis.

O despacho do Governo, emitido ontem, merece uma “análise muito aprofundada e responsável”, diz o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Pedro Dominginhos. O prazo dado às instituições para que apresentem o plano de regresso às aulas presenciais deverá ser aproveitado na íntegra, uma vez que esta é uma decisão “que exige maturação”, entende o mesmo responsável. “A pressa é inimiga de uma boa decisão”.

As instituições devem preparar-se para começar a sua “concretização faseada” a partir de 4 de Maio. Antes de tomarem uma decisão, os politécnicos devem ter em consideração a situação sanitária do território em que se inserem, em articulação com as respectivas autoridades regionais de saúde – tal como prevê o despacho do MCTES –, mas também as implicações que tem a mobilidade geográfica dos alunos. “Não é a mesma coisa que o ensino básico ou o secundário”, sublinha Dominginhos.

Milhares de estudantes do superior frequentam instituições que ficam a dezenas ou centenas de quilómetros dos concelhos de residência. “No nosso caso, 70% dos alunos estão deslocados”, explica o reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Fontainhas Fernandes, que é também presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Por isso, a decisão “tem de ter

em conta a realidade regional”.

O presidente do CRUP entende que as universidades devem “fazer um diagnóstico” quanto à forma como está a correr o ensino à distância e manter em modo remoto as aulas que estejam a funcionar bem e as actividades que não forem urgentes. A ideia é que às instalações dos estabelecimentos de ensino ocorra o mínimo de estudantes possível. “Até podemos chegar a uma situação em que fazemos convergir as actividades, para que os alunos estejam na universidade apenas cinco dias”, explica Fontainhas Fernandes.

As instituições têm até 30 de Abril para apresentar os seus planos de retoma das actividades presenciais. A sua implementação “fica sujeita à alteração do actual estado de emergência”, avisa a tutela do despacho.

O regresso às instituições de ensino superior será sempre gradual. O



As instituições têm até 30 de Abril para apresentar os seus planos de retoma das actividades

Governo antevê que os alunos possam voltar a ter aulas apenas de uma parte das disciplinas. A solução é semelhante à que está em cima da mesa para os estudantes do ensino secundário – caso haja regresso às escolas, os estudantes do 11.º e 12.º apenas terão aulas nas disciplinas sujeitas a exame nacional.

As instituições de ensino devem manter o estímulo ao teletrabalho e ao ensino à distância, que devem ser combinados de forma gradual com actividades presenciais. A prioridade deve ser dada às aulas práticas e laboratoriais, defende o MCTES, bem como às avaliações finais das disciplinas que tenham mesmo de ser feitas presencialmente e à conclusão dos estágios.

samuel.silva@publico.p

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Há mais de dois mil profissionais de saúde infectados

Alexandra Campos

Os enfermeiros que tratam de doentes com covid-19 estão exaustos. “Tem sido muito duro”, diz a bastonária

Há um mês, às 22 horas em ponto, meio Portugal batia palmas à varanda ou à janela, num aplauso coletivo aos profissionais de saúde, heróis involuntários da batalha contra a pandemia que paralisou o mundo. O aplauso foi esmorecendo enquanto os dias iam passando, mas poucos serão hoje os portugueses que não reconhecem o valor dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde (SNS). São mais de 137 mil a trabalhar em hospitais públicos e em centros de saúde. São médicos, enfermeiros, auxiliares, técnicos de diagnóstico.

Uma parte substancial está na linha da frente, a tratar doentes com covid-19, a doença que continua a assustar e a intrigar o mundo. Levantam-se todos os dias para ir trabalhar, alguns com medo, só com máscaras cirúrgicas, outros protegidos da cabeça aos pés, com fatos completos, dois pares de luvas, viseiras, toucas, para tratar doentes críticos nas urgências e nos cuidados intensivos dos hospitais. Estão preparados para salvar vidas. E estão preparados para arriscar as suas. Mais de dois mil ficaram entretanto infectados com o novo coronavírus, 11% do total de casos positivos no país, segundo os últimos dados oficiais conhecidos esta semana. Destes, 566 eram enfermeiros e 396 eram médicos. Os outros estão distribuídos pelos diferentes grupos profissionais do exercício que por estes dias é o Serviço

Nacional de Saúde.

Muitos estão a trabalhar horas a fio para além do seu horário normal. No início de Março, o bastonário da Ordem dos Médicos lançou um apelo aos clínicos para reforçarem a resposta dos serviços públicos, pedindo aos que estavam fora do SNS que ajudassem, incluindo os reformados e os que trabalham no sector privado. “Responderam mais de 4500. Os recursos humanos são ouro, são o principal património do país. Temos de valorizar mais as pessoas”, pede o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães.

Bolsa de voluntários

A Ordem dos Enfermeiros disponibilizou igualmente uma bolsa de voluntários dispostos a reforçar as equipas dos serviços públicos. Alguns foram aproveitados, outros não. Desde o início da epidemia em Portugal, os hospitais do SNS contrataram mais de 1400 profissionais, segundo o Ministério da Saúde, que não especificou quantos destes são enfermeiros. “São contratos temporários, de apenas quatro meses e não há subsídio de risco para ninguém”, lamenta a bastonária Ana Rita Cavaco. “Os enfermeiros que estão na linha da frente a tratar doentes com covid estão exaustos. Muitos estão longe dos familiares, estão a viver em hotéis. Alguns trabalham mais de 12 horas por dia. Tem sido muito duro.”

Ninguém paga também o risco que correm os trabalhadores que não aparecem nas estatísticas do SNS. São funcionários de empresas que prestam serviços aos hospitais, seguranças, empregadas de limpeza, roupeiros, entre muitos outros. Estes trabalhadores ganham pouco mais do que o salário mínimo nacional.

acampos@publico.pt



Jorge Sousa, assistente operacional da casa mortuária, Aveiro



Marelene Teixeira, enfermeira-chefe no serviço de doenças infecciosas no São João

Viagens por vales

As viagens marcadas até 31 de setembro e canceladas devido à pandemia vão poder ser substituídas por vales do mesmo valor até 31 de dezembro de 2021, estando previsto o reembolso a partir desta data, anunciou ontem o Governo.

Prudência na imunidade

A Organização Mundial de Saúde aconselhou ontem prudência na realização de testes serológicos como forma de controlar o avanço da pandemia da covid-19, frisando que saber se alguém teve contacto com o vírus não permite avaliar a sua imunidade.

177

177
pessoas foram detidas por desobediência no segundo período do estado de emergência

Mais refeições na escola

O número de refeições servidas em escolas de acolhimento aumentou na primeira semana do terceiro período do ano lectivo com o alargamento da medida aos alunos do Escalão B da Ação Social Escolar. Passou de 5500 para 13500.



Apoios na agricultura

As confederações agrícolas e o Governo analisaram as medidas para travar o impacto da covid-19 no sector, numa reunião considerada “frutífera” pela CAP e na qual também foram reclamados apoios para os agricultores familiares.



**António
Madureira,
médico
do serviço
de radiologia
no São João**

**Emília Reis,
assistente de
restauração
em Aveiro**



A radiografia às formigas

Portfólio
Adriano Miranda
(texto e fotografia)

Para se perceber a determinação, a audácia e a resiliência, nada como observar um carreiro de formigas a transportar o alimento para o formigueiro. É uma verdadeira lição. Nestes dias de pandemia em que o mundo está do avesso, é bom pensarmos na força da formiga e na fortaleza que é o formigueiro. Somos todos necessários. O PÚBLICO visitou o Hospital São João no Porto e o Centro Hospitalar do Baixo Vouga em Aveiro. Fomos apertar o pulso e sentir o ritmo cardíaco de quem trabalha horas sem limites. Sentir a adrenalina e a

paixão de quem tem a responsabilidade de curar feridas e salvar vidas. Todos eles, como no formigueiro, são indispensáveis. Desde o cirurgião ao serralheiro. Respira-se preocupação e emoção. Não se pode ser indiferente ao novo coronavírus. Transforma-se o salão nobre em armazém, consertam-se ventiladores, inventam-se espaços, vestem-se fatos lunares, não se olha para o relógio e todos usam máscara. Só podemos ler nos olhos. A única expressão facial. Depois, a máscara dá uma breve pausa e adivinhamos, surpresos, rostos cansados, mas tranquilos. São os rostos da nossa pedra preciosa, o Serviço Nacional de Saúde (SNS). São rostos. São retratos. Simples. Para quem um “obrigado” é pouco, tal é a força imensa das formigas.

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Na luta contra a covid-19, as equipas do INEM também cuidam dos seus

O medo do contágio, o desconforto do equipamento, o estigma numa sociedade que endeusa, mas quer distância. Um *flash* no dia em que a família de uma técnica do INEM se sujeitou a testes

Reportagem

Ana Cristina Pereira (texto)
e Paulo Pimenta (fotografia)

Ana Patrícia Almeida vem ao portão de ferro em pantufas, máscara cirúrgica, cão ao colo. A técnica de emergência pré-hospitalar está isolada com um diagnóstico de covid-19. Teve mil cuidados. A mãe, também ela num serviço essencial, o apoio domiciliário a idosos, apanhou o vírus. Agora, lá dentro, à espera de teste, estão os avós, o pai, o marido.

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) tem equipas dedicadas em exclusivo à covid-19. Sempre que um médico liga a pedir um teste numa casa ou numa estrutura residencial, a “sala de situação nacional”, em Lisboa, acciona uma das mais próximas. Na delegação do Norte, no Porto, trabalham duas equipas de colheitas e uma equipa de transporte de doentes.

Uma equipa de colheita está do lado de fora do portão, naquela rua da freguesia de Alfena, no concelho de Valongo. A manhã de segunda-feira, 13 de Abril, aproxima-se do fim e o enfermeiro José Magalhães procura esclarecer alguns detalhes. Cabe-lhe preparar o terreno.

– Tenho aqui o meu pai, a minha avó, o meu avô, a minha tia, o meu marido –, diz Patrícia,

entre os insistentes latidos do cão.

– Eles andam?
– Andam todos.
– Há um *hall* ao qual se possam deslocar? Sentavam-se numa cadeirinha. Isto facilitava o trabalho. Não era preciso andar a passear pela casa toda.

– Há. Vou-lhes dizer para sair um de cada vez.

– Tem uma mesinha para colocar o material em cima?

– Eu arranjo.

Andou 11 anos nas ambulâncias do INEM esta mulher de 35 anos. Passou a trabalhar no Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), a atender chamadas, a fazer a triagem, a accionar meios de socorro, depois de sofrer uma forte lesão na coluna. Terá sido naquela sala, repleta de conversas paralelas e cabines alinhadas, que contraiu o vírus, através de um colega de turno.

20 casos no lar

Não mora nesta casa coberta de azulejos cujo portão agora escancara. Mora num apartamento, em Rio Tinto, no concelho de Gondomar. No dia 11 de Março, quando soube que o colega tinha covid, falou com o marido e com a filha sobre o lugar ideal para fazer quarentena. “Viemos para aqui, para um anexo, para podermos ter algum suporte familiar na compra de medicamentos e de alimentação.”

Um mês inteirinho escondidos

do resto do mundo. O marido, técnico de informática, em teletrabalho, e Patrícia, de baixa, a inventar estratégias para entreter a filha de dez anos. Da janela, ia perguntado se os pais, os avós ou a tia tinham sintomas. Domingo, ao final do dia, chegou a notícia: a mãe, Ana Maria, de 56 anos, está infectada.

Houve 20 casos positivos num dos lares do Centro Social e Paroquial de Alfena. No serviço domiciliário, Ana Maria terá sido contaminada por uma colega, cuja filha trabalha no infantário, mas fora desviada para o lar, para a lavandaria. “Azar o meu, andei com ela”, diz, sentada à janela. “A trabalhar usava máscara, viseira, bata, tudo, mas a almoçar tirava. Se calhar, foi aí.”

O pior pesadelo de Patrícia, de rompante, ganhou vida. Teme, sobretudo, pelos avós, ela com 85, diabética, hipertensa, deslipidémica, ele com 89, diabético, hipertenso, com patologia cardíaca. E pela tia, de 66, com défice cognitivo, hipertensão, neoplasia da mama. Logo naquela noite, telefonou ao enfermeiro Márcio Silva, membro da equipa de controlo da infeção.

Uma dúzia de funcionários infectados

Há uma equipa no Porto, outra em Coimbra, outra em Lisboa e outra em Faro a dar apoio aos funcionários do INEM e aos seus prestadores de serviço. “Na



delegação do Norte, temos 12 com covid”, explicara o director, António Rui Barbosa. “A nível nacional são 13.” Isto, num universo de 1318 funcionários. Também há quatro prestadores de serviços contaminados. Em qualquer caso, ninguém das equipas dedicadas em exclusivo à covid-19. “Ficamos com a percepção que teve mais que ver com transmissão na comunidade do que com a actividade em si.”

Desde o início da epidemia, aquelas equipas acompanharam

um total de 197 funcionários. Na segunda-feira, continuam a acompanhar 56 – infectados, em quarentena ou a aguardar teste. Estão todos a recuperar, ao que diz Márcio Silva. Os números mudam todos os dias.

O protocolo é apertadíssimo. No pátio da família Almeida, o enfermeiro Sérgio Silva desinfecta as mãos, calçava dois pares de luvas, põe uma touca, uma máscara, um par de óculos, veste um fato por cima do equipamento do INEM, cobre as botas. O



Uma equipa do INEM segue o protocolo na casa da família Almeida para fazer os testes. Ana Patrícia, técnica de emergência pré-hospitalar já está isolada com um diagnóstico positivo

enfermeiro José Magalhães, apenas com uma máscara, um par de luvas e uma bata, supervisiona cada gesto. Só o primeiro entra em casa para fazer os testes.

Tanto cuidado espanta medo. Enquanto estes dois enfermeiros tratam desta família, no CODU outros profissionais continuam, de máscara, a atender chamadas, a fazer a triagem, a accionar meios de socorro. E outros vão, a grande velocidade, de ambulância, em socorro de pessoas vítimas de doença súbita, acidente ou crime. Nesse turbilhão, também aparecem pessoas com sintomas de covid-19.

O volume de chamadas diminuiu. “Há pessoas que por questões menores ligam ao 112 e querem ir ao hospital. Hoje em dia, essas situações já não surgem tanto”, comentara o coordenador

nacional do CODU, António Táboas. Temem entrar numa ambulância ou num hospital. Também caiu o movimento nas ruas. Imensa gente confinada, imersa em teletrabalho e ensino à distância, dá “menos acidentes de trabalho, menos acidentes de viação, menos traumas nas escolas”.

Medo, desconforto, estigma

Não se pense que entre profissionais do INEM também não há medo. O Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC) está a acompanhar 132 pessoas. A responsável, Sónia Cunha, reconhece-lhes “medo de estarem mais expostas a este agente desconhecido, medo de serem portadoras, medo de infectarem familiares”. “Algo que fazemos com os nossos profissionais e com a população em geral é avaliar a intensidade do medo”, esclarece. “Temos de perceber o que é normal e a partir de que ponto passa a ser disfuncional e incapacitante.”

A psicóloga refere também o esforço necessário para trabalhar com tanto equipamento de protecção individual – o peso, o



aperto, o calor, o desconforto. E um certo estigma. Por um lado, há uma espécie de endeuamento de quem está na linha da frente e uma enorme gratidão por estarem a assumir tantos riscos para salvar vidas alheias, por outro, um desejo de distância. “São processos distintos”, salienta a especialista. “Uma coisa é dizer que são uns heróis e agradecer e outra coisa é querê-los por perto, no seio familiar, na comunidade.”

Não conhece casos ostensivos, como se tem visto em França e Espanha, com vizinhos a deixar bilhetes a profissionais de saúde a pedir-lhes que se mantenham longe de casa durante a pandemia. É tudo muito subtil, dissimulado. “Temos pedido aos nossos profissionais que não usem farda em locais públicos a não ser que estejam de serviço. Nos locais residenciais, não devem circular com farda.”

Há quem tenha decidido não ir a casa. A equipa do CAPIC desaconselha tal estratégia. “O distanciamento familiar prolongado tem um impacto importante em termos de saúde mental no profissional e na família”, esclarece Sónia Cunha. “Provoca ansiedade, perturbações de stress. A experiência pode ser de tal forma negativa que deixa sequelas, o que torna mais difícil, numa fase posterior de recuperação, o retornar à normalidade.”

Dos que optaram por se afastar,

Algo que fazemos com os nossos profissionais é avaliar a intensidade do medo. Temos de perceber o que é normal e a partir de que ponto passa a ser disfuncional e incapacitante

Sónia Cunha, Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise

alguns têm voltado atrás – mantendo distanciamento, evitando partilha de objectos pessoais. Recomenda-se que cada um tenha o seu prato, os seus talheres. “Devem usar a sua casa de banho, se for possível. Se houver um quarto disponível, devem utilizá-lo.” Na prática, em cada casa acciona-se um plano de contingência. Como Patrícia, fez quando descobriu que podia estar doente.

Sem abraços há um mês

Impossível dormirem em quartos separados e usarem quartos de banho distintos. O anexo tem dois quartos, uma sala, uma cozinha, uma casa de banho. Patrícia ficou num quarto com o marido, a filha no outro. Desinfectam o quarto de banho a cada uso. Evitam estar na mesma divisão. Quando estão, procuram manter alguma distância. Mesmo ao ensiná-la a cozinhar mantém-se a um metro e de máscara.

Matilde, no cimo das escadas, revela-se cansada. Nas férias da Páscoa, entretinha-se com aulas de piano dadas pelo professor através das redes sociais, jogos digitais disputados com a prima, os jogos tradicionais e as experiências com os pais, mas suspira por normalidade. Quando se lhe pergunta de que tem mais saudades, responde: “De dar beijinhos e abraços.” Não é para menos. “Desde que a minha mãe

soube que tinha um colega contaminado que não posso dar abraços a ninguém. Às vezes, fico triste. Tenho medo que alguém fique mais doente e vá para o hospital...”

“Tivemos de arriscar”, justifica a mãe. “Se tivesse tido contacto com o vírus, era portadora e podia contaminar os avós. Essa parte de não ter um abraço ou um beijo ela sente falta. Por azar, isto apanhou-nos numa data... A minha mãe fez anos. Veio a Páscoa. A Matilde nunca passou um domingo de ramos sem a madrinha e o padrinho. E ela é muito apegada ao meu pai. Andam os dois muito angustiados com isto.”

Sérgio Silva cruza a porta da rua com as colheitas feitas. Outro ritual para retirar o equipamento de protecção individual. Sempre que tira uma peça, desinfecta as mãos. Vai colocando tudo num saco de lixo, que é selado e levado para um contentor que está no interior da ambulância. Hão-de parar no Hospital de São João, onde Sérgio Silva entregará as cinco colheitas para análise laboratorial.

Se Patrícia precisar, a CAPIC pode prestar-lhe apoio social. Está a fazê-lo a 70 profissionais, o que, segundo Sónia Cunha, inclui alojamento profilático, refeições e cuidados de higiene a idosos e/ou acolhimento diurno e nocturno de crianças. Não é o INEM a abrir serviços de apoio domiciliário e creches e escolas. É, resume, “o resultado do funcionamento em rede entre sectores e instituições”.

Patrícia agradece, mas declina. Muitos dos que moram naquela rua são seus familiares. Nem precisa de lhes pedir, vários tomam a iniciativa de lhe perguntar se precisa de algo da farmácia ou do supermercado. E pode ser que nem disso careça. Tinha o primeiro “teste de cura” agendado para dali a três dias. Entretanto, o resultado chegou: negativo. Hoje, repetirá o teste. Se tornar a dar negativo, irá à consulta de medicina no trabalho saber se poderá voltar à linha de combate.

acpereira@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

A pensar no amanhã



Ensaio Jorge Sampaio

Eram já muitos os sinais de que atravessaríamos tempos de incerteza crescente, perante o amontoar de desafios que na última década se acumularam no horizonte: das alterações climáticas à transição digital e o seu impacto no trabalho, das migrações ao desenvolvimento sustentável, passando pelo aumento das desigualdades, pela degradação do relacionamento internacional e da segurança, pelo confronto global entre modelos de capitalismo – grosso modo, o modelo protagonizado pela China e o modelo liberal –, pelo declínio do Ocidente e da Europa e pelas insuficiências do multilateralismo. Tudo isto indiciava a necessidade de extensas e profundas mudanças, não mais para que ficasse tudo na mesma, como dizia Lampedusa, mas para que as transformações já em curso pudessem ser moldadas pela vontade colectiva mais do que condicionarem o nosso futuro.

Porém, a génese do surto de coronavírus que remonta aos finais de 2019, não nos inquietou por aí além. Mas ao ter-se transformado abruptamente numa pandemia global, obrigou a medidas drásticas e nunca vistas de confinamento à escala planetária, ao ritmo do anúncio avassalador de um número sempre crescente de infectados e de vítimas mortais. Vivemos tempos de absoluta excepcionalidade, marcados pela suspensão das rotinas e práticas sociais, pela forte redução da actividade produtiva e da vida económica, mas sem que, por isso, tivéssemos abdicado, e bem, da

normalidade democrática.

Em Portugal, na linha da frente, têm estado, sem dúvida, os decisores políticos, representantes dos órgãos de soberania e dos eleitos autárquicos, sem cuja actuação o Estado teria colapsado; mobilizados, em modo de acção permanente, têm estado todos os profissionais da saúde, vasta categoria que neste caso abrange médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliares, cuidadores, bombeiros, farmacêuticos, protecção civil. Na dianteira estão também os professores, que, sem apelo nem agravo, tiveram de se converter ao ensino *online* de um dia para o outro, quando as salas de aula se deslocaram para a casa dos alunos por esse país fora.

E muitos outros, tantas vezes invisíveis, são os que continuam a trabalhar para garantir a segurança e a ordem públicas, assegurar a disponibilidade dos bens essenciais e a prestação dos serviços básicos aos cidadãos – camionistas, caixeiros, trabalhadores vários, designadamente da recolha do lixo e da higiene urbana, só para referir alguns exemplos, sem esquecer os profissionais da comunicação social, empenhados em manter os cidadãos informados com notícias fidedignas e actualizadas, tanto mais imprescindíveis quanto o carácter excepcional destes tempos fomenta receios, temores e mesmo pânico, tantas vezes exacerbados pelo rumor, a desinformação e as falsas notícias.

E, outrossim, tem-se a nossa sociedade civil activado, como é seu timbre em situações de emergência, mantendo uma desejável proximidade às comunidades e acudindo às necessidades mais prementes dos grupos mais vulneráveis. A hora tem sido de unidade nacional e, só isso, vale muito e penso que é o melhor tributo e celebração que podemos prestar a Abril de 1974 neste ano conturbado de 2020.

Posto isto, o choque emocional, cultural e civilizacional que esta pandemia possa ter causado, para além de todas as reflexões e cogitações que um confinamento de inusitada duração suscita, poderão traduzir-se a prazo numa consciência mais apurada e crítica do modelo de sociedade em que pretendemos viver, com a consequente alteração de expectativas, exigências e comportamentos. E esse poderá ser um resultado positivo deste sobressalto existencial. Mas há outrossim que começar a enfrentar a crise económica e social que se anuncia e cujos efeitos são já tangíveis, com a destruição de milhares de postos de trabalho e o correspondente aumento do desemprego, a diminuição dos recursos das famílias e da riqueza nacional.

Tem-se utilizado muito a metáfora da guerra para referir a luta contra o coronavírus; extrapolando-a, resulta que, vencida a batalha de saúde pública, teremos um país a reconstruir, sendo que a economia estará muito debilitada e a sociedade

eventualmente desorientada e mais vulnerável, ou mesmo, até certo ponto, traumatizada. Temos de conseguir aproveitar este choque exógeno que ninguém esperava nem antecipou para sair mais fortes, mais decididos a proteger um modelo social mais inclusivo e determinados a enveredar por um paradigma de desenvolvimento mais sustentável. Isto aplica-se a Portugal, mas nesta batalha está a Europa toda e estão todos os continentes.

Num mundo tão interdependente como o nosso – e, se dúvidas houvesse sobre a nossa aldeia global, bastaria pensar no trágico exemplo do coronavírus que mostra bem como um surto num remoto ponto do globo se pode transformar subitamente numa pandemia à escala planetária –, ou reforçamos a cooperação e a solidariedade mundiais ou será a espécie humana que estará em risco; ou acordamos num plano comum de paz e desenvolvimento ou não haverá vencedores mas apenas vencidos; ou restabelecemos a confiança mútua e coordenamos acções conjuntas e iniciativas em rede no seio dos fora de concertação internacional ou estaremos condenados a um inexorável declínio.

Para os países do velho continente, é a hora da Europa. Para a Europa, é a hora da defesa do multilateralismo, da democracia e de redescoberta do humanismo. Mas, para todos, creio, é claro que esta é a hora de reconhecer o papel insubstituível da confiança dos cidadãos no Estado e das suas funções essenciais enquanto garante da protecção dos cidadãos e da coesão social e no âmbito da afirmação da independência e soberania nacionais. Parece-me claro que a hiperglobalização tem os dias contados, mas também não será o regresso a um localismo serôdio – ou pior, a nacionalismos de má memória –



Em Portugal, a hora tem sido de unidade nacional e esse é o melhor tributo e celebração que podemos prestar a Abril de 1974 neste ano conturbado de 2020



“ Na Europa, poderá porventura ser o momento de fazer avançar a União Europeia apenas com os que desejem apostar no seu fortalecimento, como aconteceu no passado com a livre circulação de pessoas ou com a moeda única



MANUEL ROBERTO



DADO RUVIC/REUTERS



DANIEL ROCHA

que permitirá ultrapassar a monumental crise que se avizinha.

Os próximos tempos serão de uma enorme exigência e dificuldade, num cenário marcado por uma recessão global que afectará todas as economias, agravada ainda pelas incertezas de possíveis efeitos persistentes da covid-19, designadamente no que respeita a eventuais novos surtos, à manutenção de medidas de distanciamento social que obrigarão a repensar o espaço público e as práticas sociais e culturais e que afectarão importantes sectores da actividade económica.

Penso, a título de exemplo, no sector do turismo, viagens, hotelaria, restauração e o sector do entretenimento (desporto, manifestações culturais, etc.). No

caso português, basta pensar no peso do valor acrescentado bruto (VAB) gerado pelo turismo que, em 2018, representou 8% do VAB nacional e 9% do total do emprego, para nos darmos conta da dimensão do desafio que teremos pela frente. Por certo, haverá sectores da actividade económica que se terão de reinventar e outros modernizar. Será também uma oportunidade para corrigir a fractura digital e acelerar o processo de transição digital que, de alguma forma, a pandemia já precipitou.

Segundo as previsões do FMI, em 2020, assistiremos à mais grave retracção da economia mundial desde a Grande Depressão, com o crescimento mundial a cair para -3% e as economias avançadas com taxas negativas de crescimento de

-6,1%. Para Portugal, o FMI prevê uma queda do PIB de 8% este ano, com o desemprego a situar-se nos 13,9% até ao final de 2020, estimando para a zona euro uma contracção de 7,5%. Relativamente às dívidas públicas, as projecções do FMI apontam para um aumento generalizado (média UE 131,1%, Portugal 135% do PIB).

Estas previsões, que praticamente colocam todos os membros da União Europeia no mesmo barco, deveriam ser suficientes para levar a um plano europeu robusto de reconstrução da economia e do desenvolvimento sustentável na Europa. Um tal plano não só iria ao encontro das expectativas dos cidadãos, mas poderia também fazer desta crise uma oportunidade para colocar a União Europeia na dianteira das transformações necessárias para enfrentar os desafios da transição demográfica, energética e da descarbonização, das transformações digitais, sob o pano de fundo da construção de sociedades democráticas, livres, justas, abertas e inclusivas, baseadas no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e do valor da solidariedade. Não é, porém, certo que assim sucederá por razões várias, mas que se prendem basicamente com um enorme e surpreendente défice de sentido partilhado de pertença a uma comunidade de destino que está na base do projecto europeu, mas que nem décadas de história comum alicerçou entre os seus membros...

Perante as previsíveis hesitações de uns e resistência de outros, poderá, então, porventura ser o momento de fazer avançar a União Europeia apenas com os que desejem apostar no seu fortalecimento, como aconteceu no passado com a livre circulação de pessoas ou com a moeda única. Desistir não é opção e não podemos deixar que um vírus mate a Europa e nos arraste consigo. Há que fazer do sobressalto civilizacional que estamos a viver uma oportunidade de renovação do pacto europeu. Quero crer que, como a Fénix, haveremos de renascer.

Antigo Presidente da República

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Os mais velhos sentem-se a perder tempo de vida e sem alegria

É nas faixas etárias mais elevadas que os efeitos psicológicos do confinamento e da pandemia são mais intensos, concluiu estudo do Observatório da Solidão

Mariana Correia Pinto

A pergunta é directa e impactante: “Sente que está a perder tempo de vida?” Entre as 411 respostas validadas, 30% dos inquiridos afirmam ter esse sentimento “muitas vezes”. Mas os dados mais impressionantes estão nas franjas: entre os mais jovens (16-20 anos) a percentagem sobe para os 41% e entre os mais velhos (70-75 anos) para 75%. É um número revelador, sobretudo se agrupado com outros dois: nesta faixa etária mais elevada nenhum dos inquiridos diz sentir alegria com muita frequência nestes dias de pandemia e apenas 25% dizem ter muitas vezes esperança de que a vida vá melhorar. Todos sentem receio, muitas vezes, de que o país vá piorar economicamente.

Estes resultados de um estudo do Observatório da Solidão, do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, sobre a forma como a pandemia é vivida e sentida pelos portugueses, confirmaram a Adalberto Carvalho, director do instituto e criador do observatório, uma realidade da qual já suspeitava: é entre os mais velhos que a pandemia tem efeitos mais nefastos do ponto de vista psicológico e comportamental. E isso reforça a necessidade de criar ferramentas para dar apoio a esta população.

“O confinamento tem aspectos positivos inquestionáveis em termos de controlo da pandemia, mas tem outras consequências que não podem ser desprezadas: as psicológicas e comportamentais”, sublinha Adalberto Carvalho, um dos quatro autores do estudo feito através de um questionário online a pessoas entre os 16 e os 75 anos – acima desta idade, o número de respostas obtidas não foi o suficiente para ser considerado. Essa

realidade pode, entre outras coisas, “agudizar processos de senilidade a quem já tinha esse quadro e criar um sentimento de angústia perante os anos que estão a ser perdidos”. Perdem tempo com os filhos e netos, o contacto com os amigos, rotinas banais como comprar o jornal, ir ao café ou ao cabeleireiro, exemplifica: “A vida íntima fica prejudicada” e “tende a ser esquecida”: “Quanto mais confinadas as pessoas estão, mais invisíveis se tornam”, alerta.

Solidão, família e amigos

Mas voltemos ao estudo, e a um dado sobre solidão: curiosamente, só 19,2% da população inquirida declara sentir-se só muitas vezes, havendo 29,9% a experienciar esse sentimento algumas vezes e 26,3% a tê-lo raramente. Mais uma vez, os mais velhos (faixas 60-70 e 70-75) têm essa sensação mais vezes do que os mais novos.

Para isto, poderão contribuir dois factores. Por um lado, a ligação à tecnologia, por outro, os laços afectivos. A maioria dos inquiridos diz que a família (74%) e os amigos (69,6%) os procuram muitas ou algumas vezes. E já muito se escreveu sobre a almofada que as atitudes solidárias podem

significar no combate ao surto de covid-19: “Não há remédios milagrosos, mas há alguns que podem atenuar o problema”, afirma Adalberto Carvalho. Mais de metade dos inquiridos (54%) que procuram ajuda de familiares e amigos diz recebê-la muitas vezes. E os conselhos tornaram-se também frequentes, muitas ou algumas vezes, para 76,8% (dar) e 71% (receber). Na faixa dos 70-75 anos, o valor sobe para 100%: todos deram ou receberam sugestões por estes dias. A necessidade de ajudar os outros é também grande: 69,1% do total de inquiridos diz senti-lo muitas ou algumas vezes.

O apoio psicológico neste cenário “pode vir de vários caminhos”. Por parte de profissionais, apesar das condicionantes existentes, mas também “através das redes familiares e de amigos”. Adalberto Carvalho aponta como “consequência positiva” destes dias do avesso o “reavivar do sentido de comunidade”. Se nos queixávamos de saber “cada vez menos do vizinho do lado e mais de um cidadão que está nos EUA”, exemplifica, agora parece haver ventos de mudança – mesmo que sejam temporários.

O sentimento de perda de tempo de vida “pode ser suportável ou insuportável” consoante a acção consequente – e é sobretudo na família que esse jogo se ganha ou perde. Adalberto Carvalho está confiante: “Em Portugal, temos um sentido de família muito forte. Pode ser uma almofada muito importante.”

E a tecnologia também: “Como estaríamos a viver esta crise existencial sem os meios de comunicação virtual que temos? A visualização da imagem dos amigos e familiares é tão próxima que quase ilude o toque. Só não dá o beijo ou o abraço. Mas tem uma importância extraordinária”, aponta o investigador.

A ansiedade é sentida algumas

vezes, ainda assim, por mais de metade (58%) dos inquiridos, com maior incidência nas mulheres (30%) do que nos homens (14%). Já o consumo de ansiolíticos, habitualmente alto em Portugal, não apresenta valores relevantes: 83% dizem nunca tomar sedativos. Numa aparente contradição, uma larga maioria diz que o país ficará economicamente pior (90%) ao mesmo tempo que a maior parte (82%) sente também, muitas e algumas vezes, uma esperança de que a vida melhore. “Há uma preocupação enorme com a situação económica. Mas isso não tira o sentimento de esperança, que é mais abstracto: vai piorar, mas depois havemos de melhorar...”

O estudo do Observatório da Solidão mostra que a esmagadora maioria da população (91%) está a cumprir o confinamento. E, apesar de permanecerem em casa quase todo o dia, todos os dias da semana, os conflitos ainda não reinam: 41% dizem que raramente se têm irritado com as pessoas próximas. Os animais de companhia, declaram 61%, têm um papel importante na gestão destes dias.

E o que mais se faz em casa? Os hábitos de leitura não parecem ganhar com o confinamento: mais de metade (52%) diz ler livros ou revistas raramente ou apenas algumas vezes e 30% dizem mesmo nunca ler. O mesmo não se verifica quanto aos ecrãs. A Internet é usada por quase todos (94%) e mais de metade (54%) navega com frequência em redes sociais. O acompanhamento dos noticiários é feito maioritariamente pela TV (54%). Em relação à imprensa, só 11% a lê muitas vezes e 43% nunca lê. Actividades religiosas não são, de momento, praticadas pela maioria (74%) e metade dos inquiridos diz nunca sair para fazer breves passeios.

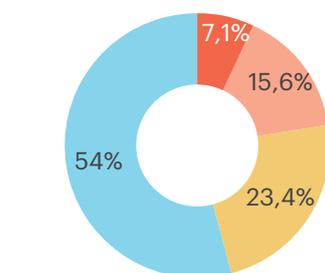
51 casos em lar

Testes desenvolvidos pelo Hospital de Vila Franca de Xira concluíram que 51 utentes e funcionários do lar da Misericórdia de Alverca estão infectados com o covid-19. As autoridades estão a avaliar as medidas a tomar com a direcção da instituição e a autarquia.

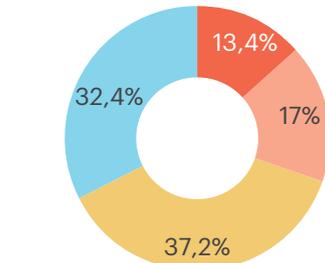
Está a respeitar o confinamento/permanência?



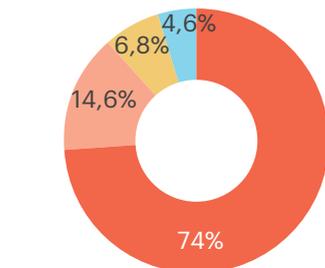
Procura informações nas redes sociais?



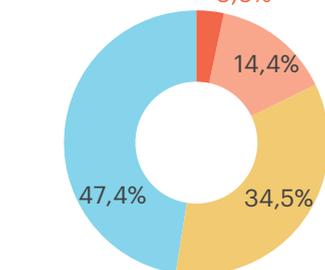
Os amigos procuram-no?



Pratica actividades religiosas?



Tem esperança que a vida vá melhorar?



“Há uma preocupação enorme com a situação económica. Mas isso não tira a esperança”

Adalberto Carvalho
Observatório da Solidão

mariana.pinto@publico.pt

“Vírus chinês” contestado

A Liga dos Chineses em Portugal repudiou, junto do Conselho Superior de Magistratura (CSM), a utilização da expressão “vírus chinês”, em referência ao novo coronavírus, utilizada num despacho judicial do Juízo Central Criminal de Lisboa.

71

casos de phishin foram detectados pelo Centro Nacional de Cibersegurança até dia 12

Pedagogia e não punição

“O Governo considera preferível o aconselhamento, em vez da punição, e a adesão, em vez de repressão”. É desta forma que o Governo olha para a aplicação do crime de desobediência, cujo entendimento assume ter sido confuso no primeiro período de estado de emergência.



Lucro máximo de 15%

O Governo impôs um limite máximo de 15% na percentagem de lucro na comercialização de dispositivos médicos e de equipamentos de protecção, bem como do álcool etílico e do gel desinfectante cutâneo de base alcoólica. O despacho foi assinado ontem.

PSP tem quatro vezes mais infectados do que a GNR

Mariana Oliveira e Sónia Trigueirão

Há 136 infectados na PSP e 36 na GNR. Vírus obriga PSP a fechar três esquadras, GNR aguenta sem encerramentos

A PSP regista quase quatro vezes mais infectados do que a GNR, apesar de as duas forças terem sensivelmente o mesmo número de profissionais. Até ontem, a PSP contabilizava 136 profissionais que testaram positivo à covid-19, enquanto a força militar registava só 36 infectados. Tal teve consequências diferentes: a PSP encerrou pelo menos três esquadras, enquanto a GNR aguentou sem fechar unidades.

Relevante para este efeito não é só o número de infectados confirmados, mas também os agentes com suspeita de o estarem e que são obrigados a ficar em isolamento, sem trabalhar. Nestas condições, esclareceu em comunicado a Direcção Nacional da PSP, encontram-se actualmente menos de 300 profissionais desta força. “Mais de cinco centenas de polícias que se encontravam em isolamento já regressaram ao serviço, após indicação das autoridades de saúde e depois de obtido resultado de contágio negativo em teste médico”, adianta a nota emitida ao início da noite, no mesmo dia em que o PÚBLICO enviou um rol de questões sobre esta matéria àquela polícia. Igualmente de regresso ao serviço estão três polícias que tiveram a doença, mas já foram dados como recuperados pelas autoridades de saúde.

A PSP assume que actualmente há duas esquadras fechadas ao público, mas salienta que continua a ser feito o patrulhamento nas suas áreas. “Registamos duas esquadras (Santa Apolónia e Reboleira/Amadora) que se encontram sob plano de contingên-



NUNO FERREIRA SANTOS

O vírus está a ter mais efeitos no efectivo da PSP

A esquadra da Reboleira, que conta com três infectados, teve de fechar o atendimento para proceder à desinfeccção

cia, temporariamente sem realizar atendimento presencial ao público, embora continuem a executar a missão quotidiana de patrulhamento das respectivas áreas”, sublinha a PSP, que não avança com uma data para a reabertura das duas esquadras. Refere só que tal acontecerá a “muito curto prazo”, assim que se finalizem as operações de descontaminação.

Tanto o presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, Paulo Rodrigues, como o colega Carlos Meireles, líder do Sindicato dos Chefes da PSP, soma a estas duas esquadras, a ferroviária de Gaia, a primeira que terá fechado portas, após dois colegas terem dado positivo nos testes. “Esta esquadra encerrou

a 21 de Março e reabriu a 4 de Abril”, precisa Paulo Rodrigues. Carlos Meireles lamenta que muitas vezes tenha havido relutância em fazer os testes aos polícias, tendo sido necessária pressão sindical para que muitos destes exames se realizassem. “Não é aceitável o que aconteceu em alguns casos”, critica.

A esquadra da Reboleira, que conta com três infectados, teve de fechar o atendimento ao público para proceder à desinfeccção, mas está prevista a sua reabertura este fim-de-semana. Já a esquadra de Turismo de Santa Apolónia, que está fechada desde 7 de Abril, conta com 14 infectados, quase metade do total dos efectivos.

A sua reabertura ao público está prevista para segunda-feira, mas o número de infectados e o facto de esta ter sido só encerrada quatro dias após o primeiro caso confirmado (3 Abril) já motivaram pedidos de esclarecimento dos sindicatos à PSP. Ao PÚBLICO, a GNR informou que tinha registado 36 militares infectados, cinco dos quais já curados e sem que tenha sido afectado o funcionamento de qualquer unidade.

mariana.oliveira@publico.pt
sonia.trigueirao@publico.pt

DIÁRIO DA QUARENTENA, 32

Por ora



Cristina Taquelim

A aldeia está mais deserta do que nunca. Tirando o ladrar dos cães, nada mais se escuta. O silêncio tomou conta dos largos e da vida de novos e velhos. Só os pássaros resistem no canto e no voo. Por ora, as crianças não correm pelas ruas. Por ora, estão suspensas as histórias que habitam a minha mala de mediadora de leitura. Por ora, adormecem na minha boca, saudosas de ser contadas de olhos nos olhos. Imagino os livros a pedirem-me que os conte, o cheiro dos moços suando correrias, as risadas, a luz dos teatros e bibliotecas, o quente dos abraços, as tardes de orelhas emprestadas às memórias da D. Raimunda, o rirmos juntas, o chorarmos juntas. Por ora, só consigo imaginá-los. Até a morte estranha não ser chorada em companhia. Resistindo ao inominável, os anjos de batas brancas, incansáveis, dão o corpo às balas, contam as baixas e arregaçam as mangas para novos embates. De muitos lados erguem-se barreiras ao incerto que virá. O Estado tenta desesperadamente dar alma a um Serviço Nacional de Saúde profundamente fragilizado pelo capitalismo selvagem. O Papa ajoelha-se como um menino perdido, na gigantesca praça e suplica a Deus pelo milagre.

Apesar de tudo, sei que poderia ser pior. Se esta minha quarentena acontecesse em solidão, no Equador ou no Sudão, num qualquer campo de refugiados do mundo, num bairro de lata perto da minha cidade do coração. Se esta minha quarentena

acontecesse na rua, sem casa, numa tenda na fronteira entre a Grécia e a Turquia, em Gaza, onde Israel continua a bombardear escolas e praças, ou num Brasil governado por um tonto irresponsável, poderia ser pior.

A única certeza que tenho é que o meu coração tem de se preparar para o que quer que aí venha. Hoje mais do que nunca é preciso cuidar da minha casa interior. Hoje mais do que nunca é preciso acordar com as andorinhas e esticar o corpo como os gatos para receber o dia. Caminhar pela casa e abrir as janelas. Lavar as mãos, o rosto e cantar mentalmente duas vezes os parabéns. Ligar o rádio para ouvir as notícias da manhã. Abrir a porta do quintal para deixar entrar o cheiro do jasmim. Fazer o café, partir o pão e celebrar cada refeição do dia. Dar graças. Fazer as compras para quem precisa e caminhar pelos matos. Hoje mais do que nunca é preciso apanhar funcho, acelgas, mantrasto e, no regresso a casa, limpar, arrumar, lavar, deitar fora, organizar. Enfrentar o desorganizado escritório e arrumar os livros. Limpar o pó. Dividir autores, alfabetar, escrever, ler... rler. Descobrir o que nunca se leu. Esvaziar caixas. Arrumar estantes. Conseguir enganar o caos interior. Ser verbo e gerir no silêncio esta inquietação surda.

Só o silêncio, o tempo e o trabalho para ensinar a gerir os inomináveis. O tempo talvez nos ajude a reaprender a humanidade. Talvez nos dê a verdadeira dimensão da urgência de cuidar. A Terra dá sinais, regenera-se, recupera da usura humana, do consumo. Talvez seja possível, muito em breve, voltarmos a sentir-nos plenos e como ela, a nos reinventarmos. Por ora, respiramos.

Mediadora de leitura

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Governo protege-se de ter de compensar privados nas PPP

O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que impede que o Estado seja obrigado a pagar compensações aos privados das parcerias público-privadas (PPP) por causa da pandemia. Passa a ser possível apenas uma extensão do prazo do contrato.

Abuso do contrato a prazo eleva risco de desemprego após período de *layoff*

Desde 2013, 76% do emprego criado no privado assentou em vínculos precários. Em especial em sectores que agora são os mais afectados pela travagem abrupta da economia, como a restauração e o alojamento

Victor Ferreira

Um inquérito realizado no fim do mês de Março e que recolheu respostas de mais de 11 mil portugueses mostra que “a principal incerteza” na cabeça destes trabalhadores é se o *layoff* será “a antecâmara do desemprego”.

O estudo *Trabalho e Desigualdades no Grande Confinamento – Perda de rendimento e transição para o teletrabalho* tem conclusões que, no mínimo, obrigam a muita reflexão. A mais importante, em termos de emprego, aponta para os riscos agora inerentes ao abuso do contrato a prazo nas empresas portuguesas. Esta forma de contratação cresceu muito em Portugal, depois da Grande Recessão. O chamado “Grande Confinamento” pode atirar muitos dos precários para o desemprego.

“Se os cenários macroeconómicos mais pessimistas se confirmarem, uma parte das empresas em *layoff* não retomará actividade e os trabalhadores passarão à situação de desemprego”, destaca a equipa do Colabor, o Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Protecção Social, que acaba de divulgar as conclusões.

Os autores destacam que, em 2018, mais de um terço dos trabalhadores do sector privado tinha um contrato de trabalho não permanente. Comparando com os parceiros europeus, “Portugal é um dos países em que a incidência da contratação a termo é mais elevada no conjunto da economia”.

A estatística mostra que 76% do emprego líquido criado no sector privado nos últimos seis anos assentou em vínculos precários. Isto, apesar de o Código do Trabalho prever



Alojamento e restauração representam menos de 15% das empresas, mas são líderes no *layoff*

que este tipo de contratação seja uma “excepção para ser usada apenas em circunstâncias bastante delimitadas”.

Porém, “a precariedade é cada vez mais a regra”. Tal “dever-se-á a abusos e fraudes, mas também ao avanço do peso das actividades económicas sazonais”.

Fragilidades aumentaram

Agora, vê-se que “um em cada quatro trabalhadores em *layoff* está no alojamento e na restauração, precisamente os sectores em que, de acordo com o Banco de Portugal e o INE, têm encerrado mais empresas”.

“Apesar das dinâmicas de emprego positivas, as fragilidades que caracterizavam a economia portu-

guesa e o perfil do emprego até 2008 não desapareceram a seguir à crise. Acentuaram-se até, em certos aspectos, e vão emergir de forma particularmente aguda na sequência da actual pandemia.”

O que está aqui em causa é que depois da Grande Recessão, entre 2013 e 2018, foram criados perto de 500 mil postos de trabalho, com destaque para o sector do alojamento e da restauração (75.300 empregos, um aumento de 45,2%).

Só depois vem a indústria transformadora, com um número absoluto de empregos maior (92.4000), mas uma taxa de crescimento inferior, de 17,1%, que fica “abaixo da média de 20,7% para o total do emprego”.

O problema é que “enquanto as

indústrias transformadoras perderam peso no total do emprego (-0,7 p.p.), o sector do alojamento e restauração aumentou o seu peso relativo em 1,4 p.p”. E, “como seria de esperar”, alojamento e restauração são, “de forma destacada”, os mais afectados pela actual crise.

Sabe-se também que o *layoff* se distribui “de forma bastante assimétrica”. O alojamento, a restauração e o comércio destacam-se claramente dos demais. Representam entre si quase metade do total das 70 mil empresas com *layoff* registadas até 14 de Abril.

A equipa recorreu aos dados divulgados pelo Governo esta semana, já noticiados pelo PÚBLICO. Mas inclui uma comparação que torna ainda

mais notória esta assimetria.

Alojamento, restauração e similares representam menos de 15% das empresas nacionais, mas são líderes destacados no recurso ao *layoff*, representando mais de 25% do total. Em sentido contrário, sectores como comércio, indústria transformadora ou construção têm mais peso no tecido empresarial no seu todo do que no universo das entidades empregadoras que decidiram enfrentar a crise em curso mandando trabalhadores para casa.

Porém, os problemas poderão estender-se no tecido económico e no tempo. Isto, porque, como os autores enfatizam, a quebra no turismo terá um “efeito dominó negativo” sobre o emprego, afectando outras actividades associadas. Aliando isto à “persistência dos baixos salários (mesmo que atenuada pelos aumentos do salário mínimo) e [a]os baixos rendimentos, em particular de uma parte significativa dos trabalhadores independentes, fica traçado o quadro de profunda crise social que se aproxima”, alertam.

A amostra deste estudo não é representativa da população nacional, pelo que não é possível fazer inferências. Ainda assim, os resultados permitem analisar “as relações entre determinados atributos dos inquiridos e as suas opiniões e comportamentos” e o “discurso directo, em relação a algumas perguntas de resposta aberta incluídas no inquérito”.

O inquérito realizou-se entre 25 e 29 de Março de 2020, junto de uma “amostra de conveniência” de cerca de 11.500 inquiridos, em que estão sobrerrepresentadas as mulheres e os licenciados ou pessoas com formação superior, face à realidade da população residente.

voferreira@publico.pt

ACT integra já 44 inspectores e requisita 150 a outros serviços

A Autoridade para as Condições do Trabalho vai poder requisitar até 150 inspectores e técnicos superiores a outros serviços do Estado, para a fiscalização das empresas. Os 44 inspectores estagiários que estavam em formação são já integrados.

1549

foi o número de queixas recebidas pela Anacom através do livro de reclamações electrónico, entre 4 e 10 de Abril

Portugal prolonga interdição de voos por mais 30 dias

O Governo publicou a prorrogação da “interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países” de fora da UE, uma medida que prevê várias excepções e durará pelo menos mais 30 dias a contar de hoje.



Estudantes que trabalhem na agricultura terão isenção do IRS

O Ministério da Agricultura anunciou ontem que os estudantes, a partir dos 18 anos, que queiram trabalhar na agricultura estão isentos de IRS, uma medida de combate à falta de mão-de-obra no sector, face à covid-19.

Jovens são os mais ameaçados pela perda de emprego e pobreza

Victor Ferreira

Mudanças laborais em curso agravam desigualdades entre géneros e entre trabalhadores

Portugal já era um país em que o teletrabalho tinha uma expressão muito reduzida face à realidade laboral noutros países europeus, e o Grande Confinamento que está em curso vem acentuar ainda mais as diferenças e as desigualdades entre aqueles que podem e aqueles que não podem adoptar esse regime.

Mas o que é particularmente notório é que as camadas mais jovens da população activa estão neste momento em maior risco de pobreza, porque são aquelas que enfrentam o possível desemprego. E, nos últimos anos, foi entre os desempregados que a pobreza mais cresceu em Portugal.

Estas são outras conclusões do estudo *Trabalho e Desigualdades no Grande Confinamento – perda de rendimento e transição para o teletrabalho*, que partiu de uma amostra de 11.500 pessoas para tentar fazer uma primeira análise aos impactos imediatos e esperados do recurso ao *layoff* e da transição para o teletrabalho.

Para os mais velhos, pais dessa fatia de trabalhadores mais novos, o futuro inspira preocupação. Como disse um dos inquiridos, nem emigrar é alternativa: “Os meus filhos e a geração que começou recentemente a trabalhar e a tornar-se financeiramente independente vê o espectro de desemprego e de grandes dificuldades de vida, sem hipóteses sequer de emigrarem, pois o problema vai ser generalizado a todo o mundo.”

Embora a amostra não seja representativa, ela é das maiores usadas em estudos do género em Portugal e mesmo assim é “muito robusta na forma como permite relacionar os



Jovens e precários são os mais expostos ao risco do desemprego

40% dos inquiridos declararam que já sofreram ou irão sofrer perdas de rendimento desde que a economia parou

atributos dos inquiridos com opiniões e comportamentos”, salienta um dos autores, Pedro Adão e Silva, em declarações ao PÚBLICO. Não se podendo inferir conclusões para a população residente, ainda assim regista-se que 40% dos inquiridos declararam que já sofreram ou esperam vir a sofrer perdas de rendimento desde que a economia parou de forma abrupta.

A estatística diz que as perdas de rendimento são mais acentuadas entre os trabalhadores dos 18 aos 44 anos, com o ensino básico ou secundário, e em agregados familiares com mais filhos. O que se verifica, e é relevante para aferir o risco de pobreza no futuro próximo, é que são os mais jovens que estão a ser mais atingidos

na perda de rendimento, mas também no risco de desemprego, porque são eles que entraram ou permanecem no mercado de trabalho à custa de contratos a prazo ou como trabalhadores independentes, anota Adão e Silva.

Isto é particularmente preocupante porque o padrão da pobreza se alterou nos últimos anos. “A pobreza que atingia mais os mais velhos com pensões baixas deu lugar a outra realidade. Hoje em dia, o grupo mais exposto são os desempregados. Mesmo quando a pobreza está a baixar no total da população, ela continua a subir entre os desempregados”, acrescenta. Ou seja, se o desemprego atingir os precários, a incidência da pobreza crescerá nas camadas mais jovens.

A recolha de respostas data do fim de Março e do primeiro período do estado de emergência. Os dados permitem estabelecer uma relação entre teletrabalho e “as desigualdades face ao emprego e de rendimento já patentes, que tenderão a avolumar-se no curto e médio prazo” – quem pode recorrer ao teletrabalho tendem a ser os que estão em melhor situação financeira. E nesse grupo, acaba por acentuar certas desigualdades, como a divisão do trabalho doméstico e familiar entre géneros.

Moratória para o crédito especializado só suspende pagamentos por seis meses

Rosa Soares

As instituições de crédito especializado também criaram a sua própria moratória para os clientes particulares que, devido aos efeitos económicos causados pela pandemia da covid-19, possam ter dificuldade em pagar regularmente os seus créditos.

A solução criada pelas entidades que são responsáveis por cerca de metade do crédito ao consumo, grande parte dele contratado nos postos de venda ou através de cartões de crédito associados a grandes cadeias de distribuição, tem a duração de seis meses (até 30 de Setembro), o que é metade dos 12 meses da moratória dos principais bancos nacionais para este tipo de empréstimos.

Estão em causa os contratos de crédito pessoal, crédito automóvel, cartão de crédito, linhas de crédito ou outros contratos não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de Março, celebrados fora do âmbito de uma actividade profissional ou empresarial.

A moratória promovida pela Asso-

ciação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC) cumpre as orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA em inglês), nomeadamente a de abranger um número representativo de entidades, garantindo, assim, que a suspensão temporária de pagamentos não cai nas classificações de “incumprimento” ou “reestruturação”, prejudiciais para os clientes e para as sociedades.

A solução privada da ASFAC, tal como a do Estado para o crédito à habitação, ou as apresentadas esta quinta-feira pela Associação Portuguesa de Bancos (APB), para habitação e consumo, assentam numa modelo de suspensão total (capitais e juros) ou parcial (apenas capital) das prestações dos créditos, pelo prazo máximo estabelecido.

A primeira opção implica a capitalização de juros, ou seja, somados ao capital em dívida, o que aumenta os encargos do empréstimo no seu conjunto. Na segunda, de suspensão de apenas capital, o prazo do contrato será alargado pelo mesmo período que o da suspensão, uma situação idêntica às restantes moratórias.

Ainda nos casos em que seja pedida a suspensão de capital e juros, ou rendas (designação que abrange alguns contactos específicos, como o *leasing*), cada entidade financeira pode disponibilizar uma de duas opções: ou o alargamento do prazo do contrato por um período igual ao da moratória, o que implica, quando for retomado o pagamento regular, que a prestação fique um pouco mais alta, ou alarga o prazo por um período superior ao da moratória, de forma a manter o mesmo valor das prestações quando for retomado o pagamento. Quanto maior for o alargamento do prazo, maior é o encargo com juros no empréstimo.

Podem aceder à moratória os titulares dos contratos – celebrados até 18 de Março de 2020 – que o solicitarem até 30 de Junho.



Cartões de crédito incluídos

rsoares@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Governo antecipa 15 milhões em publicidade institucional para ajudar os *media*

Ministra reúne com sector na próxima semana para definir distribuição equitativa de compra antecipada de publicidade institucional pelo prazo de um ano

Isabel Coutinho

O plano de ajuda à comunicação social para enfrentar a crise decorrente da pandemia de covid-19 vai passar por um programa de compra antecipada de publicidade institucional do Estado de 15 milhões de euros. Trata-se de publicidade na televisão e rádio, em programas generalistas e temáticos informativos, e na imprensa de informação geral sobre temas institucionais que vão da saúde à integração social ou medidas de protecção em relação à covid. Vai prolongar-se por um ano, e a ministra da Cultura, que vai reunir com o sector na próxima semana para acertar a “distribuição equitativa” dos apoios, admite que o dinheiro chegue às empresas no fim deste mês, ao mesmo tempo que arranca a publicidade para reforçar medidas de saúde pública com o levantamento das medidas de confinamento. “O Estado decidiu alocar uma verba de 15 milhões de euros na aquisição antecipada de espaço para publicidade institucional.”

O anúncio foi feito ontem por Graça Fonseca, que assegurou que o

plano irá cobrir televisão, rádio e imprensa nacional, regional e local. A Lusa e a RTP, concessionárias de serviço público, não estão incluídas. A comunicação social de âmbito regional e local ficará com 25% do valor. Segundo a ministra, este apoio é também destinado às empresas que entraram em *layoff*: “Estamos a falar de investimento que existiria em qualquer circunstância”.

Trata-se de publicidade institucional de diversas áreas governativas, orientadas, nomeadamente para as campanhas da Direcção-Geral de Saúde, causas sociais e humanitárias (como o reforço do combate à violência doméstica e o combate a discriminações), literacia mediática (para garantir que as pessoas acedem à informação fidedigna), promoção da actividade e programação cultural, campanhas para a retoma das actividades económicas e sociais e até informação sobre procedimentos de segurança das populações para o levantamento gradual das restrições em Maio.

A coordenação dessa informação sobre em que meios, em que espaço (de antena ou páginas) e como se desenrolará este processo será feita pela secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros (PCM),



TIAGO PETINGA/LUSA

Graça Fonseca, ministra da Cultura, e Nuno Artur Silva, secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Média

concentrando os pedidos dos serviços que necessitem desta publicidade institucional. Cabe à PCM, em colaboração com a ERC, que gere o *site* da publicidade institucional do Estado, assegurar a transparência, tornando público todo o processo.

Médio e longo prazo

A medida de apoio desenvolve-se durante este ano “e provavelmente em 2021 também será necessário” investir mais. Os 15 milhões de euros que serão distribuídos durante o prazo de um ano representam o triplo

da despesa anual habitual do Estado na publicidade institucional. A adjudicação da publicidade será feita através de uma distribuição equitativa, como manda a lei da publicidade institucional, com critérios como a circulação, a abrangência de cada órgão da comunicação social, a representatividade territorial, etc.

Tal como o Sindicato dos Jornalistas “considera positivo o apoio de emergência ao sector”, o presidente da Associação Portuguesa de Imprensa está “completamente de acordo” com os traços gerais do anúncio do Governo – e João Palmeiro atenta que esta será “a primeira vez que o Estado cumpre a Lei da Publicidade Institucional”. José Faustino, que preside à Associação Portuguesa de Radiodifusão, aplaude a medida que injecta dinheiro já nas empresas, mas lamenta que não se vá mais longe com a isenção da TSU ou das taxas da ERC.

Mas as dúvidas começam agora. O sindicato realça em comunicado que o pacote “não é suficiente e que se impõem medidas de médio e longo prazo para responder a uma crise estrutural, agora agravada” pela pandemia. João Palmeiro também ressalva: “Temos de fazer contas quan-

do conhecermos o detalhe” da metodologia e prazos de distribuição.

Para a Plataforma de Média Privados (PMP, que integra os principais grupos de comunicação social e que o PÚBLICO também integra), o valor avançado pelo Governo “fica muito aquém do justo e necessário, pouco ou nada acrescentando às verbas tradicionalmente inscritas em sede orçamental para os mesmos fins”. O que contraria o cálculo da ministra de que é o triplo do valor anual. Ao PÚBLICO, Luís Nazaré defendeu a proposta entregue há dias pela PMP: “O referencial justo, decente e equilibrado para esta antecipação de publicidade institucional seria de um terço da taxa do audiovisual entre Abril e Dezembro”. Cerca de 50 milhões de euros. “Ninguém sabe quanto está realmente orçamentado por ano porque os valores estão dispersos por inúmeras rubricas. Estima-se que o total anual da despesa do Estado em publicidade – desde os editais das autarquias aos concursos, passando por campanhas de turismo – seja no pós-*troika* de 50 milhões. Por isso, os 15 milhões são curtos.” **com Joana Amaral Cardoso e Maria do Céu Lopes**

isabel.coutinho@publico.pt

15

milhões distribuídos durante um ano representam o triplo da despesa anual do Estado na publicidade institucional



Viktor Orbán e Xi Jinping apenas serão o futuro do Ocidente na imaginação de fazedores de opinião instantânea

Josef Joffe
Ex-director do *Die Zeit*

Sobreviverá a democracia ao coronavírus?



Ponto de vista
Jorge Almeida Fernandes

Avisou há dias Paul Krugman, Nobel da Economia: “A democracia americana pode estar a morrer”. A covid-19 e as suas consequências económicas são aterradoras. O pior está ainda para vir. Escreve no *The New York Times*: “Por que é tão assustador? Porque mostra que a América que conhecemos pode não sobreviver por muito tempo. A pandemia acabará; a economia pode finalmente recuperar. Mas a democracia, uma vez perdida, não voltará mais. Estamos mais perto de perder a nossa democracia do que muitas pessoas imaginam.”

As pessoas reconhecem que, em si mesma, não é a “peste” que muda os regimes. A virulência da pandemia criaria, sim, um terreno favorável ao nacional-populismo e às pulsões autoritárias. A “democracia iliberal” de Viktor Orbán ou a de Jaroslaw Kaczynski, na Polónia, seria o nosso horizonte. O gradual processo de corrosão das instituições democráticas culminaria agora, graças à pandemia, em regimes descaradamente autoritários. O “estado de emergência”, imposto para conter o contágio do vírus, seria um pretexto para sacrificar as liberdades à segurança.

Nos Estados Unidos, esse processo foi desencadeado pela eleição de Donald Trump. “Trump está todos os dias a atacar as instituições democráticas dos EUA e, lentamente, está a desmantelá-las”, declarou há dias ao PÚBLICO o politólogo americano Daniel Ziblatt, autor, com Steven Levitsky, do livro *Como Morrem as Democracias* (edição Vogais).

Trump não enganou ninguém. Logo em 2016, dias após a eleição, o politólogo Stephen Walt publicou na *Foreign Policy* um artigo intitulado: *Dez formas de saber se o seu Presidente é um ditador*. Em Fevereiro de 2020, Walt fez uma verificação dos mesmos dez pontos e concluiu: “Depois do *impeachment*, o Presidente passou na maior parte dos testes do caminho para o autoritarismo”.

A visão pessimista

A pandemia colocou Trump perante uma situação inesperada. A contagem dos mortos, a subida vertical do desemprego e a perspectiva de recessão económica põem em xeque toda a sua estratégia para a reeleição. Como resposta, ocupa os ecrãs diariamente, ameaçando ou dizendo disparates que desmente no dia seguinte. Em contraponto, o democrata Joe Biden é quase remetido ao silêncio, o que é uma pesada desvantagem.

Os últimos dias foram frenéticos. Trump atacou em todos os azimutes. Denunciou os *media*, em termos mais agrestes que o habitual, recusou qualquer responsabilidade nos erros cometidos, abriu fogo sobre a Organização Mundial de Saúde, ou seja, reinventou o “inimigo externo”, desafiou os governadores sobre a “reabertura económica”, ameaçando retirar-lhes as suas prerrogativas constitucionais e proclamando: “Quando alguém é o Presidente dos Estados Unidos, a autoridade é total. E é assim que tem de ser.” Na mesma linha, desafiou a seguir o Senado. Trump tem de manter o espectáculo. De manhã, lança um *tweet* dizendo que está na hora de despedir Anthony Fauci, o conselheiro científico para a epidemia, para logo a seguir o chamar ao palanquim numa conferência de imprensa. Fauci continuará certamente a desmentir com factos o que o Presidente diz contra os factos.

Que importa? Na quinta-feira à noite, Trump esqueceu-se do que dissera sobre os poderes dos governadores, reconhecendo a sua competência para determinar o fim da quarentena.

Há duas realidades em choque. Por um lado, o coronavírus está a arruinar a presidência de Trump, associando a pandemia e uma recessão que os seus adeptos vão sofrer na pele. Por outro lado, depois de uma liderança catastrófica da pandemia, tem de se servir dela para refazer a sua campanha: mostrar-se como o Presidente que toma as medidas decisivas. “A sua audácia mascara o desespero”, escreve o jornal *Politico*. Responde, no mesmo jornal, uma antiga conselheira eleitoral: “Nunca subestimem Donald Trump”. Poderá transformar-se a epidemia numa “oportunidade” para Trump?

Krugman é um irredutível pessimista. Se Trump vencer as eleições? “A América será uma perfeita Hungria.” E se as perder? Denunciará a vitória de Biden como uma fraude e recorrerá a todos os meios para recusar a realidade. O que poderia arrastar a decisão para o Supremo Tribunal.

Walt sublinha o desgaste das instituições e conclui: “É

impossível falhar a ironia da presente situação. Os americanos gastaram 25 anos a tentar espalhar a democracia em vários lugares improváveis e com escasso sucesso. O verdadeiro desafio, surpreendentemente, será termos a certeza de que a não perdemos em casa.”

A relativização da ameaça

Remando contra a maré do pessimismo e pensando sobretudo na Europa, o ensaísta Josef Joffe, antigo director do semanário alemão *Die Zeit*, respondeu na quinta-feira no *American Interest*: “As



“A democracia, uma vez perdida, não voltará mais”, avisa o Nobel da Economia Paul Krugman

emergências nacionais no Ocidente não alimentam déspotas e são de curta duração. A imprensa devia tomar nota disto.”

Contesta a pertinência dos precedentes húngaro e polaco. “A deriva do Fidesz de Orbán para um regime de partido único data de 2011. O corona [vírus] foi apenas a cereja no bolo. O mesmo na Polónia, onde os irmãos Kaczynski começaram a desmantelar o Estado de direito em 2006. O corona não pode explicar hoje o que começou ontem.”

Quanto às “emergências”, lembra que, depois de Pearl Harbor, o Presidente Franklin Roosevelt dispôs de poderes quase ditatoriais. E as emergências não são um cheque em branco e reúnem um vasto consenso. Na Alemanha, 93% dos cidadãos aprovam o confinamento parcial. O mesmo na Itália, na França ou nos Estados Unidos. Trump comete abusos, mas é difícil acusá-lo de estar a preparar um golpe de Estado, argumenta Joffe.

Poderia acrescentar que os primeiros meses da epidemia na Europa não estão a ser capitalizados pelas correntes nacional-populistas, bem pelo contrário.

Os “mercadores da angústia”, prossegue Joffe, ignoram outras coisas cruciais. Um pouco de História ajudaria. “O Estado liberal dá mais do que tira. Em flagrante contraste com os anos 1930, quando as massas miseráveis alimentaram a ascensão dos tiranos, o Estado-providência ocidental gasta triliões para diminuir o sofrimento e salvaguardar o futuro da economia. (...) Viktor Orbán e Xi Jinping apenas serão o futuro do Ocidente na imaginação de fazedores de opinião instantânea.”

O mundo continuará a rodar em torno do coronavírus e o debate do autoritarismo mal começou.

Jornalista. Escreve ao sábado
jafernandes@publico.pt



DESTAQUE

CORONAVÍRUS

China acrescenta 1290 mortes em Wuhan e declara que “não autoriza encobrimentos”

Presidente francês, Emmanuel Macron, diz que é “ingênuo” acreditar que a China agiu melhor do que outros países. Aumento no registo do número de mortes na cidade é de 50%

Alexandre Martins

Acusação de que a China escondeu a verdadeira dimensão do surto inicial do novo coronavírus, feita pelo Presidente norte-americano, Donald Trump, e por cada vez mais líderes europeus, ganhou força ontem com uma repentina actualização do número de mortos na cidade de Wuhan. As autoridades locais anunciaram mais 1290 mortes por covid-19, um aumento de 50%, para 3869, por se terem incluído óbitos em casa que aconteceram no início da epidemia.

Numa conferência de imprensa, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Zhao Lijian, negou existir qualquer “encobrimento” das autoridades chinesas. A actualização dos números de casos e mortes “é uma prática internacional comum”, sublinhou.

“A China não autoriza encobrimentos”, disse Zhao, respondendo às dúvidas levantadas pelo Presidente norte-americano na quarta-feira. “Acreditam mesmo nesses números

nesse país tão vasto chamado China? Alguém acredita mesmo nisso?”, questionou Donald Trump.

Um responsável de Wuhan, citado sob anonimato pelos jornais estatais chineses, disse que “algumas instituições de saúde falharam na comunicação atempada com os sistemas locais de prevenção e controlo de doenças, o que provocou um atraso no registo de casos confirmados”.

“Perguntas difíceis”

Nos últimos dias, Reino Unido e França também endureceram as críticas à forma como a China geriu os primeiros tempos da pandemia, quando a covid-19 parecia ainda limitada à província de Hubei, entre Dezembro e inícios de Janeiro.

“As coisas não podem voltar ao normal como eram antes da crise”, disse o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Dominic Raab, à agência Reuters. “Teremos de fazer perguntas difíceis sobre como é que [a pandemia] poderia ter sido travada mais cedo”, disse Raab, questionado sobre um possível “acerto de contas” com a China.

Ontem, foi a vez de o Presidente



Em Wuhan, foram atribuídas culpas às autoridades locais pela má gestão inicial da crise de covid-19

francês, Emmanuel Macron, sugerir que Pequim não foi transparente no início da crise, numa entrevista ao jornal *Financial Times* em que foi confrontado com as diferenças nas reacções entre governos autoritários e as democracias ocidentais.

“Face a essas diferenças, e às escolhas que foram feitas e ao que a China é hoje, que eu respeito, não sejamos ingênuos ao ponto de dizer que eles foram muito melhores a gerir esta crise”, disse Macron. “Não sabemos. É evidente que há coisas que aconteceram e que nós não sabemos.”

Apesar da diferença no tom e na escolha de palavras, a indicação de que a China poderá vir a ser questionada sobre a sua resposta inicial à pandemia foi também partilhada pelo secretário-geral das Nações Unidas. Numa reacção ao anúncio do Presidente dos EUA de que vai suspender o financiamento à Organização Mundial da Saúde (OMS), António Guterres disse que chegará o tempo “para se perceber como é que uma doença como esta surgiu e se espalhou de forma tão rápida, e de que forma reagiram à crise todos os envolvidos”.

“**Não sejamos tão ingênuos ao ponto de dizer que eles [a China] foram muito melhores a gerir esta crise. Não sabemos. É evidente que há coisas que aconteceram e que nós não sabemos**”

Emmanuel Macron
Presidente francês

Boris Johnson volta ao trabalho a 7 de Maio

O *Financial Times* noticiou que o primeiro-ministro britânico, que recupera de covid-19, regressa ao trabalho a 7 de Maio, coincidindo com o levantamento de restrições no país e na véspera do feriado do dia da vitória dos Aliados na II Guerra Mundial.

CHINA DAILY/REUTERS

Com a actualização feita ontem, a cidade de Wuhan, com 11 milhões de habitantes, tem 3869 mortes registadas por covid-19 e mais 325 casos de infecção do que antes. No total, Wuhan tem mais de 80% das 4632 mortes registadas em toda a China.

Autoridades locais culpadas

O que distingue a reacção dos EUA em relação à China é que Trump decidiu penalizar desde já a OMS com um corte no financiamento, durante a pandemia – acusando a agência da ONU para a saúde de “espalhar desinformação chinesa” e de “provocar muitas mortes com os seus erros”.

As dúvidas sobre a reacção inicial da China quando surgiu um novo coronavírus na cidade de Wuhan, entre Novembro e Dezembro do ano passado, repartem-se em acusações de encobrimento total por Pequim ou pelas lideranças locais.

A 11 Fevereiro, a Reuters noticiou que vários responsáveis políticos da província e da cidade foram afastados, com acusações de abandono de funções e encobrimento do número de casos e mortes. Os dois responsáveis máximos pelo departamento de

Quarentena prolongada em São Paulo até 10 de Maio

O governador do estado brasileiro de São Paulo, João Doria (PSDB), prolongou a quarentena nos 645 municípios da região até 10 de Maio. São Paulo tinha ontem registados 853 óbitos por covid-19 e 11.568 casos confirmados de infecção.

Saúde da província, Zhang Jin e Liu Yingzi, foram despedidos, e dezenas de outros funcionários do Governo no país foram afastados e acusados de não terem feito o que deviam para travar a infecção nas suas regiões.

E a responsabilidade pela forma como alguns médicos foram tratados quando quiseram denunciar a gravidade da situação foi também atribuída às autoridades locais da província de Hubei e da cidade de Wuhan.

“Não foram as autoridades chinesas, foram as autoridades locais”, disse na altura o embaixador da China em Londres, Liu Xiaoming.

Mas um especialista em política chinesa na Universidade de Hong Kong, Willy Lam, disse à Reuters, também em Fevereiro, que as autoridades regionais acabam por ser sempre responsabilizadas pelo Governo central, seja qual for a sua reacção.

“Se eles tivessem sido totalmente transparentes e divulgassem a situação desde o primeiro dia, o secretário do partido e o presidente da câmara seriam despedidos, e a máquina de propaganda do Estado iria dirigir a fúria do povo contra os responsáveis locais”, disse Lam.

E a atitude dos EUA em relação à forma como a China e a Organização Mundial da Saúde responderam ao novo coronavírus também não foi sempre crítica, levando a oposição ao Presidente Donald Trump a acusá-lo de procurar um bode expiatório para os seus próprios erros no combate à pandemia no país.

Ainda no dia 24 de Fevereiro, Trump escreveu no Twitter que o novo coronavírus estava “sob controlo” nos Estados Unidos e elogiou a OMS pela forma “muito inteligente” como estava a trabalhar com o Centro para a Prevenção e Controlo de Doenças norte-americano.

E, um mês antes, a 24 de Janeiro, três dias depois do primeiro caso confirmado nos Estados Unidos, e quando os serviços secretos norte-americanos já tinham alertado a Casa Branca para a possibilidade de a China estar a divulgar números inferiores à realidade, o Presidente Trump elogiou “os esforços e a transparência da China”.

“Tudo vai acabar bem. Em nome do povo americano, quero agradecer ao Presidente Xi Jinping”, disse Donald Trump no Twitter.

alexandre.martins@publico.pt

1081

marinheiros do porta-aviões francês **Charles de Gaulle** estão contaminados com o novo coronavírus e 545 têm sintomas

Casos confirmados no mundo

Valores às 21h00 de 17 de Abril

565.864 Recuperados

2.214.861 Total de casos confirmados

1.498.049 Casos ainda activos

150.948 Mortes

Fonte: Universidade de Johns Hopkins

Economia chinesa encolhe pela primeira vez desde 1976

Luís Villalobos

A economia chinesa, a segunda maior do mundo, sofreu uma contracção de 6,8% no primeiro trimestre do ano face a idêntico período de 2019, de acordo com os dados oficiais divulgados ontem. Esta é a primeira queda do PIB desde que há recolha de dados trimestrais, em 1992, e o *Financial Times* (FT) relata que a última vez que houve um recuo em termos homólogos foi em 1976.

Foi nos primeiros meses do ano que a pandemia da covid-19, que teve origem neste país, na província de Hubei, em Dezembro, obrigou à quase paragem da economia, com fábricas e comércio fechados e milhões de pessoas isoladas em casa.

Conforme recorda o FT, esta queda de 6,8% é ligeiramente pior do que as estimativas, que apontavam para uma descida de 6,5% e contrasta com o crescimento de 6% registado no quarto trimestre de 2019.

O Governo chinês já afirmou, de acordo com a Reuters, que o comportamento da economia será muito melhor no segundo trimestre, mas há ainda que contar com os efeitos adversos provocados pelo vírus em termos de procura interna e, também, nas exportações, com a covid-19 a afectar todo o planeta.

Nas suas previsões de Primavera, o FMI afirmou que a economia mundial deverá encolher 3% este ano, chamando a este período o “Grande Confinamento”, com a maior contracção na economia dos últimos 90 anos.

“Antecipamos um grande pacote de estímulos a anunciar brevemente para combater a pior recessão em décadas, com a maior parte do financiamento a ser disponibilizado pelo Banco Popular da China”, afirmou Ting Lu, economista-chefe do banco Nomura na China, numa nota citada pela Reuters.

Ontem também se soube que as vendas a retalho de Março tinham caído 15,8% em termos homólogos e que a produção industrial desceu apenas 1,1% no mesmo período, tendo este último sido visto como um sinal de recuperação económica.

De acordo com um painel de analistas da Reuters, o crescimento da China deve desacelerar para 2,5% este ano, quando o FMI aponta para bastante menos: 1,2%.

Mesmo com estes dados, as bolsas asiáticas e europeias mantiveram-se me terreno positivo, na expectativa da reabertura gradual de várias economias, como a norte-americana. Na China, o índice CSI 300, que abrange cotadas de Xangai e de Shenzhen, estava a ganhar 1% de manhã.

luis.villalobos@publico.pt



Comportamento económico será melhor no 2.º trimestre, diz Pequim

Aceleração de novos casos na Rússia preocupa Kremlin

João Ruela Ribeiro

A propagação do novo coronavírus na Rússia está a acelerar-se de forma dramática nos últimos dias e aproxima-se a passos largos do cenário do resto da Europa. Esta semana, o Presidente, Vladimir Putin, disse aos dirigentes mais próximos para se prepararem para os cenários “mais complexos e extraordinários”.

A Rússia contabilizava ontem pouco mais de 32 mil casos confirmados de covid-19 e 273 mortes – números que continuam muito abaixo do que é registado na maioria dos países europeus. Mas é a tendência de crescimento acelerado do número de casos que está a alarmar os responsáveis russos. Há seis dias consecutivos que o número de novas infecções bate recordes: ontem houve mais de quatro mil novos casos.

Os dados oficiais escondem, porém, uma grande subnotificação, de acordo com as conclusões dos testes realizados por quatro laboratórios privados. Desde o fim de Março que os laboratórios começaram a distribuir testes de baixo custo pela população assintomática e sem historial de viagens recentes ou contacto com pacientes infectados. As conclusões apontam para uma taxa de infecção neste sector da população entre 1% e 5%, diz a Reuters.

Segundo o Kremlin, a Rússia é um dos países que realizaram mais testes, com 1,7 milhões, mas alguns especialistas duvidam da sua fiabilidade.

A evolução do novo coronavírus tem obrigado a vários ajustamentos políticos, como o adiamento do referendo que o Governo queria fazer às alterações constitucionais que vão permitir que Putin permaneça mais tempo no poder. Esta semana também se decidiu adiar as comemorações do Dia da Vitória, a 9 de Maio, que este ano celebram 75 anos da vitória da União Soviética sobre a Alemanha nazi na II Guerra Mundial.

Numa reunião com vários dirigen-

Sistema de acolhimento de imigrantes na UE está paralisado

A Comissão Europeia admite que as operações de acolhimento, repartição e retorno aos países de origem de imigrantes sem documentos e refugiados estão paradas por causa da pandemia, que levou ao encerramento de fronteiras, diz o *El País*.



Putin não quer desleixos

tes próximos, Putin admitiu que a situação na Rússia está a evoluir de forma mais preocupante que o previsto. “Temos muitos problemas e nada de especial de que nos gabar, e definitivamente não podemos desleixar-nos”, afirmou o Presidente russo, citado pelo *Guardian*.

Se há um mês a posição do Kremlin era a de que a propagação de covid-19 no país estava controlada, hoje Putin admite que a situação “muda praticamente todos os dias e, infelizmente, não para melhor”. O chefe de Estado pediu aos seus aliados para que “considerem todos os cenários sobre como a situação irá desenvolver-se, mesmo os mais complexos e extraordinários”.

A propagação do coronavírus na Rússia está a levantar preocupação também na China, que tenta conter novos surtos. No início da semana, as autoridades de Saúde chinesas disseram que dos 89 novos casos importados, 79 eram provenientes da Rússia.

Várias cidades chinesas na fronteira com a Rússia têm adoptado medidas restritivas na fronteira e impuseram quarentenas. Em Suifenhe e Heilongjiang, capital da província de Harbin, é obrigatório o isolamento por 28 dias e testes para quem chegue do estrangeiro.

joao.ruela@publico.pt

ESPAÇO PÚBLICO



Marco Galinha



O empresário e fundador do Grupo Bel, que tem uma facturação anual de 400 milhões de euros, está preocupado com o impacto da pandemia na economia e critica a burocracia dos apoios criados pelo Governo, mas no seu discurso há uma mensagem positiva a retirar do actual contexto: Marco Galinha antevê que Portugal vai retornar à produção nacional e acredita que esta crise é uma oportunidade para a reindustrialização do país. (Págs. 36/37) **J.J.M.**



Xi Jinping



Não só o regime chinês é atacado por Trump, que acusa Pequim de ter escondido a verdadeira dimensão do surto inicial de covid-19 e a sua origem (o Presidente dos EUA persiste na ideia de que houve uma fuga laboratorial), o que tem sido reforçado com as críticas do Reino Unido e França à China, como os dados mais recentes da economia asiática mostram que encolheu (e bastante) pela primeira vez desde 1976. A China vive também dias difíceis. (Págs. 20/21) **J.J.M.**

O papel do Estado e os dividendos da EDP



Manuel Carvalho
Editorial

Quando António Costa disse no Parlamento, esta quinta-feira, que tinha chegado a hora de “reanimar a economia, sem deixar descontrolar a pandemia”, não estava seguramente a pensar no que pode o Governo fazer em relação aos bons resultados da EDP – ou de outras grandes empresas com sede em Portugal. É que há cada vez mais gente a defender o recurso à mão visível do Estado para proibir a distribuição de dividendos que,

recorde-se para o caso da EDP, foram conquistados em operações no estrangeiro e funcionam como um testemunho da excelência da companhia portuguesa. A EDP não é, felizmente, problema que deva preocupar o Governo. Até porque António Costa faz parte daquela classe de sociais-democratas que percebem que sem a riqueza gerada pelos privados é mais difícil desenhar políticas públicas.

Seria por isso estranho, no mínimo, que o Governo caísse na armadilha dos que lhe pedem uma ingerência na EDP com base na liturgia que tanto invoca uma moral pública como o horror aos lucros da iniciativa privada. Se a administração e os accionistas da EDP quiserem distribuir 695 milhões de euros, o problema é deles. Mas problema?

Sim, problema, porque como Susana Peralta lembrava, com razão, na sua coluna do PÚBLICO de ontem, citando um perigosíssimo farol da esquerda radical, o *Financial Times*, distribuir tanto dinheiro numa fase em que milhares (milhões?) de portugueses vivem perante o pavor do desemprego terá custos políticos enormes e danos de imagem incomensuráveis. É bom que os gestores e donos de empresas tenham a liberdade garantida pela lei para fazerem o que decidirem; mas é melhor que saibam que essa escolha não acontece no éter e, no contexto actual, terá uma enorme e natural repercussão na consciência dos portugueses.

Em cenários de crise, como este ou como o que vivemos na era da *troika*, as sociedades decentes

tendem a promover o valor da solidariedade e o sentimento de partilha com as suas principais vítimas. A EDP e todas as grandes empresas têm de perceber essa dinâmica ética e social e considerá-la nas suas opções. Os bancos perceberam-no. Muitas outras empresas seguiram ou vão seguir esse caminho como forma de prevenção para tempos que se adivinham de penúria. Uns e outros, porém, fizeram-no à custa da sua racionalidade ou dos seus valores. Não precisaram do Estado a tratá-los como criancinhas. Se a EDP seguir outro caminho, não poderá ser o Estado a julgar a sua decisão. Os cidadãos, sejam ou não seus clientes, cá estarão para o fazer.

manuel.carvalho@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Regresso

Recuperar as nossas vidas será sem dúvida o desafio mais importante e que passará certamente pela saúde mas também pela economia e por voltar à normalidade sabendo que nada será como antes. Na economia, muito importante e esclarecedora a entrevista com o professor Sérgio Rebelo (PÚBLICO de 14 de Abril), que de uma forma objectiva e clara nos diz que é fundamental tomar medidas para aliviar o sofrimento das famílias mais desprotegidas que mantenham empregos e preservem empresas viáveis, para que a economia recupere quando a pandemia passar. Começar a abrir aos poucos a economia através de soluções criativas mas seguras é fundamental para evitar que os efeitos da paragem económica não sejam superiores aos do vírus. Luís Filipe Paisana, Lisboa

O pesadelo vai continuar, infelizmente

O pesadelo que todos estamos vivendo continua. Há dias tive o pensamento positivo de que tudo isto passaria e, em breve, voltaríamos à rua para uma vida normal. Mas não. Prevêem-se dias negros. A OMS referiu que a população mundial tem de se acostumar a esta “nova realidade” – o que é mortificador e desesperante –, pelo menos enquanto não surgir uma vacina eficaz, que, na melhor das hipóteses, só aparecerá dentro de 18 meses (18 meses?!). O vírus, segundo a OMS, não vai desaparecer até que não exista mais de metade da população mundial imunizada e, enquanto isto não suceder, vai continuar a propagar-se de forma acelerada. Terrível, portanto, esta previsão. Ainda segundo a OMS, os países

têm de arranjar mecanismos para interromper a transmissão da infecção e defender a população mais vulnerável. O uso das máscaras em grande escala será a opção, mas não significa que, usando-as, se possa viver despreocupado, fazendo o que se quer. Só as provas de diagnóstico em grande escala permitirão, de alguma forma, controlar a epidemia, visto que ao detectarem-se os infectados poder-se-á proceder ao seu isolamento e interromper, em princípio, a cadeia de transmissão do coronavírus. Com este panorama lúgubre, quando voltaremos aos tempos que se foram? Quando?

António Cândido Miguéis, Vila Real

Máscaras

O Governo recomendou que não haja uso de máscaras na

população – aparentemente bem, pois, apesar de poderem ter algum efeito positivo, não havia máscaras para todos e seriam gastas máscaras essenciais para os serviços de saúde. Não se entende que haja agora uma alteração da indicação sem ter havido uma preparação prévia pelo Governo. Deveria ter incentivado, ou obrigado ao abrigo do estado de emergência, a indústria a produzir máscaras “comunitárias”, apenas depois faria a recomendação pública. Ricardo André, Loures

PÚBLICOERROU

O PÚBLICO escreveu ontem que Portugal era o 19.º país mais bem colocado na realização de testes do novo coronavírus. Considerando apenas países e, não incluindo territórios, Portugal está afinal entre os dez primeiros.

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores



Vladimir Putin

⚠ Há uma fronteira bem definida entre os países que foram rápidos a reagir perante o aumento de casos de covid-19 e os que julgaram ter a pandemia controlada, ao ponto de não serem tão incisivos nas medidas. A Rússia está entre estes últimos casos: há um mês, o Presidente russo dizia que a situação está controlada, hoje o cenário é outro e há um crescimento acelerado de doentes. O Kremlin diz que foram feitos muitos testes, mas a sua qualidade não será a melhor. (Pág. 21) **J.J.M.**



Nayib Bukele

⚠ Há uma disputa em El Salvador entre o Presidente e os poderes judicial e legislativo que teve origem no coronavírus. Bukele decretou medidas muito radicais, que levaram à detenção de milhares de pessoas que violaram as ordens de confinamento. O Tribunal Constitucional e o Parlamento intervieram para travar a onda de detenções e restrições de direitos dos salvadorenhos, mas Bukele recusa-se a acatar a decisão judicial. (Pág.39) **J.J.M.**



ESCRITONAPEDRA

A arte da previsão consiste em antecipar o que acontecerá e depois explicar porque não aconteceu
Winston Churchill (1874-1965), estadista

SEM COMENTÁRIOS ÍNDIA



SANJEEV GUPTA/AGFA

Os Beatles bipolares



Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

livro de Craig Brown sobre os Beatles tem mais de seiscentas páginas mas lê-se num instante porque está escrito e dividido em petiscos. Vão-se picando alegremente – Brown é o jornalista inglês mais hilariante desde Auberon Waugh, de quem é digno sucessor – e a fome vai-se matando sem que seja preciso enchermos a barriga com almoços e jantares.

Chama-se *One Two Three Four* e está cheio de curiosidades sobre os Beatles. Se pensava que já tinha lido tudo o que havia para ler sobre os Beatles, espere até ler o que leu Brown.

Nasceu em 1957 e apresenta isso como justificação de só ter embarcado no comboio dos Beatles na estação do *Sgt. Pepper's*, que tende a aturdir os passageiros por causa da fumarada nas carruagens e da atmosfera ácida, por assim dizer.

Mas é um fã e é como fã que escreve, apesar de picar mais o bilhete com o revisor McCartney do que com o revisor Lennon ou Harrison. Mostra bem a oscilação bipolar de Lennon e McCartney, uma das raras colaborações genuínas e geniais da música popular. Paul era hipomaniaco, John era depressivo. Paul era optimista, John era tudo menos isso.

Quando Paul escrevia “*We can work it out*”, John intercedia, inexplicável mas indispensavelmente com “*Life is very short*”.

Se era John a chorar “*He blew his mind up in a car*”, Paul intercedia, inexplicável mas indispensavelmente com “*Woke up, fell out of bed, dragged a comb across my head*”.

Há grandes, grandes canções do John, do Paul e do George, mas as mais interessantes são as do John e do Paul e as do Paul e do John.

EMPUBLICO.PT

Spirit Animal: o impacto das alterações climáticas nas tribos da Mongólia

Documentário estreia-se em 2021. Até 21 de Abril, a co-produção portuguesa organiza campanha de *crowdfunding* publico.pt/p3

As fotos do ano para a World Press Photo

As revoltas populares no Sudão e na Argélia dominaram palmarés que este ano, devido à pandemia, não será entregue na habitual cerimónia publico.pt/fotogaleria

Chefs unem-se para ajudar equipa médica dos cuidados intensivos do São João

Mais de uma dezena de cozinheiros garante pelo menos cem refeições diárias publico.pt/fugas

ESPAÇO PÚBLICO

A música venceu Salvatore Quasimodo



José Pacheco Pereira

Nestes tempos de peste, leiam o Eugénio de Andrade e, melhor ainda, ouçam as suas músicas

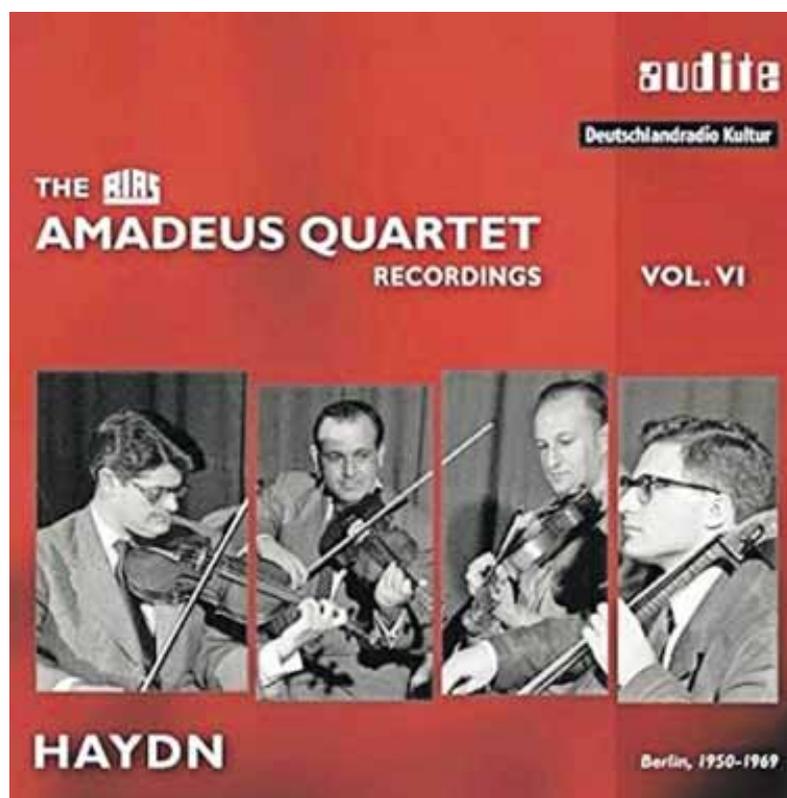
Penso que já contei esta história, mas em tempos de peste ouve-se às vezes melhor lá fora do que cá dentro. Algum pássaro a transportará passando por cima do cavaleiro do apocalipse que nos assalta hoje.

Entre o *Ostinato Rigore* publicado em 1964 e o *Obscuro Domínio* de 1971, Eugénio de Andrade escreveu muito pouca poesia. Traduziu e editou poetas e preparou várias antologias de prosa para a Inova, a sua editora nos últimos anos de ditadura. Foram também os anos em que o nosso convívio foi mais intenso, partilhado pela Rosa, o José Rodrigues, o Ângelo de Sousa, o Manuel Dias da Fonseca, o Jorge Peixinho e, numa visita memorável e esporádica, pelo Jorge de Sena. Essa visita merece ser contada, mas fica para depois.

O Eugénio estava com aquilo que hoje se chama *writer's block*, uma sinistra expressão para um poeta, ou seja, estava com uma crise de escrita. Recordo-me de uma longa conversa com o Eugénio sobre isso que começou na Rua de Palmela, 111, em que no andar de baixo vivia a Rosa e no de cima o Eugénio. Era uma casa bastante modesta e muito pequena, cozinha, sala partilhada entre uma mesa em que escrevia junto à janela e também comia, e uma pequena sala de estar, uma dispensa cheia de livros, e um longo corredor para o quarto de banho e o quarto do lado oposto da casa, virado para as árvores da rua. Os passeios nocturnos começavam muitas vezes aí e tinham uma paragem obrigatória no Café S. Lázaro, junto da Biblioteca Municipal e de um dos mais belos jardins românticos do Porto.

Nesse dia, saímos do café bastante cedo e seguimos em direcção à Ribeira pela Rua de S. António (que a ditadura impediu que se chamasse 31 de Janeiro), depois pela Rua Mouzinho da Silveira, até ao rio e depois ao longo do rio. Era uma

O RUÍDO DO MUNDO



daquelas conversas que incluem muitos silêncios que não incomodavam ninguém, pela sua naturalidade. (Outro poeta que tinha também essa capacidade de silêncio como parte da conversa era o Vasco Graça Moura.) Eugénio dizia que já não conseguia escrever poesia, as suas palavras nos poemas tinham atingido um estado de depuração e contenção, que não conseguia ultrapassar essa forma exígua e contida. Dava o exemplo de Salvatore Quasimodo e dos seus poemas como também tendo chegado a uma forma tão condensada de escrita, “como uma pedra”. Não se podia passar dali. A conversa e o passeio terminou num

pequeno estaleiro que havia à beira-rio. Era uma noite escura e os barcos tinham uma sombra sinistra, embora a noite fosse amena. Saídos da Ribeira havia muito pouca gente na rua, a não ser alguns pescadores. Para quem conhece o Porto, sabe que o passeio foi muito longo, e o regresso duplicou-o.

Lembrei-me então da música e sabia que o Eugénio ouvia muito pouca música em casa. Não era por falta de referências musicais nos seus poemas, nem pelo convívio semanal com a tertúlia do Manuel Dias da Fonseca em Matosinhos, nem sequer quando Jorge Peixinho e Clotilde Rosa irromperam neste círculo

de amizades. Mas o Eugénio era em grande parte um autodidacta, “feito” não só pelo seu génio poético, mas também pelo convívio que desde Coimbra, e ainda mais no Porto, tinha com muita gente da arte, da música, do teatro, da cultura em sentido lato. Era também um grande e selectivo leitor, cujos livros estavam cheios de sublinhados e pontuações, traduzindo o impacto que alguns textos tinham nele. E “feito” também pelas suas paixões, num tempo em que eram proibidas e perseguidas.

Eu tinha muito poucos discos, que eram caros, e ia muitas vezes ouvir



Penso que já contei esta história, mas em tempos de peste ouve-se às vezes melhor lá fora do que cá dentro

música a pretexto de comprar discos numa loja na Rua de S. António. Tinha feito, no Liceu Alexandre Herculano e depois no Rainha S. Isabel, umas sessões de comentário a músicas e estudara piano e composição, embora mais tarde tivesse interrompido as aulas. Ofereci então ao Eugénio um dos poucos

discos que tinha, com quartetos de Haydn, e ele comprou um *pick up* caro, e depois não largava a música. Contava com dois grandes melómanos para o aconselhar, Manuel Dias da Fonseca e Óscar Lopes, antes de ficar quase surdo. Comprava e ouvia essencialmente música de câmara, Haydn, Beethoven, Mozart, e os ciclos de canções de Schubert, Wagner, Strauss. Gostava de Mahler, mas passava pouco daí. Tinha um disco de música electrónica com um poema de Henri Michaux, que o Jorge Peixinho lhe tinha dado, e que ele me fez ouvir, mas era o poema que lhe interessava e não a música.

Mais tarde reconheceu que fora pela música que começara de novo a escrever, e é possível encontrar nalguns poemas posteriores referência muito mais precisas a peças musicais. A música vencera Salvatore Quasimodo. Nestes tempos de peste, leiam o Eugénio de Andrade e, melhor ainda, ouçam as suas músicas.

Como nesta página não entra a covid-19, para a semana há mais.

Historiador. Escreve ao sábado

Krisis e kairos – entre a medicina e a política

Francisco Assis

Impõem-se especiais cautelas na retoma da normalidade, o que implica articulação entre o sentido da prudência e o sentido do risco

Há uns dias um amigo médico lembrava-me de que a boa medicina é aquela que sabe conciliar a ciência com a arte curativa. Dizia-me isto a propósito da polémica que se estabeleceu em França acerca das vantagens ou dos inconvenientes da utilização de determinados fármacos no tratamento da pandemia que nos aflige. Na semana passada, o Presidente francês, Emmanuel Macron, foi propositadamente a Marselha para se encontrar com Didier Raoult, médico infecciosologista e professor universitário de renome internacional. Este clínico tem defendido que o recurso a uma combinação de um antivírico e de um antibiótico, utilizados noutras patologias, permite tratar com elevado grau de sucesso os doentes infectados com covid-19. A França, o país da razão cartesiana, dividiu-se nesta época de pandemia entre os ídólatras do professor de Marselha e os seus virulentos críticos. Os primeiros excedem largamente os segundos. Daí que o próprio Presidente da República tenha sentido necessidade de ir ouvi-lo no seu próprio local de trabalho, o moderno hospital que dirige. Sabe-se que conversaram durante três horas, sendo que ainda se desconhece o efeito que tal diálogo causou em Macron, a quem o mundo da medicina não é de forma alguma estranho. Os seus pais são ambos médicos, assim como os seus dois irmãos.

A discussão adquiriu tais contornos que um dos mais conhecidos filósofos franceses, Luc Ferry, lhe dedicou o último artigo na sua habitual coluna das quintas-feiras no diário liberal-conservador *Le Figaro*. Ferry coloca a questão com absoluto rigor: de um lado estão os médicos de clínica geral que consideram criminosa a interdição da prescrição da hidroxicloraquina em ambiente não hospitalar; do outro lado, os seus colegas que, em nome do princípio da prudência, defendem exactamente o contrário. Uns e outros esgrimem argumentos inteligentes e respeitáveis. Perante isso, Luc Ferry, atendendo à presente situação de emergência, opta por dar razão à posição dos clínicos gerais. Na sua perspectiva, no actual contexto o princípio da prudência, hoje tão



prevalente no pensamento e na acção política dos governos europeus, deve ser relativizado. Em circunstâncias excepcionais

**“
Numa época de grave crise económica como aquela que começamos a atravessar, a sociedade civil e o espaço público tenderão a ficar profundamente fragilizados**



justifica-se plenamente o recurso a soluções envolvendo algum grau de risco. Deveria, assim, competir a cada médico em concreto a avaliação da prescrição terapêutica mais adequada face à singularidade de cada paciente.

Este assunto tem uma importância que extravasa largamente esta polémica francesa, já que remete para uma discussão mais profunda sobre a forma como o princípio da prudência tem vindo a adquirir progressiva hegemonia nalgumas áreas da política europeia. Tal decorre da

difficuldade em conviver com o risco e poderá vir a ter consequências dramáticas no campo da investigação científica. Isso já se nota em domínios tão importantes como o da inteligência artificial ou o das biotecnologias. O tema é naturalmente muito difícil mas reclama uma abordagem menos conservadora do que aquela que se tem vindo a impor na Europa.

Retomando a ideia inicial de que a medicina compreende uma dupla dimensão, ocorre-nos inevitavelmente um dos conceitos fundamentais a que Hipócrates recorreu para descrever a prática médica – o conceito de *kairos*. Para aquele que é considerado um dos primeiros clínicos da história da humanidade havia dois momentos determinantes no processo do tratamento de uma doença: o da *krisis* e o do *kairos*. Este último correspondia ao instante exacto em que era possível alterar radicalmente a situação do paciente. Alcançava-se pela via de uma observação aturada e de uma intuição fulgurante. O conceito projectou-se muito para além do campo médico e foi percebido como uma criação criativa capaz de apontar para o surgimento de uma nova realidade. Acaba por corresponder à ideia de um acontecimento transformador resultante da capacidade humana de agir na hora adequada. Representa uma das formas mais elaboradas de articular a contingência com a fatalidade, a criatividade com a

predeterminação e a liberdade com o destino. Em qualquer uma destas díades, o primeiro conceito terá sempre prevalência sobre o segundo.

Se olharmos para a presente crise verificaremos que os governos que lidaram melhor com ela foram aqueles que, usando metaforicamente o modelo que Hipócrates aplicava à medicina, melhor souberam articular a *krisis* e o *kairos*. Veja-se o caso português. Está hoje completamente demonstrada a pertinência da decisão presidencial de decretação do estado de emergência, bem como da sua exemplar aplicação por parte do Governo. Os resultados do confinamento estão bem à vista. Impõem-se agora especiais cautelas no processo de retoma da normalidade, o que implica uma cuidadosa articulação entre o sentido da prudência e o sentido do risco.

2. Numa época de grave crise económica como aquela que começamos a atravessar, a sociedade civil e o espaço público tenderão a ficar profundamente fragilizados. Num país como o nosso, de insuficiente tradição liberal e de reconhecida propensão para a prática do clientelismo, há sérias razões de preocupação. Temos todos por isso a obrigação cívica de estar atentos ao comportamento dos diversos poderes e contrapoderes.

Militante do PS. Escreve ao sábado

ESPAÇO PÚBLICO

O vírus, o isolamento e as desigualdades de berço

Isabel do Carmo

É a altura de falar do sistema pelo nome, capitalismo, e da luta também pelo nome, igualdade

As desigualdades de berço, de infância e de vida adulta estão sempre presentes e são determinantes da saúde. Mas as situações de crise aguda tornam-nas mais evidentes e não podemos passar por elas como se realmente vivêssemos num mundo harmonioso de fraternidade perante um inimigo comum, o vírus. Como sempre, a habitação, os alimentos e as condições de trabalho vão determinar os nossos riscos. E vale a pena voltar à frase da “saúde em todas as políticas” e não apenas da área da saúde e doença que depende do respectivo ministério.

Um grupo de estudiosos franceses da habitação aplicou conhecimentos na área à necessidade actual de isolamentos e publicou-os a 5 de Abril. Será interessante aplicarmos os seus dados em relação a Portugal. Segundo eles, e de acordo com informações da associação Abbé Pierre, há em França quatro milhões de pessoas mal alojadas, na rua, ao acaso, em centros de acolhimento, em abrigos de caridade ou em alojamentos insalubres sobrepovoados. Nestes casos, pensar em distanciamento social é uma fantasia. Quantos há em Portugal? Mas lá que os há, há. E são pessoas. As juntas de freguesia e algumas associações têm estado atentas a estes casos.

Mas não é tanto sobre eles que se debruçam. É sobre as residências habituais. E estudaram o espaço dentro de casa conforme a condição social. De acordo com os resultados, e em média, um casal de quadros dispõe de 46m² por pessoa e um casal de operários de 35m². Ou seja, a primeira família disporá no primeiro caso de cerca de 90m², incluindo cozinha e casa banho, e a segunda família de 70m². Se houver filhos, mais a partilha será necessária. Depreende-se logo daqui que quanto à possibilidade de isolamento há imediatamente diferenças.

Mas as diferenças não são só de superfície. Para além desta, há outras questões de construção. Espaços abertos ao exterior, tipo varandas, há em 71% das habitações dos quadros e em 36% das casas dos operários. Perguntei à minha amiga Helena Roseta, uma lutadora por estas causas, se havia algum estudo idêntico em Portugal, nomeadamente em Lisboa. Parece



que não. Mas os regulamentos dos novos alojamentos sociais da autarquia têm em consideração a superfície por pessoa. Mas são os que hão-de vir...

Os arquitectos sabem que o “limiar patológico” são 10m² por pessoa. Como isso significa dois por cinco metros, não é difícil imaginar que uns milhões de portugueses vivem dentro do limiar patológico. E ficam realmente... patológicos.



Como sempre, a habitação, os alimentos e as condições de trabalho vão determinar os nossos riscos



possível?

E as diferenças não ficam por aqui. A região de Lisboa, tal como a de Paris, tem crescido em cebola e as cascas sucessivas de bairros de habitação vão mudando de características. Os bairros onde moram os desempregados, os operários, os trabalhadores dos serviços mais mal pagos, são constituídos por grandes prédios de habitação, com grande densidade de ocupação do

terreno. Os preços das casas de habitação de Lisboa e do Porto empurraram as famílias, mesmo as que auferem vencimentos de licenciados, para caixotes de aglomeração de famílias em prédios de maior escala. Mais barulho, pior sono, mais densidade populacional, mais filas nas lojas de abastecimento. O isolamento é mais difícil e mais duro de suportar.

Para além desta casca de cebola ficam depois os bairros construídos ao acaso, sem regras, superpovoados. Ora, os médicos e outros técnicos de saúde pública têm identificado os infectados pela covid-19, que são milhares, como se sabe. Destes, só uma pequena minoria vai para os hospitais, que por enquanto têm tido capacidade para isso. Os outros são contactados por médicos e enfermeiros incansáveis que lhes telefonam para monitorizar os sintomas e o isolamento. Qual é o isolamento possível? Mais uma vez, esse cuidado segue uma escala social na qual os pobres são os que têm mais risco de transmitir o vírus à camada seguinte, os de alto risco, que com eles conviveram ou convivem e para os quais, além do mais, tem havido dificuldade de aplicação de testes no serviço público. Entre estes de alto risco, mais uma vez são os que podem pagar testes privados que os pagam e que são caros. Esta é a escala social. Segue-se a questão da alimentação. Para

quem já é portador ou doente com a covid-19, não há alimentos que curem, ao contrário de muitas notícias que aparecem por aí. Os cuidados que se devem ter é com a desinfecção das embalagens dos alimentos. Mas o que há são as recomendações de alimentação saudável em geral, que é preventiva de situações de doenças e reforça a capacidade de resistir seja por reforço da imunidade, seja por proteger do meio inflamatório, seja porque tem de ser suficiente em macronutrientes e em vitaminas e sais minerais. E seja qual for a orientação dos guias alimentares credíveis, como os já publicados por Pedro Graça e Maria João Gregório, vamos sempre ter a uma necessidade: vegetais, fruta e iogurtes.

Se olharmos para a lista do supermercado e observarmos os preços, veremos o que é mais caro. Não desconheço que há uma cadeia de supermercados que não tem feito especulação, pelo contrário. Mas penso nos produtores independentes... Como vai ser a vida deles? E terão os nossos desempregados ou trabalhadores de baixos salários capacidade para comprar aqueles alimentos que são próprios para a nossa saúde? Não terão decerto os 17% dos portugueses que estão na pobreza (já foram 25%). Tenderão a reduzir-se à comida que “enche”.

Por isso, a saúde em tempo de crise aguda é tão dependente do que está para trás. Na última crise aumentaram as anemias ferropénicas, as pneumonias e as depressões, e não foi por acaso. Por isso, porque há desigualdades de berço, o chamado Estado social é tão necessário e têm de ser reforçadas a saúde, a educação, a habitação, tão desgastadas nos países europeus nos últimos anos, como está descrito nos artigos actuais escritos em grandes jornais franceses, belgas e ingleses, que travam lutas idênticas à nossa e comentam o desgaste sofrido anterior à luta actual contra o vírus.

O momento actual é de combate à pandemia e não pode deixar de se realçar a atitude exemplar de actores políticos como Rui Rio ou Catarina Martins. Mas também é altura de falar das desigualdades presentes e futuras como têm feito Ricardo Paes Mamede, José Reis e Farinha Rodrigues, tal como das sequelas na saúde dos “curados”, como já fez Ricardo Cabral.

É a altura de falar do sistema pelo nome, capitalismo, e da luta também pelo nome, igualdade. Nem o primeiro é responsável pelo vírus nem a segunda pode curar os doentes. Mas a saúde ou a doença estão dependentes deles. E talvez este abalo psicológico possa despertar em muitos a pergunta: é mesmo isto que queremos?

Médica; professora da Faculdade de Medicina de Lisboa; activista política

A sabedoria de Salomão em tempo de transição

M. Patrão Neves

Toda a visão dicotómica da realidade é empobrecedora. E torna-se particularmente redutora quando se aplica aos valores, induzindo à escolha de um por exclusão do outro. Quando a nova realidade social que vivemos em tempo de pandemia é problematizada em termos alternativos, torna-se necessariamente falaciosa e, ainda mais grave, profundamente equívoca das soluções a procurar e das decisões a tomar. Uma pergunta mal formulada é certeza de uma resposta falhada.

E, todavia, é esta visão tão simplista quanto enganadora da sociedade que tem dominado o espaço público. Primeiro, interrogava-se sobre a dicotomia autonomia individual ou responsabilidade social, depois sobre a saúde pública ou a economia nacional, depois também sobre a emergência sanitária ou a democracia política... Vem-me à memória a narrativa do rei Salomão, que, perante duas mulheres que reclamavam como seu um bebé recém-nascido, o manda cortar em dois para o distribuir pelas duas mulheres, assim descobrindo a verdadeira mãe, aquela que prefere abdicar do filho vivo a receber parte do cadáver. A moral do Julgamento de Salomão não é a de simplesmente optar por uma das mulheres, o que efectivamente não fez; nem tão pouco a de dividir pelas duas o que ambas reclamavam, o que também não fez. A lição a reter é a de que uma decisão sábia é também criteriosa e que para tal importa ter conhecimento, mas também sensibilidade para o aplicar adequadamente à realidade concreta sempre singular, sempre diferente. O Julgamento de Salomão personifica sabedoria prática ou prudência, isto é, a capacidade de “perceber no real as exigências morais”. Não perguntemos, pois, se Salomão, o rei sábio, escolhe entre a autonomia ou a responsabilidade, entre a saúde ou a economia, entre a emergência ou a democracia; não acreditemos, tão pouco, que a decisão salomónica seja dividirmo-nos entre ambas. A sabedoria reside no conhecimento da necessidade de ambas e na capacidade de as salvaguardar no contexto único que vivemos. Não aceitemos escolher entre a autonomia e a responsabilidade, até porque estes valores éticos não são contraditórios, mas complementares: é a responsabilidade de todos que permite a autonomia de cada um, devendo esta exercer-se responsabilmente para que todos gozem de autonomia.

Não aceitemos escolher também entre viver em democracia ou num período de estado de emergência. É possível conciliar ambas as realidades se não confundirmos meios excepcionais para manter a ordem pública

numa situação excepcional de pandemia com a finalidade democrática de providenciar a todos protecção social.

Não aceitemos escolher ainda entre a Saúde e a Economia que, aliás, se reforçam mutuamente. É uma economia forte que pode dispor de serviços de saúde de qualidade, sem os quais a actividade económica se ressentir. Afinal, mesmo no início da eclosão da crise sanitária, com a priorização clara da saúde, manteve-se a protecção possível do tecido produtivo. Esqueçamos, pois, discursos dicotómicos, afuniladores de opções, que hoje tendem a regressar, consequência desta nossa mentalidade colectiva bipolar que, da valorização hegemónica da saúde com o afundamento compulsivo da economia, reage agora num desastroso movimento pendular, clamando pela libertação da economia e secundarização da população vulnerável. Rejeitemos as palas do dualismo e ousemos aspirar à sabedoria de Salomão nesta fase de transição da clausura sanitária para a mobilidade económica. Não há modelos testados, mas há conhecimentos e experiências que se vão somando e que devemos ir ajustando à nossa realidade. E há, sobretudo, condições exigíveis para a fase de transição. A primeira é proteger. Por exemplo, sem a distribuição gratuita de máscaras ou sem a disponibilização de desinfetante nos espaços públicos, não teremos o mínimo de protecção assegurada. A segunda é monitorização. Sem testar previamente todos os que trabalham presencialmente e sem

“Ousemos aspirar à sabedoria de Salomão nesta fase de transição da clausura



controles regulares de temperatura, não teremos o mínimo de dados necessários para avaliação da situação epidemiológica do país. A terceira é comunicar. E acrescentaria que, sem informação factual e objectiva, rigorosa e coerente, não teremos o mínimo de segurança para retomar o quotidiano. Na fase de transição, que em breve se iniciará, só uma protecção adequada, uma monitorização regular e uma comunicação transparente construirão a confiança das pessoas e permitirão também que abandonem um modo de pensar e agir dicotómico. A confiança será o fio do pêndulo numa posição sustentável, será a prova do afastamento equidistante das dicotomias, será a evidência da sabedoria de Salomão.

Professora catedrática de Ética da Universidade dos Açores

Temos de escolher entre dois males?

Esther Mucznik

A escolha da resolução desta ou de outra crise não está entre a liberdade e a ditadura como forma mais eficaz para um regime político

“Mais vale vermelhos do que mortos!” Este era o *slogan* usado durante a Guerra Fria por muitos dos que se opunham às armas nucleares, subentendendo assim que, entre a ditadura comunista ou a morte numa guerra nuclear, a melhor opção seria a primeira.

Felizmente, essa opção não se colocou. Mas este *slogan* é motivo de reflexão sobre o que se passa hoje no mundo a propósito da pandemia do coronavírus. Apesar de um contexto histórico e político totalmente diferente, há elementos que me fazem pensar que, para muito boa gente, a escolha entre dois males é uma opção. Refiro-me concretamente à “fama” – e mais algumas novas “rotas da seda” – que a China tem ganho ao longo deste período difícil que atravessamos: “A China foi capaz de controlar e superar o vírus em tempo-recorde”; a China “ajuda” os países como a Espanha e a Itália”; a China é “solidária”, contrariamente à des-União Europeia... Enfim, a China não poderá ser um exemplo?

Ignora-se assim a verdadeira natureza de um regime que, acima de tudo, é uma ditadura comunista adaptada aos tempos modernos. Um regime que soube inteligentemente tirar as lições do malogro da ex-URSS, permitindo a propriedade privada e o enriquecimento particular, não apenas para dinamizar a economia, mas como forma de granjear apoio a um regime com punho de ferro.

Na verdade, para além de sabermos que a covid-19 nos chegou da China, não sabemos quantas pessoas morreram ou continuam a morrer do vírus ou por tentarem divulgar ao mundo o que se passa na realidade... E não sabemos porque não há imprensa livre, os *media* e as redes sociais são totalmente controlados, tal como o é a população, no seu conjunto e individualmente, pelos meios tecnológicos mais sofisticados com os quais os cidadãos são monitorizados através dos seus *smartphones* e de câmaras de vigilância. E não sabemos, porque se trata de uma ditadura onde cada passo é vigiado e cada desvio punido sem piedade. Aos que consideram que a opção se situa entre a liberdade ou a vida, eu aconselho vivamente

que leiam o artigo de Yuval Noah Harari no *Financial Times*. Porque, na verdade, a opção não é essa. A escolha da resolução desta ou de qualquer outra crise não está entre a monitorização dos passos de cada cidadão e a segurança, não está na repressão dos direitos humanos, não está na concentração absoluta do poder nas mãos de um líder absoluto, nem de qualquer “salvador” de última hora. Não está entre a liberdade e a ditadura como forma mais eficaz de um regime político em tempos de crise, mas sim na educação e informação clara e aberta das populações. Quanto maior for a consciência cívica e democrática dos povos, maior será a sua resistência às catástrofes e também ao autoritarismo político.

Não é por acaso que a população portuguesa, que viveu 50 anos de ditadura, tem conseguido distinguir, na sua esmagadora maioria, a diferença entre as necessárias medidas coercitivas tomadas, e bem, pelo Governo português, decorrentes do estado de emergência em que vivemos, e a memória de um passado que, apesar dos saudosistas, se quer enterrado. O papel do Estado é fulcral na



Nos tempos que correm, a tentação de transformar o temporário em definitivo é grande



protecção da saúde e do bem-estar dos seus cidadãos e torna-se ainda mais importante em tempos de crise como a que vivemos actualmente. Mas uma coisa é a necessária protecção do Estado através dos meios necessários à saúde, educação e combate às desigualdades sociais dos cidadãos, outra é submeter os cidadãos ao seu serviço. Paraphraseando Arthur Koestler, é bom nunca esquecer que num regime comunista

como o chinês, o indivíduo é zero e o partido o infinito. Mas o mesmo se pode dizer de qualquer outro tipo de ditadura... Nos tempos que correm, de estado de emergência e da supressão temporária de vários direitos em numerosos países, a tentação de transformar o temporário em definitivo é grande. Visto pelo prisma deste lado ocidental do mundo, a tentação virá sobretudo do populismo redentor, dos líderes políticos para quem esta crise serve também de trampolim para manter e endurecer o seu poder. Neste campo, não tenho muitas ilusões sobre o que se passará a seguir...

Estudiosa de temas judaicos

POLÍTICA

Reservas nas Forças Armadas serão voluntárias

Tendo em conta a redução dos efectivos militares dos últimos anos e novas situações que requerem meios adicionais no âmbito da Protecção Civil, as Forças Armadas estudam novas formas de recrutamento

Defesa
Nuno Ribeiro

As reservas de recrutamento ou de disponibilidade nas Forças Armadas, cuja operacionalidade de conceito vai ser trabalhada e é assumida num despacho do ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, só serão constituídas por voluntários, não representando, assim, um regresso encapotado do Serviço Militar Obrigatório (SMO).

O SMO terminou em Novembro de 2004, numa iniciativa das juventudes partidárias maioritárias no Parlamento, Juventude Socialista e Juventude Social-Democrata, e na constituição destas reservas não é equacionado o regresso do serviço militar obrigatório para o qual, aliás, não há consensos, nem houve debate político.

No despacho assinado na terça-feira, 14 de Abril, Gomes Cravinho reconhece que o objectivo final do grupo de trabalho agora criado sob a direcção política do Ministério da Defesa, e nele centralizado, tem em conta a redução de efectivos das Forças Armadas verificada nos últimos anos e a necessidade de dar resposta a situações novas que requerem meios adicionais (por exemplo, no âmbito da Protecção Civil).

Dito de outra forma: a expectativa é que esta medida, num momento em que é anunciado um aumento do desemprego, cuja diminuição nos últimos anos – relacionada com a baixa de salários – tornou socialmente pouco atractivas as Forças Armadas, tenha consequências positivas no recrutamento, com a adesão voluntária.

Na chamada “reserva de recrutamento” estão os cidadãos entre 18 e 35 anos que, não tendo prestado serviço efectivo nas fileiras, podem ser objecto de recrutamento excepcional. Insistem, na Defesa, que esta adesão seria voluntária, e que os sucessivos dias de Defesa Nacional equivalem ao cumprimento de deveres militares.

Os inquéritos feitos aos jovens que participam naquela iniciativa apuraram um nível de interesse superior ao esperado, e esta também será



Perda de efectivos e novas competências exigem reforço de meios humanos nas Forças Armadas

uma forma de encarrilar parte dos 7800 voluntários que responderam ao convite do Estado-Maior Geral das Forças Armadas (EMGFA) para uma mobilização face ao surto de covid-19. Sobretudo, os mais jovens daqueles que o EMGFA designa como “membros da família militar”.

Diferente é a situação da “reserva de disponibilidade”, que alberga os que já tiveram contrato com as Forças Armadas e estejam nos seis anos subsequentes após o mesmo.

As questões das reservas de recrutamento e disponibilidade estavam inscritas no programa do Governo para a área da Defesa, e o gabinete de Cravinho começou a trabalhar no tema desde Janeiro. Estes dois factos são, portanto, anteriores à pandemia do novo coronavírus e à declaração do estado de emergência.

O texto ministerial aponta a existência de um vazio legislativo, ou seja, a lei de 13 de Julho de 1995, do XII Governo presidido por Cavaco Silva e com António Figueiredo Lopes à frente do Ministério da Defesa, que define a mobilização e requisição, nunca foi regulamentada.

Também a Lei do Serviço Militar Obrigatório, de 1999, com António Guterres como primeiro-ministro e Júlio Castro Caldas titular da Defesa Nacional, que aborda a reserva de recrutamento e a reserva de disponibilidade, nunca foi regulamentada.

Em relação às tarefas, o despacho ministerial refere a acção das Forças Armadas no apoio fundamental à Protecção Civil, como consta da Lei de Bases da Protecção Civil.

O grupo de trabalho, que todos os meses apresenta um relatório ao ministro até ao prazo máximo de um ano de labor, é presidido pela Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, e integra o EMGFA, os três ramos, a secretaria-geral do Ministério da Defesa e um elemento da secretaria de Estado dos Recursos Humanos e antigos combatentes, liderada por Catarina Sarmento de Castro.

Por fim, o despacho admite a participação de mais entidades da Defesa e de outras áreas governativas.

nribeiro@publico.pt

Sessão do 25 de Abril no Parlamento contará com 130 pessoas, entre deputados e convidados

Celebrações
Maria Lopes

Marcelo defende desde Março que o 25 de Abril tem de ser comemorado porque a democracia e o país não estão “suspensos”

A sessão comemorativa do 25 de Abril na Assembleia da República (AR) irá realizar-se nesse dia de manhã (10h) com a presença de cerca de 130 pessoas, entre deputados e convidados. As contas são do próprio Parlamento, de acordo com uma nota publicada no site da AR. Uma redução significativa em relação às cerca de 700 presenças da sala das sessões no ano passado, mas que corre o risco de colocar mais do que quatro pessoas por cada cem metros quadrados como tem sido imposto em superfícies comerciais.

“O leque de convidados será limitado, em face da situação excepcional que o país atravessa, permitindo respeitar as distâncias de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde.” Nestas 130 presenças, contam-se um terço dos deputados em funções (77) e depois os convidados da lista do protocolo de Estado que vão desde o Presidente da República até aos deputados, que no conjunto são 22 cargos. Mas a previsão é que sejam apenas 40 convidados. O que significa que haverá casos em que poderá estar apenas um representante – por exemplo, um representante dos conselheiros de Estado. Também não é certo que todos estes convidados aceitem estar presentes. O que significa que as restantes quase duas dezenas serão funcionários e jornalistas.

Todo o ritual e cerimonial será também muito mais reduzido devido às restrições da pandemia de covid-19, mas a AR vinha que será “sem perder de vista a dignidade da cerimónia”. Não haverá honras militares na escadaria principal, nem pelotão à porta, e também foi eliminado o cortejo que levava o Presidente da República e o presidente da AR até à Mesa da Assembleia. Os convidados, que normalmente podem conviver nos corredores, em especial nos Passos Perdidos, e no salão nobre, alguns na sala do Governo e também na sala de visitas do presidente,

serão encaminhados directamente para as galerias, onde será pedido um espaçamento generoso entre os presentes. No plenário, só poderão sentar-se os deputados e não haverá lugar para convidados entre estes e a tribuna do Governo.

Apesar dessas alterações, os discursos mantêm-se como habitual, com as intervenções dos deputados únicos e dos representantes dos grupos parlamentares por ordem crescente de representatividade, do presidente Ferro Rodrigues e do Presidente da República.

A comemoração do 25 de Abril no Parlamento, numa altura em que não são autorizados ajuntamentos ou permanência de muitas pessoas num mesmo espaço, levantou dúvidas e críticas em alguns partidos. O CDS e o Chega fizeram ouvir a sua discordância tanto na conferência de líderes como no debate da prorrogação do estado de emergência. E Ferro Rodrigues, no debate, chegou mesmo a discutir com o centrista João Almeida quando este criticou a decisão de fazer a sessão comemorativa.

Entretanto, Marcelo Rebelo de Sousa colocou uma nota no site da Presidência da República confirmando a sua presença no Parlamento e realçando que a cerimónia é feita “nos termos definidos” pela Assembleia e com um “número exíguo de deputados e meramente simbólico de convidados”.

A sessão será transmitida no Canal Parlamento e na página da Assembleia da República nas redes sociais.

maria.lopes@publico.pt



Este ano, Marcelo e Ferro não poderão estar tão próximos

O despudor de querer manter aumentos para os funcionários públicos em 2021



A Semana Política
São José Almeida

O momento é de crise. Os receios sobre o futuro avolumam-se no domínio da saúde pública, em que a contenção da expansão da pandemia de covid-19 não dá nenhuma garantia de que a curto ou médio prazo não possa haver uma explosão de contaminados e de mortos. É também imensa a incerteza sobre as consequências e a devastação social e económica que resultarão da pandemia. Há um clima de temor generalizado em relação ao futuro, que é assumido pelas autoridades políticas, por mais que o Presidente da República e o primeiro-ministro se empenhem em transmitir confiança.

Neste contexto, que potencia o desespero, há partidos políticos que parecem não ter a noção da proporção e nem mesmo a do ridículo. Sinal disso é a notícia do PÚBLICO de quarta-feira sobre a forma como o BE, o PCP e o PEV defendem que têm de se manter os aumentos previstos para os funcionários públicos em 2021, em reacção às declarações do primeiro-ministro de que eles poderiam não se concretizar, na entrevista que deu na terça-feira ao Observador.

É no mínimo bizarro – senão politicamente imoral – vir nesta altura defender, nos termos em que foi feito pelo PCP, o PEV e o BE, que deve continuar a vigorar tudo o que foi estabelecido no Orçamento do Estado para 2020 sobre aumentos salariais para 2021. Como se, entretanto, o país não estivesse a passar por uma crise de dimensões estratosféricas, que vai ter implicações gravíssimas sobre a sociedade, a economia e as finanças públicas.

Na entrevista, o primeiro-ministro limitou-se a dizer o que é uma evidência: “Seguramente, antes do Orçamento do Estado para 2021 teremos de discutir um orçamento suplementar para 2020 que

incorpore o aumento brutal da despesa que resultou dos investimentos no SNS e nos custos de medidas sociais, como as de apoio aos rendimentos e ao emprego.”

Daí que tenha afirmado que “pode não haver condições para aumentar salários da função pública como pode ser que haja condições”. Ainda que admitindo a possibilidade de haver capacidade orçamental para aumentos aos funcionários públicos, António Costa limitou-se a enunciar os constrangimentos financeiros do Estado dos funcionários públicos em 2021.



Há partidos políticos que parecem não ter a noção da proporção e nem mesmo a do ridículo

Este tipo de discurso por parte de partidos com assento parlamentar é uma clara confusão entre direitos dos trabalhadores e deveres do Estado. Isto num momento em que a prioridade, no que se refere a garantir direitos, passa pelo direito a um Serviço Nacional de Saúde reforçado que dê resposta à pandemia, bem como por assegurar a assistência social e económica às pessoas e às empresas. As medidas de excepção têm de ser para todos. O combate à crise não pode agravar mais o fosso da desigualdade.

Na quarta-feira, o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, afirmou que as empresas privadas que já tinham recorrido ao *layoff* empregam, no seu conjunto, cerca de um milhão de trabalhadores. Na quinta-feira, no PÚBLICO, Victor Ferreira confirmava a indicação do ministro com dados oficiais. Sublinhe-se: os trabalhadores

abrangidos pela medida nas empresas em *layoff* sofrem uma redução de um terço no seu salário. Um risco que os funcionários públicos não correm, pois no Estado não há *layoff*.

O Fundo Monetário Internacional, no estudo divulgado na terça-feira, prevê uma duplicação do desemprego em Portugal com uma subida dos 6,5% em 2019 para 13,9% em 2020, uma situação que se abate também sobre os trabalhadores do sector privado e não do público.

O mesmo estudo do FMI previa também, para 2020, uma quebra de 8% no PIB, quando 2019 fechou com 2,2% de crescimento e a quebra máxima em termos históricos foi de 4,1%, em 2012, devido às medidas da *troika*, como explicou Sérgio Aníbal, no PÚBLICO.

O cenário avançado pelo FMI é idêntico ao discurso sobre as consequências da pandemia na economia e nas finanças públicas do ministro de Estado e das Finanças, Mário Centeno, em entrevista à TVI, na segunda-feira. Centeno avançou com a informação de que a quebra do PIB anual é de 6,5% por cada 30 dias úteis idênticos ao mês de estado de emergência. Ainda que tenha admitido que essa quebra do PIB em termos de todo o ano de 2020 pode “não chegar aos dois dígitos”.

Quanto ao défice, o ministro de Estado e das Finanças previu que, depois de ter havido *superavit* em 2019 e ter sido previsto um novo de 0,2% em 2020, as contas públicas deste ano deverão fechar com um saldo negativo maior do que 3%. Já o FMI prevê que o défice em Portugal em 2020 chegue aos 7,1%.

Com uma crise social, económica e financeira que se prevê desta dimensão, como é que alguém tem o despudor de dizer que o Governo tem de garantir aumentos salariais aos funcionários públicos em 2021? Que credibilidade e legitimidade querem o BE, o PCP e o PEV ter quando for preciso fazer reivindicações a sério?

Jornalista. Escreve ao sábado
sao.jose.almeida@publico.pt

POLÍTICA

PÚBLICO & NOTÓRIO

16.350

é o número de notas contrafeitas que o Banco de Portugal retirou de circulação em 2019. Segundo o Relatório da Emissão Monetária, as notas contrafeitas mais frequentes foram as de 50 euros, que representaram 41% do total. Também foram retiradas 3575 moedas



Bastidores

Um ministério com um lugar de estilo

Foi publicada esta semana em DRE a lista de antiguidade do pessoal da carreira diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros. No aviso lê-se que a lista se “encontra afixada desde o dia 31 de Março de 2020, no local de estilo do MNE”. E o que é isso de lugar de estilo? Os dicionários comuns não definem a expressão, mas o Tribunal Central Administrativo Sul já se dedicou ao assunto. Num parecer de 2007, a questão é aflorada e conclui-se que o local de estilo é, na verdade, “lugar de costume, habitual”, que não inclui “locais como o café ou restaurantes”. Ainda assim, o parecer também diz que esta ideia “implica um aturado esforço interpretativo” e que pode resultar em interpretações casuísticas.

“O Rui Rio não disse nada disso”

Rui Rio achou que a carta enviada esta semana aos militantes do PSD, sobre (o)posição patriótica, foi mal interpretada pelo deputado da Iniciativa Liberal (IL), João Cotrim de Figueiredo, e fez questão de lhe responder num tweet. “O Rui Rio não disse nada disso”, escreveu. O líder do PSD respondia a Cotrim de Figueiredo, que antes tinha tweetado, em jeito de lição: “Para a IL, ao contrário de Rui Rio, criticar o Governo não é falta de patriotismo. União em torno de um problema não implica subserviência.”

FOTO DA SEMANA



Na quarta-feira, António Costa, acompanhado pelo ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, foi até à RTP para marcar o arranque da iniciativa #EstudoEmCasa. E, claro, o palco principal foi a sala onde vão ser gravadas as aulas que

vão chegar a milhares de alunos em todo o país. A sala é gira, bem decorada, colorida e tem um ar arejado e moderno.

Por isso mesmo, há algo no cenário que não se percebe. Para que serve o esqueleto colocado a um canto da assoalhada

pedagógica, mesmo ao lado da janela? Será para lembrar os anos 1960, quando a velha telescola começou a fazer furor e muitas salas de aula tinham aquelas ossadas? Em tempos de tablets e YouTube, a coisa não lembra nem ao Diabo.

A INAUGURAÇÃO PRIMEIRA FEIRA DIGITAL DO QUEIJO

O estado de emergência tem feito mais pela transição digital de muitos portugueses do que vários planos tecnológicos de anteriores governos. Portugal arrisca-se mesmo a ser o primeiro país em algumas iniciativas, como a que esta semana levou a ministra da Agricultura a fazer uma inauguração virtual: a 1.ª Feira Digital Queijo DOP (Denominação de Origem Protegida).

O momento foi transmitido em directo nas redes sociais do próprio ministério. “Hoje,

perante este desafio que enfrentamos, diria que nunca a inovação fez tanto sentido. E mais: passou a ser essencial. Temos de responder rapidamente às mudanças de hoje, já a pensar no amanhã”, disse Maria do Céu Albuquerque, defendendo que esta primeira feira digital do queijo “é prova disso, de uma capacidade de reinvenção da agricultura, de uma aliança perfeita entre passado e futuro, entre tradição e tecnologia”.



A MEMÓRIA VERMELHA

A propósito da apresentação da iniciativa #EstudoEmCasa — que é uma espécie de telescola na RTP Memória e (depois) noutras plataformas digitais —, o ministro da Educação, que é de Paredes de Coura, lembrou uma memória vermelha da sua infância: aquele momento do mês, às terças-feiras à tarde, em que a carrinha da biblioteca ambulante da Gulbenkian parava na praça de táxis para alegria dos mais novos. Tiago Brandão Rodrigues, de 42 anos, sorriu, como um adulto que recorda um momento feliz do seu passado, que nem todos perceberão.

AS FRASES

É melhor pôr gente na rua com teste feito e máscara do que manter o país fechado

Adalberto Campos Fernandes
Ex-ministro da Saúde

Não há alternativa [ao #EstudoEmCasa]. Não é uma escolha

Nuno Crato
Ex-ministro da Educação

Proibir despedimentos é um disparate porque se destroem os empregos e as empresas

Álvaro Santos Pereira
Ex-ministro da Economia

Há uma coisa que os políticos têm de evitar: que a sua vontade se sobreponha ao conhecimento da ciência, precipitando decisões de que depois se arrependam

António Costa
Primeiro-ministro

O Portugal de hoje é mais agradável do que o do tempo em que nasci

Maria Filomena Mónica
Historiadora



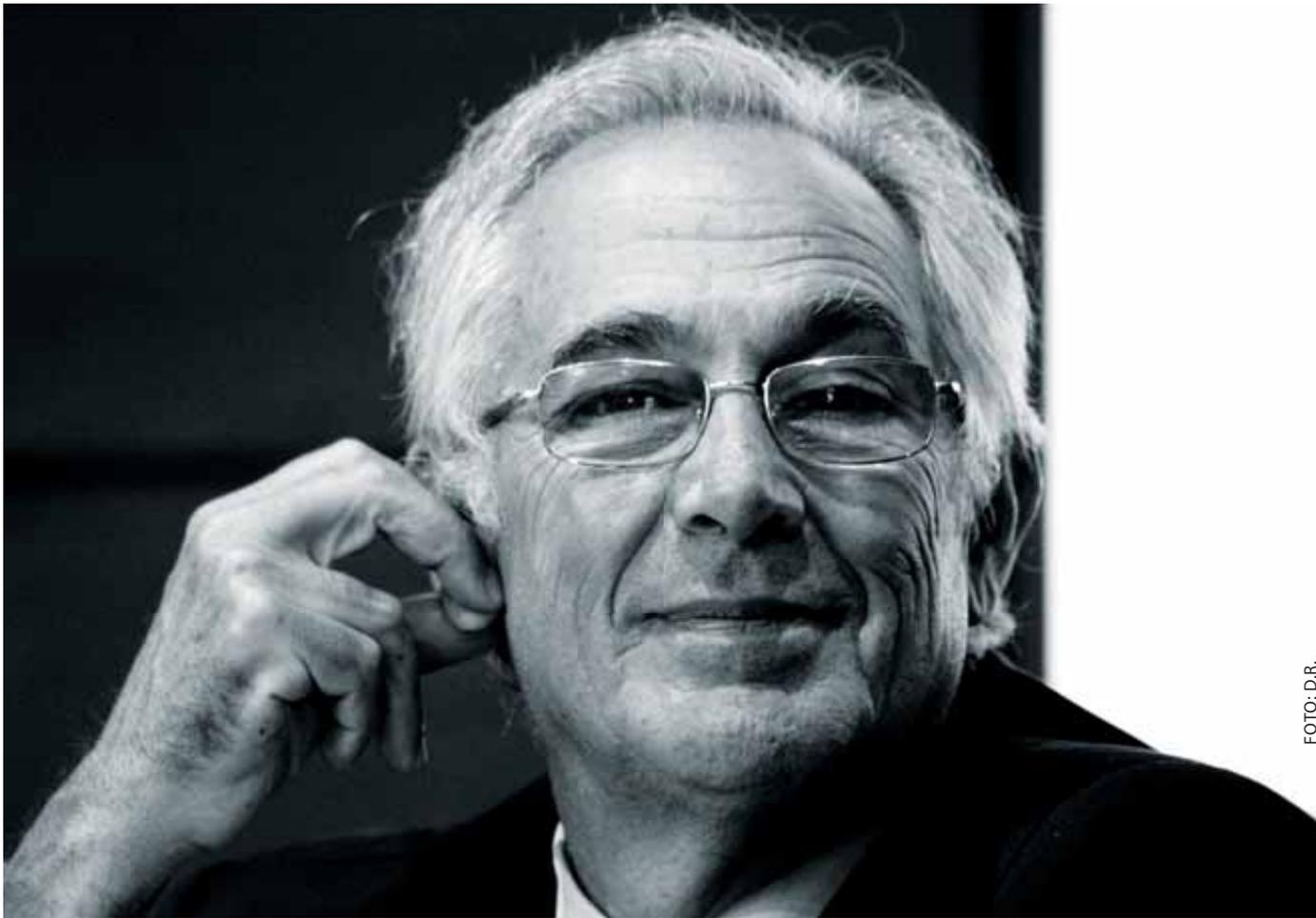


FOTO: D.R.

UMA INICIATIVA DE UTILIDADE SOCIAL

O professor Sobrinho Simões destaca a utilidade social do Prémio BIAL de Medicina Clínica, por distinguir a investigação aplicada à prática clínica. Um prémio já com uma longa história e que recebe candidaturas até 31 de Agosto.

Enfatizar a utilidade social da investigação em Saúde. É esta a síntese que o professor Manuel Sobrinho Simões faz da relevância do Prémio BIAL de Medicina Clínica, de que é presidente do júri. A propósito da edição de 2020, cujas candidaturas decorrem até 31 de Agosto, salienta que a institucionalização desta iniciativa traduz, “de forma exemplar”, o interesse em estimular a curiosidade pela investigação e em dirigir esse esforço no sentido da aplicação à prática clínica. E a prática clínica é – reforça – “o objectivo último”, quer da investigação clínica per se, quer da investigação de translação em Saúde. A propósito de relevância, o director do IPATIMUP – Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto recorda que este prémio é o herdeiro directo do primeiro galardão instituído pela empresa portuguesa, em 1984, sendo mesmo “um

dos mais antigos e dos mais valiosos galardões na área da Saúde em toda a Europa”. Foi, então, criado com o objectivo de salientar a importância da investigação em Saúde com repercussão no domínio da cultura médica e da sua prática. “Trinta e seis anos depois, actualmente na qualidade de responsável pela coordenação do processo de selecção do vencedor, sinto a coerência desta iniciativa através da continuidade na aposta da investigação em medicina clínica entre nós”, comenta. E sobre essa aposta, que envolve a publicação das obras premiadas, entende que representa “um

excelente exemplo de consistência da ‘política’ de divulgação dos resultados obtidos junto dos profissionais da saúde”: “Ao longo destes anos, pude testemunhar a importância de diversos

“A QUALIDADE DO TRABALHO E A ADEQUAÇÃO DO TEMA À NOSSA REALIDADE TEM DADO ORIGEM A UM ‘FEEDBACK’ MUITO POSITIVO, (...) PROFESSOR SOBRINHO SIMÕES

‘tipos’ de Medicina, reflectida nos livros que foram sendo publicados como trabalhos premiados, com o objectivo de melhorar a Saúde através da sua utilidade clínica, mesmo quando os assuntos poderão ter parecido ‘estranhos’”. E concretiza com os prémios das duas primeiras edições, atribuídos a obras com “títulos surpreendentes” como “Mordeduras e picadas por animais da fauna portuguesa” (1984, de Rogério Alberto Ferreira

Gonzaga) e “Velhas doenças, causas novas” (1986, de Maria Francisca Soutelo Soeiro de Carvalho). Chama ainda a atenção para a última edição, em 2018, a cujo júri presidiu: sagrou-se vencedor o trabalho “Cancro gástrico: como reduzir a mortalidade por cancro gástrico em Portugal” (de Mário Dinis Ribeiro). “A qualidade do trabalho e a adequação do tema à nossa realidade tem dado origem a um ‘feedback’ muito positivo, tanto no domínio da saúde pública, como nos domínios da gastroenterologia e da oncologia”, nota o investigador. E esse feedback é a medida da relevância, uma vez que não é possível obter informação fidedigna que permita avaliar o impacto concreto dos trabalhos vencedores na prática clínica. O que é possível é avaliar – “e temo-lo feito ao longo dos anos” – o número de citações feitas aos artigos publicados em revistas internacionais que fazem parte de trabalhos vencedores. “Esta avaliação é, frequentemente, bastante lisonjeira, passe o elogio (não sou autor dos trabalhos), mas estas ‘me didas’ têm mais a ver com o tirania-das-métricas do que com a repercussão prática da adoção desta ou daquela opção clínica”. Ainda assim, sustenta que a abundância de citações em revistas com elevada exigência editorial e, sobretudo, a avaliação objectiva do êxito das sucessivas edições do Prémio Bial em termos de crescimento do número e da qualidade das candidaturas, “permitem afirmar a utilidade prática desta iniciativa”. Atribuído desde 1984 nos anos pares, e intercalando com o BIAL Award in Biomedicine, desde 1998 que o galardão em Medicina Clínica contempla que um dos autores tem de ser médico nacional de um país de expressão oficial portuguesa. “Sem perder o foco: distinguir “uma obra escrita, de índole médica dirigida à prática clínica, apresentando um trabalho de grande qualidade e relevância”. E, dada a natureza dos trabalhos vencedores e a importância do tema para audiências que se estendem para além da medicina, compreendendo a enfermagem, a psicologia, diversas tecnologias de Saúde, a economia, as ciências biomédicas e várias outras áreas ligadas directa ou indirectamente à Saúde, o professor Sobrinho Simões não tem dúvidas de que “haverá interesse em que o trabalho vencedor seja escrito, sempre que possível, em português”.



SOCIEDADE

Ordem dos médicos arquivou uma das queixas contra obstetra

Em causa está o médico do caso do bebé sem rosto. Malformações detectadas num bebé às 31 semanas deviam ter sido observadas às 19 semanas, mas o caso foi arquivado porque o prazo já estava prescrito

Saúde
Sónia Trigueirão

O Conselho Disciplinar Regional do Sul da Ordem dos Médicos já arquivou, em Janeiro deste ano, uma das queixas contra o obstetra Artur Carvalho, que ficou conhecido depois de ter sido noticiado o caso do bebé que nasceu sem partes do rosto, em Setúbal, a 7 de Outubro do ano passado.

O processo disciplinar que foi arquivado por prescrição do prazo refere-se a outro caso: ao de uma grávida que se queixa que o médico Artur Carvalho não terá detectado atempadamente que o seu bebé tinha uma malformação no cérebro e teve de abortar quando a gravidez já estava muito avançada.

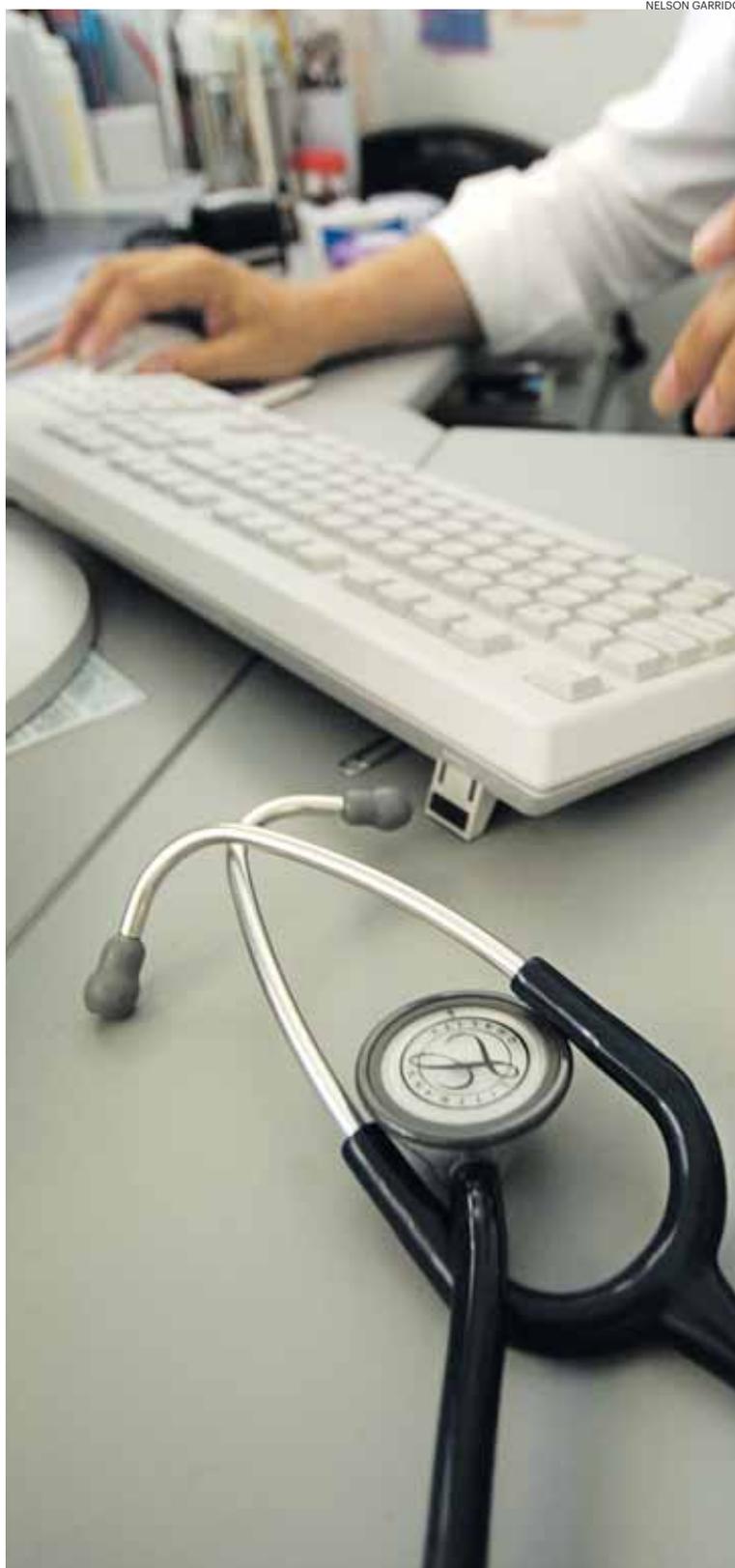
Na análise que fez ao caso, o Conselho Disciplinar constatou que as malformações que foram detectadas apenas às 31 semanas de gravidez e que levaram à sua interrupção deviam ter sido observadas às 19 semanas.

Porém, como a queixa se reporta a factos que ocorreram em 2010 e a mesma só chegou à Ordem dos Médicos a 25 de Outubro de 2019, ou seja, o caso já tinha mais de nove anos, o Conselho Disciplinar viu-se obrigado ao seu arquivamento.

Na proposta de arquivamento, lê-se que o “relator do presente processo analisou atentamente toda a documentação clínica junta pela participante relativa ao bebé, nomeadamente as ecografias feitas pelo médico, só tendo este detectado o síndrome de Dandy-Walker a 18/08/2010, na ecografia das 31 semanas, quando tais alterações deveriam, em princípio, ter sido detectadas ou excluídas na ecografia das 19 semanas e três dias, que completa o estudo morfológico do feto”.

E depois explica que “a situação acabou por ter de ser resolvida através de uma interrupção médica da gravidez, já numa fase muito avançada da gestação, com todos os problemas físicos, psicológicos e emocionais daí resultantes para a grávida”.

O relator relembra os prazos para



NELSON GARRIDO

a apresentação das queixas. “Quando a participação deu entrada na Ordem dos Médicos, já há muito que tinha sido ultrapassado o prazo de prescrição de três anos fixado no artigo 9.º do n.º 1 do Regulamento Disciplinar dos Médicos na altura em vigor, estando também ultrapassado o prazo de prescrição de cinco anos previsto no artigo 6 do n.º 1 do actual Regulamento disciplinar”, lê-se na proposta de arquivamento.

É por isso que o relator do processo disciplinar escreve que “atendendo à prescrição” vê-se “na contingência de ter que propor ao Conselho Disciplinar Regional do Sul o arquivamento do presente processo disciplinar”.

O conselho disciplinar aceitou os argumentos e arquivou o processo. A queixosa recebeu o arquivamento do processo apenas em Fevereiro e, em resposta à Ordem dos Médicos no âmbito do processo disciplinar, lamentou que “numa situação de erro clínico comprovado” como acha que é o seu caso, “e de outros que, entretanto, expuseram as suas situações”, exista um prazo legal de três ou cinco anos a limitar a Justiça.

Para a mulher, “situações que envolvem riscos de vida ou até a morte não deveriam ter nunca um prazo para aplicação de Justiça”.

E diz mesmo que nunca foi sua “intenção obter qualquer tipo de benefício com este processo”. “Queriria o meu filho”, diz, acrescentando que tal como ela, outros pais, que “corajosamente expuseram as suas situações e reviveram emoções, só o fizeram agora porque, na altura, acharam que seriam casos únicos e nunca que fariam parte de tantos outros episódios na vida deste médico”.

Além disso, conta que tentou expor o seu caso, mas uma advogada, na altura, explicou-lhe os custos e os anos que poderia demorar. Pediu apoio jurídico da Segurança Social, que lhe foi negado e alega que apresentou queixa à Administração Regional de Saúde, que nunca respondeu. Nem os médicos que a seguiram depois alguma vez lhe disseram como podia apresentar

queixa contra o obstetra. “Sim. Porque há 10 anos tudo era diferente”, lamenta.

18 queixas contra o obstetra

O caso desta mulher não é único. Em Dezembro, o bastonário da Ordem dos Médicos, Guilherme Guimarães, dava conta de que existiam 14 queixas contra o obstetra Artur Carvalho. Já em Janeiro, deram entrada mais quatro: dois casos referem-se a 2010 e outros dois a 2016. O PÚBLICO sabe que estas quatro mulheres que apresentaram queixa na Ordem em Janeiro avançaram agora com uma queixa-crime no Ministério Público. Em todos os casos, os bebés nasceram com malformações graves, em alguns foram submetidos a várias cirurgias. Sobreviveram, mas vivem com problemas.

Paulo Edson Cunha, o advogado que representa as quatro famílias, diz que avançou com a queixa porque, “independentemente do eventual arquivamento por parte da Ordem dos Médicos, por causa dos prazos de prescrição”, entende que deve ser feita justiça.

Além disso, no seu entender, “os casos podem ser de 2010 e 2016, mas há factos novos que fundamentam o seguimento dos processos”. “É facto novo o facto de estas famílias apenas terem percebido o que lhes aconteceu e que podem ter sido alvo de uma negligência, quando foi tornado público o caso do bebé sem rosto”, explicou. Numa altura “em que a sociedade está tão empenhada em demonstrar o apoio aos médicos, pugnamos para que a Ordem não permita que a actuação deste obstetra manche a imagem e a reputação dos restantes profissionais”. “Estas famílias incumbiram-me de tentar fazer justiça e eu vou tentar”, disse.

O médico Artur Carvalho, que o PÚBLICO não conseguiu contactar, foi suspenso de funções por um prazo de seis meses. Esse prazo termina a 26 de Abril. O Conselho Disciplinar está a trabalhar para concluir o processo disciplinar que visa o médico antes dessa data. A decisão deverá ser conhecida nos próximos dias.

sonia.trigueirao@publico.pt

Médico está suspenso de funções por seis meses

Mulheres correram risco de vida em 11,6% dos casos de violência no namoro

Denúncias

Observatório recebeu 284 denúncias nos últimos três anos. Em 46,8% dos casos, os agressores ainda namoram com vítimas

O Observatório da Violência no Namoro (ObVN) recebeu, nos últimos três anos, 284 denúncias, das quais 266 de jovens mulheres, sendo que 91,9% dos agressores são homens. Em 11,6% das situações relatadas, as vítimas correram risco de vida.

Segundo dados recolhidos pelo ObVN, das 284 denúncias recebidas, 140 foram feitas por ex-vítimas, 115 por testemunhas e 29 por actuais vítimas. As vítimas de violência são quase na sua totalidade do sexo feminino (89,7%) e os agressores são jovens homens (91,9%), com uma média de idades de 25 anos.

Os dados revelam ainda que, em 46,8% dos casos, os agressores ainda namoram com as vítimas, e em 52,5% dos casos são ex-namoradas. A média de idades das vítimas é de 23 anos, 92,3% são portuguesas e 89,1% são heterossexuais; 59,5% são estudantes. O local de maior incidência da violência é a habitação (69,7%), seguido da rua (51,8%), estabelecimento público (por exemplo café ou discoteca) (32%) e escola/faculdade (26,4%). Em 27,5% das situações de violência relatada foi praticada *online*.

As tipologias de violência mais relevantes, segundo as denúncias, são a violência psicológica (84,5%), a violência emocional (82%), a vio-

lência verbal (80,3%), seguida da perda de controlo (63,7%). A violência física foi relatada em 48,6% das situações, seguida pela violência social (35,6%), perseguição (32,7%) e depois a violência sexual (22,5%).

Em 14,4% dos casos, as vítimas dizem ter sido alvo de ameaças de morte. Indicam os dados que 20,4% das vítimas necessitaram de receber tratamento médico e 2,8% foram hospitalizadas em consequência da agressão sofrida.

Quanto às principais causas apontadas para a existência de violência durante o namoro, os denunciadores destacaram o ciúme em 70,8% das situações, problemas mentais da pessoa agressora (37%), o consumo de álcool ou de outras substâncias pelo agressor (22,5%) e os problemas familiares (19,5%). Também a conduta da vítima foi referida em 18% das queixas, seguida da influência dos amigos (14,1%) e as dificuldades económicas da pessoa agressora (9,9%).

Os crimes ocorreram, em 43% dos casos, no Porto, 15,5% das situações verificaram-se em Lisboa e 7,7% dos casos em Braga. Segundo a plataforma de denúncia informal de situações de violência no namoro, vividas directamente ou testemunhadas por terceiros, 77,5% das situações não foram denunciadas às autoridades.

O Observatório da Violência no Namoro é uma iniciativa da Associação Plano i no âmbito do Programa UNi+, financiado pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, nos dois primeiros anos, e pelo Fundo Social Europeu no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego POISE do Portugal 2020.



O local de maior incidência da violência é a habitação

Global Media anuncia segunda-feira *layoff* “parcial” e de “geometria variável”

Media
Luís Miguel Queirós

O DN, o JN, O Jogo e a TSF são algumas das empresas que entrarão em *layoff* na terça-feira, mas detalhes ainda estão a ser fechados

O grupo Global Media, que detém os jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *O Jogo* e o *Açoriano Oriental*, e ainda a TSF, entre outras empresas de *media*, deverá anunciar na segunda-feira as diferentes modalidades de *layoff* que irá aplicar sendo que estas deverão iniciar-se na terça-feira. “As coisas não estão fechadas, ainda há vários cenários em cima da mesa e conversas a decorrer”, disse ao PÚBLICO Afonso Camões, administrador do grupo. “Esperamos anunciar alguma coisa na segunda-feira, mas nunca antes do final do dia, e só depois de encerrarmos as conversas com os trabalhadores e falarmos com os delegados sindicais e com o sindicato”. Para já, adianta apenas que não haverá *layoff* em algumas empresas do grupo, e que a sua eventual aplicação nas restantes obedecerá a uma “geometria variável”, sendo aplicado de forma diferente em cada uma delas.

Além d’*O Jogo*, do *DN* e da *TSF*, também o *JN* deverá entrar em *layoff* parcial no princípio da próxima semana, mas a percentagem de redução horária e correspondente perda salarial ainda não estarão definitivamente decididas, sendo apenas certo, soube o PÚBLICO, que não serão idênticas para todos os trabalhadores. O mesmo acontecerá no *DN*, onde os trabalhadores com salários mais altos terão reduções de horário laboral mais significativas, segundo noticiou o *Observador*.

Afonso Camões sublinha, no entanto, que as notícias que têm adiantado pormenores sobre as modalidades concretas de *layoff* a que o grupo irá recorrer nas várias empresas não correspondem necessariamente à verdade, porque houve apenas “orientações e conversas”, e ainda não foram tomadas decisões finais. Mas mesmo sendo provisórias, essas conversas já levaram, no *DN*, à demissão do director, Ferreira Fernandes, e da directora executiva Cristina Carvalho, com a subsequente nomeação, como director interino, de Leonídio Paulo Ferrei-



As coisas não estão fechadas, ainda há vários cenários em cima da mesa e conversas a decorrer. Esperamos anunciar alguma coisa na segunda-feira, mas nunca antes do final do dia, e só depois de encerrarmos as conversas com os trabalhadores e falarmos com os delegados sindicais e com o sindicato

Afonso Camões
Administrador do grupo Global Media

ra. Ferreira Fernandes esclareceu que se tinha demitido porque fora informado de que a redacção do *DN* seria das mais atingidas com as medidas que o grupo está a preparar. Segundo o *Observador*, alguns profissionais com remunerações mais altas chegarão a ver o seu horário de trabalho reduzido a metade.

Negociações de última hora
No *JN*, que produz também a *Notícias Magazine* e as revistas *Evasões* e *JN História*, entre outros produtos, ainda estarão em curso negociações de última hora, e que deverão prolongar-se no fim-de-semana, mas não é de excluir que o facto de a empresa ter tido resultados operacionais positivos em 2019, com um EBIDTA superior a quatro milhões de euros, possa vir a ter alguma influência nos cortes a aplicar.

N’*O Jogo*, como o PÚBLICO já noticiou, os trabalhadores sofrerão, em média, um corte salarial de 33% nos próximos três meses. E na *TSF*, ao contrário do que deverá acontecer no *DN* e no *JN*, todos os trabalhadores terão uma idêntica redução de horário de 25%, com uma quebra salarial na mesma proporção.

O PÚBLICO confirmou com a presidente do Sindicato dos Jornalistas, Sofia Branco, que até ao momento nenhuma empresa do grupo Global Media, incluindo o *DN*, comunicou oficialmente aos respectivos delegados sindicais, como a lei exige, que iria avançar com um *layoff*, mas essa diligência deverá ser cumprida na segunda-feira para todas as empresas que forem abrangidas pelo *layoff*.

lmqueiros@publico.pt

LOCAL

Trabalhadores da restauração e turismo em situação “inaceitável”

Num sector com “fabulosos lucros acumulados”, serão milhares os trabalhadores com salários em atraso e despedidos ilegalmente. Sindicato de Hotelaria do Norte denuncia violações e pede intervenção do Governo

Coronavírus Mariana Correia Pinto

Férias forçadas, rescisão de contratos a termo ou experimentais, bancos de horas negativos, transferências forçadas de local de trabalho, *layoff* injustificados, rescisão com empresas de trabalho temporário e prestadoras de serviço, provocando o despedimento de centenas de pessoas. Em tempos de pandemia, as queixas de “violação de direitos dos trabalhadores” do sector do turismo e restauração – hotéis, alojamentos locais, restaurantes e cafés – não param de chegar ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte, que pinta um cenário “inaceitável”. Os números são incertos, mas atingem milhares de trabalhadores em todo o país, estima o sindicato, pedindo intervenção do Governo e da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

Apenas “15 dias” após o surto de coronavírus se instalar no país, as empresas acenderam a luz vermelha e começaram a “despedir trabalhadores em massa”. Os patrões “usaram todas as artimanhas para despacharem os trabalhadores e rescindiram contratos com empresas prestadoras de serviços, levando ao despedimento de muitas centenas de pessoas”, denuncia Francisco Figueiredo, responsável pela contratação colectiva na Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (FESAHT). “Há oito anos consecutivos que este sector tem uma situação excelente. Não há nenhuma razão para os patrões não terem dinheiro. Aquilo que verificamos é que houve uma descapitalização. As empresas têm direito a retirar dividendos no final do ano, mas não podem descapitalizar-se. As empresas, que até congelaram salários, não guardaram dinheiro para acudir a uma situação destas”, lamenta.

Preocupados com “um dos sectores mais afectados [pela pandemia] a nível nacional”, o sindicato teve já duas reuniões com a secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, e pediu uma reunião com a ministra do Trabalho e da Segurança Social, Ana Mendes

Godinho. Da primeira queixam-se de não terem tido respostas específicas, da segunda, da ausência de resposta.

Francisco Figueiredo, da FESAHT, diz ser urgente a criação de um “fundo especial” para apoiar directamente trabalhadores de restaurantes, cafés, pastelarias e alojamentos locais que não possam recorrer nem a *layoff* (por terem dívidas ou não terem contabilidade, por exemplo) nem a outras medidas especiais criadas pelo Governo. A maioria das empresas de restauração e bebidas tem, “em média, três a quatro trabalhadores” e é nelas que trabalha “94% do sector” da restauração e AL, diz Francisco Figueiredo para quantificar a dimensão do problema. “Há 72 mil pequeníssimas empresas que empregam mais de 200 mil trabalhadores e não recorreram nem vão recorrer a *layoff* nem a nenhum apoio especial do Estado.” Esses trabalhadores “ficaram sem qualquer protecção social”, numa situação “afitiva”, e têm um “futuro incerto” pela frente.

A esta proposta, continua o dirigente sindical, o Governo “não respondeu”. Tal como aconteceu com outras duas apresentadas. A primeira recomendava a “flexibilização da cessação do contrato”, anulando “burocracia” que torna estes processos demasiado complexos: “Fazerem com os trabalhadores o que fizeram com os patrões ao flexibilizar a *layoff*”. A outra era a criação de um “fundo de garantia salarial”, onde “o Estado adiantaria o salário e as empresas, quando reabrissem, reporiam o dinheiro.”

O problema diz respeito a diversas estruturas, pequenas ou grandes. Só no Porto, o Sindicato de Hotelaria tem conhecimento de “sete hotéis, com 120 trabalhadores, que ainda não pagaram o salário de Março”. E o quadro, estima o sindicato, será “igual em todo o país” – serão “milhares de trabalhadores” na mesma situação, apontou o sindicalista Nuno Coelho.

A FESAHT faz questão de pôr nomes em cima da mesa, já divulgados também no seu *site*. Citando apenas alguns: a Casa Aleixo não pagou os salários de Março de 11 trabalhadores, tal como o Restaurante Cufra (80 trabalhadores), a Confeitaria Ferreira (40), a Confeitaria Concha de Ouro (15), a Cervejaria



PAULO PIMENTA

Sagres (15), a Taberna Inglesa (12). Na Champanheria da Baixa foram despedidas nove pessoas, na Dona Pichana 12 e na Fatias Apelativas 11.

Aos patrões dos hotéis, com “fabulosos lucros acumulados”, a FESAHT propõe que “completem os salários”, instando o Governo a “obrigar as empresas, através da ACT, a reintegrar todos os trabalhadores, anulando férias forçadas e bancos de horas negativos sem qualquer sentido”.

Quem ainda cumpre serviços mínimos não fica isento de problemas: “Não estão a ser garantidas condições mínimas de segurança e protecção”, denuncia a FESAHT. Exemplos? O sector das cantinas dos hospitais, aponta Francisco Figueiredo, dando o exemplo de uma dezena de trabalhadores infectados no Hospital de Santo António e pelo menos 16 na Casa de Saúde da Boavista. “Ninguém fala neles. Estão a trabalhar sem qualquer protecção”, lamenta. Segundo Francisco Figueiredo, são, muitas vezes, pessoas que levam comida a utentes infectados e andam sem protecção ou têm viseiras antes usadas por outros colegas e sem qualquer desinfecção prévia.

As empresas de trabalho temporário dispensaram centenas de trabalhadores, os casinos e bingos encerraram e deixaram os trabalhadores com rendimentos muito baixos (parte importante dos salários vinha de gorjetas), os oito mil funcionários das cantinas das escolas a temem o que virá.

A FESAHT lamenta que, neste cenário de crise, a ACT esteja parada: “A inspecção não está a ir às empresas nem a contactar os patrões”, afirmou Francisco Figueiredo, falando numa situação que já era problemática antes do surto de covid-19. “Neste momento de grande incerteza, a ACT está a despachar processos de 2014 e 2016”, denuncia, apresentando documentos que o provam. Em 2019, ilustrou, o sindicato fez 180 denúncias e só 40 tiveram resposta, com apenas três autos levantados. “A ACT não actua no sector”, acusa. O PÚBLICO questionou o Ministério do Trabalho, mas não obteve qualquer resposta. Também a ACT não reagiu.

Sindicato acusa ACT de não actuar no sector neste momento de crise

mariana.pinto@publico.pt

Câmara reservou verba para comprar computadores mas recusa essa responsabilidade

Porto
Mariana Correia Pinto

PS propôs fundo para apoiar alunos sem computador. Autarquia deu verba a escolas, mas sublinha que “não criou” o problema

Ainda antes de António Costa anunciar o encerramento definitivo das escolas durante este ano lectivo, com excepções no secundário, e prometer que todos os alunos teriam acesso a material informático e Internet (mas só no próximo ano), a Câmara do Porto tinha dado um passo. As verbas dos “contratos interadministrativos de cooperação para apoio aos agrupamentos de escolas” poderiam ser “alocadas a necessidades relacionadas com o bem-estar dos alunos mais vulneráveis e das suas famílias no contexto da crise epidémica da covid-19”, nomeadamente para “aquisição de materiais e equipamentos didáctico-pedagógicos e, até, acesso à Internet”.

A informação não era pública, mas foi difundida ontem num comunicado no *site* da autarquia, em resposta a um outro, na quinta-feira, do PS Porto. Pediam os socialistas que o executivo de Rui Moreira criasse um fundo de 1,5 milhões de euros para comprar 3000 *tablets* e 2500 computadores portáteis para alunos carenciados que, sem eles, ficam sem acesso às aulas dadas à distância desde Março. E a Câmara do Porto parece não ter gostado da proposta.

“É muito estranho que o PS venha pedir à câmara que resolva um problema que não criou, sobre o qual não foi consultada (mas para o qual, muito antes do Governo, até já tinha autorizado alocação de verbas) e não peça ao primeiro-ministro, que é do PS, que antecipe a aquisição que anunciou a 11 de Abril, assim lhe dando utilidade quando ela é seguramente mais necessária”, aponta.

Num “contexto de crise económica, em que a aplicação dos recursos escassos deve ser muito judiciosa”, argumenta a autarquia liderada por Rui Moreira, a compra de material por parte da Câmara do Porto seria uma “duplicação de custos, através de um processo sempre moroso de contratação pública”.

Em resposta ao PÚBLICO, a autar-



Diversas autarquias do país estão a comprar material informático

Cada escola terá 190 mil euros que poderá usar para comprar computadores para alunos que não tenham esses meios para as aulas

quia clarifica que autorizou as escolas a usarem os 190 mil euros que lhes são entregues anualmente para actividades como visitas de estudo ou outras, que neste momento não podem realizar-se, na compra de material informático para alunos carenciados sem acesso a eles. “Ou seja, já em Março a CMP tinha autorizado as escolas a, com dinheiro da câmara, resolverem os casos que entendessem do ponto de vista social.”

O executivo independente diz não ter sido ouvido em relação ao fim do ano escolar presencial, mesmo no que diz respeito ao primeiro ciclo, onde os municípios têm responsabilidades específicas. E aponta o dedo ao Governo relativamente a isso: “O primeiro-ministro anunciou o ‘seu’ programa de acesso a materiais informáticos e Internet para o próximo ano lectivo e não para o presente ano. Isto quando não se conhece qual será a realidade futura e quando se conhecem as necessidades imediatas que resultam das suas decisões”, afirma.

Contracomunicado

Horas depois do comunicado da

Câmara do Porto em resposta ao PS Porto, a concelha socialista reagiu, dizendo-se “surpreendida” por uma resposta que procura “criar um conflito institucional e partidário” a propósito de uma medida proposta. O PS recorda que “a generalidade das câmaras municipais do distrito e da Área Metropolitana do Porto têm anunciado iniciativas em sentido idêntico à medida que o PS propõe” e, por isso, “não se compreende a reacção do executivo liderado por Rui Moreira”. Caso a medida anunciada agora pela câmara – de dar dinheiro às escolas para elas gerirem a compra de material – se concretize, os socialistas dizem apoiá-la. “Não nos parece razoável é fazer deste tema mais um dos momentos em que a autarquia alimenta o ruído para nada resolver, esquecendo o objectivo essencial de proteger o acesso de todas as crianças à escola pública.”

A decisão de assumir a compra de material informático já este ano lectivo está a ser tomada por diversas câmaras do país, como Matosinhos, Gondomar, Cascais ou Caldas da Rainha. Também em Lisboa, a resolução parece ir nesse sentido. O vereador da Educação e Direitos Sociais já defendeu um investimento autárquico para colmatar as falhas existentes: segundo os estudos do seu gabinete, um quarto dos alunos do 1.º ciclo não tem computador ou Internet em casa. Manuel Grilo, eleito pelo Bloco de Esquerda, quer que o executivo de Fernando Medina invista 1,5 milhões de euros para comprar material e distribuir por estes alunos.

BE e PAN querem que autarquia reivindique propriedade de terrenos na Arrábida

Urbanismo

O tribunal disse que o licenciamento da obra é legal, mas ainda há dúvidas sobre a propriedade do terreno

O Bloco de Esquerda (BE) e o PAN defenderam ontem que a Câmara do Porto deve reivindicar os terrenos na escarpa da Arrábida cuja titularidade ainda não foi decidida em tribunal e que as Finanças dizem ser públicos.

Em causa estão os terrenos na escarpa da Arrábida onde a Arcada estava a construir e cuja obra foi embargada em Janeiro de 2019, a pedido do Ministério Público (MP), no âmbito de um processo no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) do Porto e cuja decisão, conhecida na quinta-feira, absolve o município, considerando improcedentes os vícios invocados pelo MP, que pedia que a autarquia fosse condenada a demolir as obras efectuadas em violação da lei, contestando as autorizações dadas sem os necessários pareceres.

Sobre aqueles terrenos, pendem, contudo, dúvidas quanto à sua propriedade. Um relatório da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), conhecido em Outubro de 2019, revela que o edifício em questão, “licenciado e já parcialmente construído,” encontra-se “implantado nos terrenos pertencentes à Câmara do Porto e, parcialmente, à APDL [Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do



A obra está embargada desde Janeiro do ano passado

Castelo]”, cabendo às duas instituições reivindicá-los.

Questionado pela Lusa, o Bloco de Esquerda (BE) disse “não deixar de estranhar o entendimento adoptado” no processo administrativo intentado pelo MP, apesar do máximo respeito que tem pela autonomia e independência dos tribunais.

Para o grupo municipal do BE, a decisão não altera, contudo, o entendimento do partido, que reitera que a obra da Arcada “nunca poderia ter sido licenciada pela Câmara Municipal do Porto”, por estar implantada em terrenos que são públicos [da câmara e do Estado] e que foram “apropriados indevidamente por um promotor privado, com recurso à figura de usucapião”.

O BE reitera que “a reivindicação e restituição destes terrenos à posse pública deve ser feita tanto pela CMP [Câmara Municipal do Porto] como pela APDL [Administração dos Portos de Leixões e Viana do Castelo], como concluído já pela Inspeção-Geral de Finanças”.

O Bloco recorda que “a Assembleia Municipal do Porto aprovou por unanimidade uma recomendação nesse mesmo sentido”, não se compreendendo “o motivo pelo qual o executivo de Rui Moreira ainda não diligenciou em conformidade, mais ainda quando dispõe – desde sempre – de toda a evidência documental que suportaria essa reivindicação, em defesa dos interesses da cidade”.

“Mais uma vez, e na falta de iniciativa por parte destas duas entidades públicas (CMP e APDL), caberá ao Ministério Público – se for esse o seu entendimento, como é o do Bloco – intentar ele próprio a acção necessária para a restituição daqueles terrenos à posse pública”, acrescenta aquele grupo municipal, que salienta que não se compreende a “efusiva celebração” da autarquia quando a questão essencial se mantém: a da titularidade pública dos terrenos.

Já o PAN defende ainda que o município “deve encetar todas as diligências para que as questões alusivas ao direito de propriedade sejam devidamente averiguadas e os terrenos municipais sejam salvaguardados”.

Na quinta-feira, PS, PSD e CDU na Câmara do Porto já tinham instado a autarquia a garantir a salvaguarda do interesse público naqueles terrenos na Arrábida. A Lusa questionou a autarquia, mas não teve resposta.

ECONOMIA

“O acesso a financiamento tem de ser rápido e sem juros”

Marco Galinha Líder de um grupo empresarial que factura 400 milhões de euros critica a burocracia dos apoios criados pelo Governo, que está a ter consequências graves em muitas empresas. Mas acredita que esta crise é uma oportunidade para a reindustrialização do país

Entrevista Cristina Ferreira

O empresário Marco Galinha, fundador do grupo Bel (com uma facturação de 400 milhões de euros), de que é o principal accionista, antevê que esta crise será pior que a Grande Depressão e que Portugal vai retornar à produção nacional e a reindustrializar-se. Para além da distribuição de bens essenciais, de bebidas, de café e de tabaco, que estão a funcionar normalmente, o grupo fabrica moinhos e máquinas de café, e equipamento robótico para clientes dos sectores automóvel, aeronáutica e aeroespacial – indústrias que pararam. E detém a metalúrgica luso-italiana que produz as torneiras Zenite. **Como é que avalia, enquanto empresário, a resposta que o Governo está a dar a esta crise pandémica?**

O Governo está a fazer o que é possível e o que é impossível e vejo-o a apresentar soluções e a tomar decisões rápidas. Mas está atado aos compromissos europeus, que acabam por tornar as decisões morosas. Estamos na fase inicial de uma crise que será “a mãe de todas as crises”. E está do lado das autoridades nacionais e europeias evitarem o colapso das empresas mais frágeis. Caso contrário, serão as responsáveis pelo que vier a acontecer no relançamento da economia pós-crise.

Esperava mais da União Europeia (UE)?

Ficou muito longe das decisões que se esperaria que tomasse e das que são necessárias. A UE está a dar comprimidos a um moribundo. Esta pandemia vai originar problemas maiores do que os que se verificaram na Grande Depressão. Os EUA já investiram mais de dois triliões de

dólares, quase 10% do PIB, para combater os efeitos da covid-19, enquanto o Japão foi, de todos os países, o que destinou a maior verba, cerca de 20% do seu PIB. Já a resposta da União Europeia aos efeitos da crise não tem significado. E a Europa não tem hipótese de sair bem desta crise se não investir, no mínimo, 10% do seu PIB. Os 540 mil milhões aprovados a semana passada pelo Eurogrupo são insuficientes, face às necessidades que se antevêm. **Os políticos da UE, no seu conjunto, não têm estado à altura dos acontecimentos?** A UE está a funcionar numa desunião total, apesar de, do meu ponto de vista, ser hoje o projecto mais importante, desde logo por ser garantia de paz. Mas também sou realista e sei que a UE serve os interesses dos maiores países. Para mim, isso é óbvio. Mas, sendo um projecto tão importante, não se percebe a razão que está a levar os grandes países, como a Alemanha, a não estarem tão



Com esta crise, os prazos de pagamento alteraram-se. Na prática, estamos a substituir-nos aos bancos, pois entregamos os produtos aceitando receber o pagamento mais para a frente

empenhados. Os países mais ricos recusam-se a assumir mais dívida. **Ainda que o Presidente francês, Emmanuel Macron, tenha mencionado que os europeus vivem em contexto de guerra...**

Esta crise é até de gravidade superior à de uma guerra. Porque numa guerra a totalidade da actividade económica não é interrompida, não pára tudo, o que acontece é que alguns sectores industriais são reconvertidos para ajudarem ao esforço de guerra. Nos EUA, a Ford adaptou-se e construiu 85 mil aviões de guerra. E as guerras não atingem o mundo todo ao mesmo tempo. Hoje, a crise é global e a oferta e a procura pararam em simultâneo. Esta é a maior prova de vida da Europa. E sem união será difícil ultrapassar este ciclo. **Quais são as suas expectativas em relação ao futuro do país?**

Tudo indica que, com testes covid-19 ou sem testes, Portugal está a resistir bem a esta pandemia. Em termos económicos, Portugal vai sofrer, mas depende muito do que a União Europeia ainda vier a decidir. Portugal é versátil e grande parte do sector empresarial acabará por se adaptar. E haverá uma grande vaga para retornar à produção nacional e à nossa reindustrialização. E acredito mesmo que isto vai acontecer. Ainda recentemente, a *Forbes* americana, no seu *site* online, nomeou Portugal como sendo o melhor país do mundo para investir depois da crise. O que me dá esperança de que acabaremos por recuperar com alguma rapidez.

O que é que mudou com a crise no grupo Bel?

Mudou muita coisa. Hoje, do universo das pessoas que constituem o universo do grupo Bel, 200 estão em regime de



teletrabalho, mas toda a parte de distribuição, que inclui a nossa frota de carrinhas e uma pequena parte da indústria, continua a funcionar normalmente. A distribuição é a área que mais pesa no grupo e na parte de bens essenciais não estamos a sentir uma queda. Como as pessoas fizeram armazenamento em casa, a actividade até melhorou no ciclo final do começo da crise. No grupo, montámos uma estrutura

militar, para operar em contexto de estado de emergência, que tem funcionado. Já a parte da indústria não está a correr bem e houve uma queda acentuada dos contratos internacionais. As exportações para mais de 40 países pararam. Fornecemos equipamento de robótica para a indústria automóvel e aeroespacial e a área da automação parou, assim como pararam as fábricas de produção



Leia a entrevista na íntegra em
www.publico.pt



A ideia de que as empresas têm que crescer custe o que custar teve como consequência o excesso de consumo e o endividamento, problemas actuais

à PME Investimento e o processo fica lento, pois ninguém sabe bem o que fazer. A PME Investimento informou-nos que o nosso pedido de acesso à linha de liquidez foi aceite, mas que a linha já estava esgotada. Não percebo como. E, por isso, estou curioso, porque sei que actuámos com grande rapidez. Fomos dos primeiros grupos a preencher toda a documentação para aceder à linha covid-19 que foi aceite e espero que funcione, pois, caso contrário, iremos ter um problema sério.

O que é que, neste momento, mais o preocupa?

É que, mesmo que o nosso grupo não tenha grandes problemas de liquidez, alguns dos nossos clientes e fornecedores têm. E um dia de atraso na chegada da liquidez a essas empresas pode ser um drama. E as empresas defuntas, mas que sem a crise até poderiam ser viáveis, dificilmente recuperam. Nesta fase, o acesso a financiamento tem de ser rápido e sem juros, de outro modo vai correr mal. Os procedimentos devem ser automáticos para dar velocidade aos apoios que estão a ser criados. Há clientes na Suíça que contam que fazem o *download* de um documento oficial [do plano de combate à covid-19] e em 30 minutos têm o dinheiro na conta.

Na TVI, defendeu que a ganância de muitos empresários e gestores nos trouxe até um inimigo invisível. O que é que quis dizer com isso?

Andámos todos distraídos à procura de lucro e não nos

preparámos para ter condições para poder combater mais facilmente este inimigo invisível que está a destruir tudo. O lucro é muito importante numa empresa, mas não é a sua essência. Uma empresa pertence a todos os colaboradores, mas as últimas décadas mostraram que, para muitos empresários e gestores, só o lucro interessou.

O economista Milton Friedman afirmou repetidas vezes que a única responsabilidade social de uma empresa é a maximização do lucro...

Discordo. A ideia de que as empresas têm que crescer custe o que custar teve como consequência o excesso de consumo e o endividamento, problemas actuais. Repare que hoje os telemóveis e os computadores são fabricados para durarem 18 meses. Eu pergunto: porquê? O meu grupo fornece a indústria aeronáutica e aeroespacial e o equipamento é concebido para durar, no mínimo, dez anos. As nossas máquinas de café são feitas para durarem pelo menos 20 anos, mas as dos concorrentes são feitas para durarem entre cinco e dez anos. As que eu fabrico podem não ser esteticamente tão simpáticas, mas duram muito mais e o preço é idêntico e eu vendo muito menos. Então, concluo que uma grande parte das pessoas prefere comprar o equipamento de menor duração.

Que ilações retira dessa conclusão?

Que este consumismo desenfreado que se verificou em termos gerais levou a que as pessoas só se preocupem com o curto prazo e com o supérfluo. E o capital e o acesso ao crédito não têm sido canalizados para a criação de valor e para o tecido produtivo, mas para os vários “*Wall Streets*”. No final de 2019, o Bernard Arnault, da Louis Vuitton, foi considerado o mais rico do mundo. E o que é que ele faz? Vende produtos de alto luxo. Posso estar errado, mas esta crise vai tornar o mundo melhor, pois vai obrigar a mudar o actual paradigma. Vai acordar as pessoas para uma nova consciência social.

cristina.ferreira@publico.pt



de máquinas e de moinhos de café [Futurete]. Entre 30% e 40% dos trabalhadores do grupo estão hoje em regime de *layoff*.

Não está confiante?

Nem por isso. Temos necessidades financeiras enormes. O grupo chegou a esta crise com muita liquidez, que se está a esgotar, pois temos 18 mil clientes que nos adquirem produtos fabricados por nós e por nós distribuídos, e muitos estão com dificuldades no

acesso ao crédito bancário. Com esta crise, os prazos de pagamento alteraram-se. Na prática, estamos a substituir-nos aos bancos, pois entregamos os produtos aceitando receber o pagamento mais para a frente. E é preocupante, porque o facto de a liquidez não estar a chegar à generalidade das empresas portuguesas tem grandes implicações no mercado de trabalho. E por cada dia que passa, são milhares de postos de

trabalho que se perdem. O grupo tem conseguido ajustar-se a este novo contexto, o que só vai funcionar se os bancos colaborarem, mas estes estão atafalhados em burocracia.

Também tem queixas da banca?

O que está a acontecer é que existem tantos mecanismos de aprovação que a confusão está instalada: os bancos aprovam as operações, o fundo de garantia mútua também e depois chega-se

MUNDO

Sírios regressam à destruição de Idlib para fugir do coronavírus

Ainda que possam ser alvo de ataques do regime, e temendo a ameaça do contágio nos campos de deslocados, milhares de pessoas aproveitaram um cessar-fogo para regressar às suas casas

Guerra na Síria Maria João Guimarães

O que era uma tragédia humana anunciada – a maior de mais de dez anos de conflito sírio –, com pessoas a fugir de ataques do regime de Bashar al-Assad para campos improvisados, ao frio e sem as menores condições de abrigo, está agora a ser piorado com a ameaça do novo coronavírus.

Várias organizações não-governamentais puseram em marcha planos de emergência para parte da província de Idlib, uma pequena faixa de território entre as forças do regime e a fronteira da Turquia, mas avisam que, se houver casos de coronavírus, a situação será terrível. Por isso, muitas pessoas que tinham saído das suas casas, em zonas em que as forças de Assad estavam próximas, escolheram regressar. Segundo disse ao PÚBLICO a vice-coordenadora da missão dos Médicos Sem Fronteiras para o Noroeste da Síria, Sally Thomas, cerca de 100 mil estão a “tentar ir para casa, ou para mais perto de casa”. Mas, muitas vezes, as casas já não existem.

“As nossas vidas andam de perigo em perigo”, disse à Reuters Abu Abdo, de 45 anos, que decidiu regressar à sua aldeia numa zona rural da província de Idlib. “Fugimos dos bombardeamentos, do regime, do conflito, e da sobrelotação [dos campos] e do coronavírus”, declarou. “Aqui há terra para cultivar, o ar está limpo, e não há congestionamento [de pessoas]. Mas, mesmo assim, é uma zona perigosa.”

Um factor que trouxe alguma esperança foi um cessar-fogo entre as forças turcas, que apoiam os últimos rebeldes em Idlib, e as forças russas, que apoiam Assad. Idlib é a última zona que resiste a Bashar al-Assad, e onde se foram concentrando todos os que não quiseram ficar sob alçada do regime após acordos de cessar-fogo noutros bastiões da oposição ao longo dos últimos anos (a população mais do que duplicou, para um total de três milhões de habitantes).

“As pessoas estão a aproveitar ter dias de céu azul sem bombas a cair”, comenta Sally Thomas, explicando



ALKIS KONSTANTINIDIS/REUTERS

de seguida: “Normalmente, quando o céu está descoberto e não está a chover, há bombardeamentos contínuos”.

A agência de notícias russa RIA dava conta de uma patrulha conjunta turca-russa na zona. O regresso de mais de 35 mil pessoas a casa deve-se a esta combinação de factores: o cessar-fogo e a ameaça do coronavírus. A esperança é sempre limitada, porque já houve um entendimento anterior que falhou. “Temos medo que haja uma escalada do regime de novo”, disse Fayez al-Assi, de 49 anos,

A responsável dos MSF nota que, depois de nove anos de guerra e conflito, “as poucas pessoas do sector da saúde que ainda restam são boas a tratar traumatizados e feridos com meios limitados, mas uma pandemia é algo novo e precisa de uma resposta completa de saúde pública”.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, no final de 2019 menos de dois terços dos hospitais sírios estavam em funcionamento, e 70% dos trabalhadores da área da saúde tinham fugido do país desde o início da guerra, com uma revolta contra Assad que foi reprimida com violência pelo regime, em 2011. “Já há um número limitado de pessoal de saúde no país, e isto poderá ser um problema não só durante a pandemia, mas também depois”, disse Sally Thomas.

E, como em muitos outros campos de refugiados, assegurar distância social, e lavagem regular das mãos, é impossível. Pior: “A falta de alimentos, de água limpa e a exposição ao frio já tinham deixado centenas de milhares com saúde fragilizada: estão ainda mais vulneráveis”, disse Misty Buswell, do International Rescue Committee, com sede em Nova Iorque, à emissora pan-árabe Al Jazeera. O grau de devastação em caso de um surto na região seria “inimaginável”.

Quase todas as 105 camas de cuidados intensivos e os 30 ventiladores da região estão já neste momento a ser usados. Falta tudo, de material de protecção a testes: há apenas um laboratório que os pode fazer. Nas últimas semanas, apurou 120 resultados em 300 amostras. Recentemente, recebeu 5000 amostras.

E, como disse Sally Thomas, “com o aumento de casos na Turquia, será apenas uma questão de tempo até o vírus entrar nos campos”.

Mazen Gharibah, investigador na London School of Economics, sublinhou que a atitude do regime não vai mudar de um dia para o outro: “Não podemos partir do princípio de que o regime, que há três semanas atacava sistematicamente os hospitais, vá dar a esses hospitais equipamento médico na próxima semana”.



Ficar debaixo das bombas é melhor que estar nos campos, sem casa

Zakaria Shawish
da cidade de Ariha

que tinha fugido com a família. Após dois meses e meio, decidiram voltar à sua cidade de Jabal al-Zawiya, no Sul da região. “A vida na nossa cidade, na nossa casa, é melhor que estar deslocado nestas condições”, disse.

O Inverno prolongado e a falta de abrigo para a enorme onda de pessoas a fugir dos ataques levaram a uma situação terrível para os deslocados, com várias crianças a morrer de hipotermia.

“Mesmo que haja bombardeamentos, não temos medo. Estamos habituados”, disse Zakaria Shawish, de 25 anos, da cidade de Ariha, a sul de Idlib. “Ficar aqui debaixo das bombas é melhor do que estar nos campos e não ter casa.”

Sem cuidados de saúde

A maioria regressou a zonas da região ainda nas mãos da oposição, onde o estado dos serviços de saúde é ainda pior, porque o regime atacou sistematicamente hospitais, deixando a prestação de cuidados de saúde muito debilitada.

Muitas das casas para as quais regressam estão destruídas

mguimaraes@publico.pt

Presidente de El Salvador intensifica conflito com tribunais e oposição

América Latina
António Saraiva Lima

Tribunal Constitucional e Parlamento travaram restrições de direitos e detenções feitas no âmbito da contenção da pandemia

O duradouro braço-de-ferro entre o Presidente de El Salvador e os poderes judicial e legislativo intensificou-se nos últimos dias, à boleia do novo coronavírus. Tribunal Constitucional e Parlamento intervieram para travar a onda de detenções e de restrições de direitos dos salvadoreños, liderada pelas forças de segurança, em

nome dos planos de contenção do Governo. Mas Nayib Bukele recusa-se a acatar a decisão judicial e prometeu vetar a legislação concebida para a implementar.

“O novo decreto que a FMLN e a ARENA pretenderam aprovar, que nos retiraria capacidades para lutar-mos contra a pandemia, será vetado”, anunciou ontem nas redes sociais.

Em causa estava uma proposta de lei da oposição que pretendia proteger e reforçar os direitos dos cidadãos durante o estado de emergência e que o Presidente catalogou como “infâmia”. A legislação veio no seguimento de uma decisão do Tribunal Constitucional que concluía que o Governo não tinha competências para restringir a aplicação da Constituição, e que



Bukele foi eleito em 2019 com um programa anti-sistema

só a Assembleia Legislativa o podia fazer.

Mas Bukele recusou-a. “Não entendo o desejo mórbido que têm de que tanta da nossa gente morra. Tal como nunca acataria uma resolução que me ordenasse que matasse salvadoreños, também não posso acatar uma resolução que me ordene que os deixe morrer”, justificou.

El Salvador tem mais de 170 casos de infecção por covid-19 e registou sete mortes. Mal foram identificados os primeiros casos, a meio de Março, o Governo decretou medidas bastante mais radicais do que as dos vizinhos da América Central. Segundo o *El País*, já foram detidas mais de 4200 pessoas por terem violado as ordens de confinamento, uma vez que a polí-

cia recebeu ordens para prender qualquer cidadão que esteja na rua sem autorização.

Num país com 70% da população dependente da economia informal, não é difícil encontrar gente na rua. Os centros de detenção estão lotados, situação que faz questionar se as condições insalubres em que se encontram os detidos não contribuem para acelerar a propagação do vírus.

O número elevado de detenções levou a Human Rights Watch a acusar a polícia de “arbitrariedade”, alimentada pelas intervenções de Bukele: “O Presidente incentivou o uso excessivo da força e a imposição das medidas draconianas do seu Governo.”

antonio.lima@publico.pt

PUBLICIDADE

Teletrabalho: guia para que não lhe escape nada

O teletrabalho é novidade para muitos trabalhadores e empresas. Nós ajudamos a perceber melhor:



QUE É TELETRABALHO?

É a “prestação laboral realizada com subordinação jurídica, habitualmente fora da empresa e através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação” (artigo 165º do Código do Trabalho).

É APLICÁVEL A TODOS OS TRABALHADORES?

As medidas excecionais aprovadas pelo Governo definem que “enquanto vigorar o Estado de Emergência é obrigatória a adoção do regime de teletrabalho, independentemente

do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitam”.

QUAIS OS DIREITOS DE UM TRABALHADOR EM TELETRABALHO?

Um trabalhador em teletrabalho “tem os mesmos direitos e deveres dos demais trabalhadores” (artigo 169º do Código do Trabalho).

POR ESTAR EM CASA, TEM DE ESTAR SEMPRE DISPONÍVEL?

Segundo a lei, “o empregador deve respeitar a privacidade do

trabalhador e os tempos de descanso e de repouso da família deste, bem como proporcionar-lhe boas condições de trabalho”.

O TRABALHADOR TEM DIREITO AO SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO, MESMO ESTANDO EM CASA?

“Sim. Os trabalhadores em regime de teletrabalho mantêm os mesmos direitos e deveres dos demais trabalhadores.” Pode ler-se nos sites da Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e Autoridade para as Condições de Trabalho.

ContasConnosco
Cofidis

Para mais informações,
visite o espaço de
informação da
Cofidis em
www.contasconnosco.pt

CIÊNCIA

Cientistas portugueses resolvem o mistério do corante azul medieval

Equipa interdisciplinar desvenda a complexa estrutura química de um corante usado na iluminura de manuscritos da Idade Média. Os resultados foram publicados na revista *Science Advances*

Isabel Salema

Uma equipa interdisciplinar de investigadores portugueses conseguiu descobrir a estrutura química de um corante natural – conhecido como “*folium*”, na sua versão latina – usado nas iluminuras dos manuscritos da Idade Média. Os resultados deste grupo composto por químicos, cientistas da conservação e biólogos, na sua maioria pertencentes ao Laboratório Associado para a Química Verde (LAQV-Requimte), foram publicados ontem na revista *Science Advances* e têm especial importância para a conservação e restauro das colecções de iluminuras europeias.

De todos os corantes medievais usados para pintar, o *folium* – ou o tornassol-dos-franceses, como também é conhecido – era, até agora, o único de que não se conhecia a molécula, embora a utilização desta tinta aguarelada que pode ser azul ou roxa esteja amplamente descrita em tratados de arte da época, afirma Maria João Melo, investigadora do LAQV da Universidade Nova de Lisboa, que dirige a equipa juntamente com Vic-



Manuscrito medieval da Biblioteca Nacional de Portugal; e em baixo uma iluminura do Mosteiro do Lorvão (seculos XII-XIII) com azul índigo

tor de Freitas e Joana Oliveira, ambos do LAQV da Universidade do Porto.

“Este é um artigo muito fascinante. É uma espécie de história de detetives sobre uma molécula e uma técnica usada nos tempos medievais, que foi dada como quase perdida e agora novamente encontrada e explicada. Podíamos mesmo escrever um romance sobre ela”, relata um dos revisores científicos do artigo, que

por norma se mantêm anónimos.

A molécula que está por trás do *folium*, a que os investigadores chamaram “crozoforidina”, “foi utilizada desde a antiguidade para dar corpo a um belo azul usado para pintar”, explicam os investigadores no comunicado de imprensa em que dão notícia do artigo da *Science Advances*. Mas, ao contrário do que pensaram inicialmente, a nova molécula não é

nem uma antocianina, como as que se encontram em muitas flores e frutos, nem o índigo, o mais estável dos corantes naturais para o azul. “Constituí, por si só, uma nova família de compostos”, sublinha o mesmo comunicado.

No artigo da *Science Advances*, os dez investigadores portugueses começam por dizer, logo no título, que resolveram “um velho mistério

com mil anos” ao revelar a estrutura molecular deste azul medieval produzido a partir da planta *Chrozophora tinctoria*, que em Portugal a equipa conseguiu encontrar na aldeia da Granja, perto da Amareleja, no Alentejo. “O que distingue a *C. tinctoria* de outras fontes naturais medievais para tingir ou produzir tintas é que, até hoje, a estrutura química da cor azul manteve-se esquiua, apesar dos esfor-

Mistério do EVAL

DUARTE BELO



A planta *Chrozophora tinctoria*; e panos embebidos com o corante natural extraído da planta

há dez anos com o início da missão de estudo da cor dos manuscritos de Mosteiro de Santa Cruz, na Biblioteca Pública Municipal do Porto. “Começámos a encontrar muitas púrpuras nos fundos da Idade Média que estudamos através de técnicas não-invasivas como a microscopia de Raman e a microespectrofluorimetria molecular para os quais não tínhamos nenhuma referência na base de dados de corantes e tintas medievais. Essa cor não estava identificada”, conta a cientista conservadora, acrescentando que uma das suas linhas de investigação é a recuperação de cores medievais.

Pela leitura dos tratados medievais sobre as cores, o *folium* perfilou-se como um bom candidato, uma vez que era o único corante com uma molécula desconhecida. Do lado da química, os palpites previam que a molécula podia ser da família das antocianinas, cujas cores são conseguidas através dos sucos das plantas, ou ainda da família das orceínas, obtidas a partir de líquenes.

Quando Maria João Melo percebeu que a resposta dos colegas internacionais sobre a estrutura da molécula tardava em chegar, pôs mãos à obra e montou esta equipa interdisciplinar portuguesa, que foi essencial para o sucesso da investigação, não deixa de sublinhar a cientista da conservação.

Com a ajuda da bióloga Adelaide Clemente, que tem vasta experiência em flora portuguesa e é a única investigadora que assina o artigo que não pertence ao laboratório Requimte, chegou-se ao único local onde a *Chrozophora tinctoria* aparecia localizada em Portugal. Na descrição da bióloga, esta pequena planta é nativa da região mediterrânica, Norte de África e Ásia. É a partir dos seus frutos, que têm entre cinco e oito milímetros, que se faz o corante.

A equipa fez recolhas na Granja durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 2017 e 2018. “De facto, um dos personagens principais da nossa história é esta plantinha que encontramos na Granja. Da primeira vez fomos cedo de mais, porque era Junho, mas percebemos que íamos ter sucesso a obter o extracto para estudar a molécula porque depois da

colheita as mãos ficaram azuis”, lembra-se Maria João Melo.

Receita com “mijo”

Um dos tratados medievais que fala do *folium* foi escrito com caracteres hebraicos em português antigo e é o famoso *Livro de como se Fazem as Cores das Tintas Todas para Iluminar os Livros* (século XV), mas a equipa também consultou o *Livro dos Vários Ofícios de Montpellier* (séc. XIV) e o *Tratado das Artes de Colorir de Teófilo* (séc. XII).

“Andamos há muito tempo a estudar o *Livro de como se Fazem as Cores*, a tentar trazer todas estas receitas para a luz do dia. O nosso *folium* está no capítulo 24.º”, diz a



Um dos personagens principais da nossa história é esta plantinha que encontramos na Granja

Maria João Melo
Cientista da conservação



investigadora.

Para fazer o extracto necessário à realização da análise química, a equipa usou etanol, água e a casca do fruto. “O nosso treino de ler tratados permitiu rapidamente chegar às três receitas muito boas. Os tratados dizem coisas muito importantes: quando extraímos a cor, não podemos esmagar as sementes que estão dentro do fruto, porque senão nunca mais conseguimos ter um extracto puro”, continua a investigadora.

A receita vai ao pormenor de explicar que os artesãos devem usar pequenos trapos como suporte para armazenar o corante depois de extraído da planta, mas também inclui um ingrediente inesperado no fabrico desta tinta aguarela: “Depois que tiveres dez ou 20 panos [...] cheios de sumo do ‘katasol’ (*folium*), tomarás um alguidar com mijo de homem.” A urina serve para fixar esta tinta em forma de aguarela nos panos que servem de suporte para comercializar o corante. O texto da receita, que está infelizmente incompleto, acrescenta que quanto mais os “mijos” forem podres, melhor funcionará a fixação do extracto cor de amora.

A cor do vinho

A purificação final para obter a cor isolada foi realizada pela Universidade do Porto, que tem grandes especialistas na caracterização das cores dos vinhos, lembra a colega da Universidade Nova de Lisboa. Mas logo no final do primeiro ano a equipa toda percebeu que a molécula não fazia parte da família das antocianinas e que ia ser muito difícil chegar à sua estrutura, tal como já tinha acontecido com os grupos internacionais.

A contribuição de Paula Nabais, que assina o artigo em primeiro lugar, foi decisiva neste impasse. Voltaram-se novamente para os textos antigos, desta vez para as descrições que os académicos franceses fizeram durante os séculos XVIII e XIX da indústria dos corantes em Grand-Gallargues, em França. “Aqui eram preparados trapinhos azuis com os frutos da *Chrozophora tinctoria* para serem exportados para os Países Baixos para dar cor vermelha à crosta do queijo

holandês. Um desses académicos, M. N. Joly, compara em 1842 a cor azul extraída dos frutos com a da planta *Mercurialis* (*Mercurialis perennis*), mas sem sucesso na sua identificação molecular”, conta a cientista da conservação. Seguiram essa pista e ao investigarem a planta verificaram que já tinha sido caracterizada por George Swan em 1985 e por um grupo de investigadores alemães em 2013 e 2014. “Esta molécula é a hermidina, que nos deu pistas para uma possível semelhança com a crozoforidina”, explica Paula Nabais.

Com o campo reduzido, a equipa de químicos do Porto, de Victor de Freitas e Joana Oliveira, já sabiam onde procurar. Mesmo assim, explica Vítor Freitas através de *email*, a crozoforidina só foi possível identificar com o recurso a várias técnicas espectroscópicas muito sensíveis e complementares. “Apesar de ser uma molécula orgânica relativamente pequena, a sua caracterização estrutural é de enorme complexidade, por apresentar um número de prótons muito reduzido, o que dificulta a utilização das técnicas mais apropriadas para a caracterização deste tipo de compostos como a ressonância magnética nuclear (RMN).” Só através do uso da RMN do isótopo 13 do carbono e do isótopo 15 do nitrogénio, que são técnicas menos sensíveis e que por isso necessitam de uma concentração elevada do composto extraído da *Chrozophora tinctoria*, é que foi possível chegar à sua estrutura, explica o investigador. “Sem dúvida um grande desafio, que foi a razão pela qual esta estrutura se manteve incógnita até hoje, que superámos com uma equipa pluridisciplinar com competências transversais em várias técnicas.”

Todo este conhecimento que conseguiu chegar ao século XIX desapareceu quando os químicos começaram a inventar novas moléculas para fazer cores. Na Granja, perto da fronteira espanhola, já ninguém sabia que esta planta tinha servido para fazer corantes, nem sequer se lembravam de nomes antigos da *Chrozophora tinctoria*.

isabel.salema@publico.pt

ços de muitos grupos de investigação nas últimas décadas do século XX e já no século XXI”, continuam os cientistas, como nos anos 90 a equipa de Arie Wallert, curador de técnicas de pintura no Rijksmuseum, em Amsterdão, ou mais recentemente o grupo de Maurizio Aceto, da Universidade do Piemonte Oriental, em Itália.

Para a equipa de Maria João Melo, o “mistério” começou, na verdade,

CULTURA

Na Orquestra do Norte, o timbre é de instabilidade financeira

Músicos a recibos verdes afirmam que há 25.500 euros em dívida. Responsável pela orquestra assume problemas de tesouraria e deseja mudanças no processo de financiamento

Orquestra do Norte
Tiago Mendes Dias

Foi o “desespero” que levou músicos ocasionalmente requisitados pela Orquestra do Norte a anunciarem, há pouco mais de uma semana, que vários serviços prestados ainda não foram pagos. Um dos representantes do grupo, denominado Reforços Lesados da Orquestra do Norte, avançou ao PÚBLICO que a dívida respeita a 34 instrumentistas, ascendendo a um total de 25.500 euros; o recibo verde mais antigo data de Abril de 2019. “A partir daí, há recibos de todos os meses em atraso, à excepção do período de férias da orquestra”, salienta o músico, optando por não se identificar, nem a qualquer outro membro do grupo. Atitude que visa “salvaguardar a possibilidade dos envolvidos continuarem a tocar na orquestra”, explica.

O valor total em dívida pode até ser maior, acrescenta, porque há músicos que já se recusaram a emitir recibos verdes, de forma a evitar os pagamentos à Segurança Social. “Muitas pessoas ficam à espera de uma comunicação a garantir o pagamento, antes de passarem o recibo. Num total de 2100 euros de dívida, falta-me passar 300 euros, por exemplo”, explica o mesmo músico, antes de dizer que “há um ou outro” instrumentista cujo valor a receber ascende aos 3000 euros. Outro dos problemas, refere, é a falta de comunicação por parte de quem gere a orquestra. “Há ainda pessoas que já ligaram, sem exagerar, umas 40 vezes para os dois contactos que recebemos, mas continuam sem resposta”, acusa. “Muitos de nós não fazemos a mínima ideia de quando vão receber.”

O atraso nos pagamentos não é, contudo, um problema que se limita a quem presta serviços. Em 31 de Março, a comissão de trabalhadores denunciou que os salários de Janeiro,

Fevereiro e Março dos 34 instrumentistas e dos quatro funcionários da orquestra estavam em atraso. Os meses de Janeiro e de Fevereiro foram, entretanto, regularizados, estando ainda previsto que o salário de Março seja pago até ao final deste mês, adianta ao PÚBLICO José Bastos, director-executivo da orquestra criada em 1992, por via da Associação Norte Cultural (ANC).

Recusa de encomenda

Há, contudo, uma funcionária com contrato sem termo que também reclama dinheiro à gestão da Orquestra do Norte. Responsável pela área financeira, Paula Brás diz que ainda não recebeu o subsídio de Natal de 2019. De baixa desde Outubro do ano passado, já pediu à ANC para lhe facultar o documento para a Segurança Social, mas continua, para já, sem resposta, depois de “vários e-mails”. Este é o episódio mais recente de uma ligação à orquestra que vem desde 1998 e que se começou a deteriorar em 2015, quando deixou de fazer a contabilidade.

A funcionária continuou a fazer processamento de salários até Outubro de 2019, quando um diferendo com o director-executivo a motivou a pedir baixa: Paula Brás alega que a orquestra recusou uma encomenda de 40 concertos em 2018, por parte da Associação de Amigos da Orquestra do Norte (AAON), e que José Bastos a acusou de mentir em frente aos músicos. “A pior coisa que me fizeram foi chamar-me mentirosa em frente à orquestra toda”, recorda. “Disseram-me que o documento não existia.”

Essa informação consta de uma carta endereçada pela AAON a José Bastos, datada de 9 de Abril de 2018, à qual o PÚBLICO acedeu. No texto, a entidade criada em 2010 para apoiar a Orquestra do Norte dá oito dias para José Bastos responder, sublinhando que “uma resposta negativa ou a falta de resposta”



Uma das actuações da Orquestra do Norte, criada em 1992 por via da Associação Norte Cultural

Alimentar um projecto artístico de bolsos vazios

“Foi um esforço enorme dar-lhe o mínimo de sustentabilidade”, relata o maestro José Ferreira Lobo, quando recorda ao PÚBLICO a fundação da orquestra, por via da Associação Norte Cultural (ANC). Ainda hoje ligado à orquestra, o músico reconheceu que era difícil pagar as “remunerações dentro de um *timing* razoável”, ora em 1992, ora em 2012, devido aos “atrasos nos recebimentos dos municípios”.

Esse é um problema igualmente relatado pelo ex-presidente da ANC Armindo Abreu, que critica a falta de colaboração das autarquias associadas. “Muitas nunca cumpriram com as suas obrigações. Borrifaram-se para a orquestra. Amarante empenhou-se de forma mais regular, enquanto Guimarães, Penafiel e Vila Real de forma mais intermitente. Fafe mais no início”, relata.

Os prejuízos da orquestra, contudo, nunca foram além dos

50.000 euros por ano até 2012, quando a então Secretaria de Estado da Cultura prometeu um apoio anual de 900.000 euros, mas, na hora de assinar o contrato, reduziu-a para 750.000 euros. “O orçamento anual situava-se entre os 1.300.000 e 1.400.000 euros e os défices anuais começaram a rondar 100.000 euros”, lembra. O responsável explica que o orçamento era superior ao de hoje, porque a orquestra tinha 47 elementos, com capacidade para vários programas de



iriam significar o fim da colaboração entre as partes. A então direcção da AAON salienta ainda, na carta, que uma das cláusulas do protocolo celebrado com a ANC para a realização de concertos, em Abril de 2014, pretendia que a acção da Associação de Amigos fosse “desvalorizada e silenciada”.

Um dos elementos da direcção da AAON era Armindo Abreu, presidente da Câmara Municipal de Amarante, entre 1995 e 2013, e também da ANC – o concelho que acolhe a orquestra preside à direcção, tendo a companhia das autarquias de Guimarães, Chaves, Macedo de Cavaleiros e Lamego.

60 a 70 concertos por ano

Essa encomenda não avançou, esclarece ao PÚBLICO o ex-autarca, revelando ainda que a Associação de Amigos vai ser dissolvida. Os concertos garantidos no contacto com universidades, misericórdias e instituições como a Ordem dos Médicos ao longo da última década garantiram um número significativo de concertos que contribuiu para a sustentabilidade daquela formação musical. “Para ser viável, a orquestra tem de fazer 60 a 70 concertos por ano”, estima, lembrando que os números foram atingidos enquanto presidiu à ANC. Entre 2017 e 2019, o número anual de concertos da orquestra variou entre 37 e 44, segundo a informação disponível no *site* oficial.

José Bastos realça, por sua vez, que essa encomenda não avançou porque “não respeitava” o protocolo entre as entidades. Esse protocolo, acrescenta, já deixou de vigorar após a última assembleia-geral da Associação Norte Cultural, em 10 de Março de 2020. Questionado sobre a denúncia de Paula Brás, o responsável diz somente ter conhecimento que a funcionária está de baixa, por doença. O director-executivo reitera que a “ingerência” em assuntos relativos à programação da orquestra não consta das “obrigações profissionais” da trabalhadora da área financeira.

Confrontado ainda com as dívidas aos reforços, José Bastos alega que a soma em causa é de 15.000 euros, e não de 25.500, com 90% do valor total a ser posterior a Setembro de 2019. Há, aliás, músicos a quem é “devida apenas uma semana de trabalho”, frisa. José Bastos reconhece,

porém, que o dinheiro em falta é um “direito de cada um dos músicos que exerceram o seu trabalho”, tendo antecipado a liquidação de pelo menos 7500 euros até ao final de Abril.

Depois de ter pertencido à direcção da ANC entre 2013 e 2017, enquanto vereador da Câmara Municipal de Guimarães, José Bastos assumiu a gestão da instituição, tendo encontrado uma situação financeira que já era “débil”. Segundo um documento enviado ao PÚBLICO pelo director-executivo, a Orquestra do Norte acumula um resultado negativo de 722.000 euros entre 2008 e 2015, ano em que a dívida à Segurança Social já ascendia a 800.000. A partir daí, a dívida à Segurança Social caiu para os 17.000 euros, estando prevista a liquidação até ao final de 2020, adianta. Já a actividade de 2019 traduziu-se num défice de 120.000 euros. Para o ex-vereador com o pelouro da Cultura na Câmara de Guimarães (2013 a 2017), o orçamento anual de um milhão de euros, destinado maioritariamente aos salários da orquestra (90%), é “viável”, mas o dinheiro continua a faltar em certas alturas do ano.

Delay ou antecipação?

Uma das ideias de José Bastos para solucionar esse problema de tesouraria é o aumento da contribuição financeira das 22 autarquias que integram a ANC. Apesar de não corresponder ao financiamento de 40% mencionado na Carta de Missão das Orquestras Regionais para o quadriénio 2018-2021, os associados aprovaram, na última assembleia-geral, uma contribuição mínima anual de 250.000 euros para a orquestra. Os restantes 150.000, esclarece, dependem da venda de concertos.

Os restantes 600.000 euros chegam à Orquestra do Norte via Direcção-Geral das Artes (DGArtes), e a forma como têm sido entregues é uma das causas para as “dificuldades de tesouraria regulares”, afirma José Bastos. O dinheiro é atribuído trimestralmente, mas só está à disposição da ANC um mês depois de o trimestre acabar, explicou. Prevê-se assim que a Orquestra receba o dinheiro de Janeiro, Fevereiro e Março no final de Abril. O responsável já expôs a situação à DGArtes e pretende transformar esse “delay de

“**O dinheiro em falta é um direito de cada um dos músicos que exerceram o seu trabalho**”

José Bastos

Director executivo

financiamento” numa antecipação do pagamento trimestral ou até mesmo num pagamento mensal.

O director-executivo realça ainda que os atrasos nos pagamentos seriam facilmente evitáveis, caso não tivesse decidido, em 2018, formalizar contratos sem termo para os 34 instrumentistas e os quatro funcionários da orquestra “com direito a subsídio de férias, a subsídio de Natal e baixa por doença”. Com a mudança contratual, o calendário anual da Orquestra do Norte estendeu-se de oito para 11 meses (mais um de férias). “Sem essa decisão, não haveria um único centímetro de atraso para ninguém, porque a despesa era naturalmente inferior à de agora”, explica.

concertos e óperas. “Era um projecto artístico lindíssimo. Agora é pequenino para fazer música barroca e alguma clássica”, considera.

Em 28 anos, a Orquestra do Norte actuou, por exemplo, com os tenores espanhóis José Carreras e Plácido Domingo e ainda com o italiano Andrea Bocelli, promoveu concertos do Minho ao Algarve e passou por Espanha, França e Alemanha, país onde fez uma digressão de 15 dias, em Abril de 2009.

PUBLICIDADE

CULTURA

Filipe Duarte, o actor que “dava vida à personagem com a sua própria vida humana”

Obituário Jorge Mourinha

O actor tinha 46 anos e sofreu um enfarte agudo em sua casa. Vimo-lo há pouco tempo em *Mosquito* e *Variações*

Filipe Duarte, que deu corpo na televisão ao Luís Bernardo Valença criado por Miguel Sousa Tavares na adaptação de *Equador*, morreu ontem aos 46 anos.

A notícia foi confirmada pelo PÚBLICO pela produtora Pandora da Cunha Telles, da Ukbar Filmes. Filipe Duarte morreu durante a noite de enfarte do miocárdio e foi encontrado já sem vida na sua casa. O actor havia regressado há pouco do Brasil, onde tinha terminado as rodagens da novela da Globo *Amor de Mãe*, que se encontra em exibição na SIC.

Natural de Angola, onde nasceu em 1973, Filipe Duarte era um dos rostos mais versáteis e regulares na televisão, no teatro e no cinema português, tendo recentemente participado também em várias séries espanholas. Aluno da Escola Superior de Teatro e Cinema, começou carreira no palco em finais dos anos 1990 com produções do Teatro da Garagem e da Companhia Teatral do Castelo, mas foi na televisão e no cinema que construiu o grosso da sua carreira. As suas últimas aparições em palco foram em 2017 em *Splendid's*, de Jean Genet, no Teatro Experimental de Cascais, e em 2018 em *A Fera na Selva*, de Marguerite Duras, encenado para o Centro Cultural de Belém por Miguel Loureiro, que em entrevista ao PÚBLICO na altura elogiava o “trabalho sobre a contenção” do actor.

No grande ecrã, vimo-lo há pouco em *Mosquito*, de João Nuno Pinto, no papel de um oficial português perdido nos confins de Moçambique durante a I Guerra Mundial, e no superêxito que foi *Variações* de João Maia, interpretando Fernando Ataíde, proprietário do clube Trumps. Ao PÚBLICO Maia fala de “um tipo formidável, com as ideias muito arrumadas”, de indesmentível



MIGUEL DANTAS

carisma, destacando a “generosidade de um actor tão experiente aceitar um papel secundário” ao qual deu “99%” de si mesmo. “Dirigi-o muito pouco, o que está no ecrã é aquilo que ele trouxe. E ele podia não estar a fazer nada que ficávamos todos a olhar.”

Luís Filipe Rocha deu-lhe o papel principal de *A Outra Margem* (2007), um travesti que regressa à sua aldeia natal e lhe valeu vários prémios internacionais, e voltou a trabalhar com ele em *Cinzento e Negro* (2015).

“Ser humano excepcional”

Num depoimento enviado ao PÚBLICO, Luís Filipe Rocha define os dois filmes que rodou com Filipe Duarte como “duas intensas e inesquecíveis viagens”. “Em ambas, recebi dele a mais bela oferta que um actor me pode fazer: dar vida ao ser imaginário que é a personagem com a sua própria vida humana”, escreve o realizador de *Cerromaior* e *Adeus, Pai*. “Não são muitos os actores que o conseguem fazer, por isso a memória dos que o fazem é a que mais perdura em mim ao longo dos anos. O Filipe não era apenas um grande actor, era também um ser humano excepcional. Um homem íntegro, solidário e profundamente humano. Um amigo.”

Outros cineastas com quem rodou foram Tiago Guedes (*Coisa Ruim, Entre os Dedos*), Margarida Cardoso (*A Costa dos Murmúrios*), Albert Serra (*A Morte de Luís XIV*), Werner Schroeter (*Esta Noite*), Vítor

Gonçalves (*A Vida Invisível*) ou Manuel Mozos (*Quatro Copas*). Fez igualmente dobragens para animações televisivas e cinematográficas (era sua a voz do Tarzan animado da Disney). *A Outra Margem* e *Entre os Dedos*, ambos produzidos por Paulo Branco, estarão já disponíveis gratuitamente em *streaming* no site da Medeia Filmes.

Na televisão, participou em séries como *Terapia*, *A Ferreirinha*, *João Semana* ou *A Febre do Ouro Negro*, e nos últimos anos tinha começado também a trabalhar em produções espanholas. Mas os seus papéis mais conhecidos ficam como os de Luís Bernardo Valença na adaptação do *best-seller* de Miguel Sousa Tavares *Equador* (2008-2009) e de João Belmonte na novela *Belmonte* (2013), ambos na TVI. Num comunicado enviado às redacções, a TVI recorda “o Pipo, como todos o tratávamos”, como “um actor excepcional, que recusou sempre um pingo de maquilhagem na tela, como na vida”, pessoa “sempre à distância de um telefonema, de uma conversa”.

O actor tinha terminado a rodagem da longa-metragem *Nunca Nada Aconteceu*, de Gonçalo Galvão Teles, que se encontra em pós-produção, e com quem tinha já rodado a curta *Senhor X* (2010) e o telefilme *Teorema de Pitágoras* (2001).

Filipe Duarte era casado com a actriz espanhola Nuria Mencía, com quem tem uma filha.

com Gonçalo Frota



Breves

Concertos

Taylor Swift cancela concerto no Nos Alive e digressão europeia

A Everything Is New, promotora do festival Nos Alive, em Algés (Oeiras), anunciou ontem em comunicado o cancelamento do espectáculo de Taylor Swift, agendado para o dia 9 de Julho.

A intérprete norte-americana fundamenta a decisão com a actual situação de pandemia, que a levou a cancelar toda a digressão europeia até ao final do ano.

A promotora do festival acrescenta que se encontra atenta ao desenrolar dos acontecimentos e a analisar vários cenários, entre eles, o adiamento do festival. Outros grandes festivais, como Rock in Rio Lisboa e Nos Primavera Sound, foram adiados.

Óbito

Morreu Christophe, le beau bizarre da canção francesa

O músico francês, intérprete do êxito *Aline* em 1965, morreu ontem aos 74 anos, devido a uma doença pulmonar, confirmou a família à AFP. Autor, compositor e intérprete, Christophe, cujo nome de baptismo era Daniel Bevilacqua, conquistou inúmeros corações em França com a canção *Aline*, êxito romântico que galgou fronteiras, dentro e fora da Europa. “Autor de *hits* nos anos 60, experimentador audaz nos anos 70, artista de culto, Christophe conheceu diversas carreiras”, escreveu-se na revista *Paris Match* sobre a sua carreira de mais de 50 anos. “A sua carreira de ‘belo extravagante’ [‘beau bizarre’] decadentista e obsessivo engloba *hits* cintilantes.”

David Hockney pinta contra a covid-19

Artes

Sérgio C. Andrade

Da sua casa na Normandia, o pintor inglês, que se aproxima dos 83 anos, continua a amar a vida, e a Primavera

No dia 21 de Março, início da Primavera, o pintor inglês David Hockney (n. Bradford, 1937) brindou os seus concidadãos, através do jornal *The Art Newspaper*, com a oferta de um ramo de junquinhos (alguns chamam-lhe narcisos) desenhado no iPad na sua casa na Normandia, com o título *Do remember they can't cancel the spring* (“Lembrem-se de que não se pode cancelar a Primavera”).

Ontem, aquele que, perto de completar 83 anos, é visto como um dos grandes mestres da pintura mundial contemporânea escolheu dirigir-se aos franceses e escreveu uma carta aberta que foi lida pelo jornalista e crítico literário Augustin Trapenard em directo no seu programa de rádio na France Inter e também difundida nas redes sociais acrescentada de algumas das pinturas que o artista continua a fazer repetidamente, a desafiar a pandemia de covid-19.

“Desde que o vírus apareceu, ficámos confinados [na nossa casa na Normandia].”

O pintor explica que não pára de partilhar os seus desenhos com os amigos. Eles “mostram-se felizes, e isso dá-me prazer”. “Durante este tempo, o vírus, louco e incontrolável, propaga-se. Muita gente me diz que os meus desenhos lhes oferecem uma trégua nesta provação”, continua o artista, acrescentando que o seu trabalho pretende apenas testemunhar “o ciclo da vida que recomeça sempre com o início da Primavera”. “Vou prosseguir o meu trabalho, agora que percebi a sua importância. Sinto-me bem comigo, e o que tenho a fazer é pintar”, acrescenta. “Eu tenho [perto de] 83 anos, e vou morrer. Morremos porque nascemos. As únicas coisas que contam na vida são a comida e o amor, por esta ordem (...) Acredito sinceramente nisso e, para mim, a fonte da arte está no amor”.

sandrade@publico.pt

FIGAR

CINEMA

Gabriel

TVCine Edition, 11h55

Gabriel deixa Cabo Verde e viaja para Portugal à procura do pai que não vê desde a infância. A tia acolhe-o, no bairro dos Olivais, Lisboa. Rapidamente se vê envolvido com um *gang* local liderado por Jorge, dono do clube de boxe e responsável por combates ilegais. Estreia em cinema de Nuno Bernardo, um filme dramático sobre imigração, *bullying* e xenofobia, com Igor Regalla, Almeno Gonçalves, Ana Marta Ferreira, Mina Andala, Angelito Torres, Susana Sá, José Condessa e Sérgio Praia nos papéis principais.

O Regresso de Johnny English TVI, 15h50

Segundo filme da saga em que Rowan Atkinson parodia James Bond, um dos mais famosos espíões de todos os tempos. Depois de uns anos em retiro espiritual, o agente especial Johnny English é convocado pelos Serviços Secretos britânicos para impedir a morte de um líder mundial que levaria a uma crise política sem precedentes. Agora é só salvar o mundo.

Monstros Fantásticos e onde Encontrá-los SIC, 17h40

EUA, 1926. Algo ameaça expor a comunidade de feiticeiros a um grupo de fanáticos que não descansa enquanto não destruir todas as formas de magia. O magizoologista Newt Scamander chega a Nova Iorque com a sua mala, onde esconde monstros que foi colecionando ao longo das suas viagens. Quando um SemMages (ser desprovido de magia) solta inadvertidamente algumas das criaturas de Newt, a cidade fica em estado de sítio. Adaptação da obra homónima de J. K. Rowling (que aqui se estreia como argumentista), um filme de aventura ambientado 70 anos antes da chegada de Harry Potter a Hogwarts, com realização de David Yates, que já dirigira quatro capítulos dessa saga.

Tolkien

TVCine Top, 21h30

Estreia. Depois do enorme sucesso dos filmes baseados nas obras de Tolkien, situadas numa Terra Média onde humanos convivem com hobbits, elfos, feiticeiros, anões e orcs, chegou o momento de ser transformada em filme a vida do próprio autor – com foco, sobretudo, nos anos de



Televisão

lazer@publico.pt

RTP 1

6.15 Cuidado com a Língua! **6.30** Espaço Zig Zag **8.00** Bom Dia Portugal Fim de Semana **10.20** David Attenborough Dentro da Selva **11.11** Novo Mundo Digital **11.27** Aqui Mandam as Crianças **13.00** Jornal da Tarde **14.28** Portugal no Mundo **15.18** Aqui Portugal **19.08** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.15** Conta-me Como Foi **22.02** Patrulha da Noite **22.48** Artistas em Rede **23.32** Andrea Bocelli: Música pela Esperança **23.59** Não Me Sai da Cabeça **0.58** 22 Anjos **2.51** Anos a Viver Perigosamente **3.41** Marte

RTP 2

6.32 Repórter África **7.00** Euronews **7.55** Espaço Zig Zag **13.03** A Ilha dos Desafios **13.48** Os Daltons **14.04** Os Vizinhos Piratas **14.29** Chovem Almôndegas **14.51** Folha de Sala **14.59** O Comissário Montalbano **16.52** Biosfera **17.23** Civilizações **18.18** Faça Chuva Faça Sol **18.50** Os Mistérios de Frankie Drake **19.36** A Música, a Guerra e a Revolução **20.33** Candice Renoir **21.30** Jornal 2 **22.04** Folha de Sala **22.11** Ver Mais Sobre Ti **22.45** Carmina Burana **23.56** A Moral Conjugal **1.38** 5 Quartos **2.24** Euronews

SIC

6.00 Malucos do Riso **6.25** Etnias **7.00** Marvels Spider Man **7.25** O11ze **7.50** Uma Aventura **9.05** Olhó Baião **12.15** O Nosso Mundo: África's Deadliest **13.00** Primeiro Jornal **14.15** Alta Definição **15.00** E-Especial **15.35** Regresso ao Futuro **17.40** Monstros Fantásticos e Onde Encontrá-los **19.57** Jornal da Noite **21.45** Estamos Aqui **23.00** Amigos Improváveis Famosos (final) **0.30** Um Ano na Vida de David Carreira **3.00** Instinto Fatal

TVI

6.39 Campeões e Detectives **8.01** O Bando dos Quatro **08.01** Detective Maravilhas **8.44** Portal do Tempo **9.34** Inspector Max **12.14** Querido, Mudei a Casa! **13.00** Jornal da Uma **14.17** Morangos com Açúcar **15.50** O Regresso de Johnny English **17.30** A Gaiola Dourada **19.12** Anti-Stress **19.57** Jornal das 8 **21.46** Quer o Destino **22.43** Mental Samurai **0.00** O Mundo Inteiro em Casa **3.05** GTI **3.21** Mar de Paixão **3.54** Saber Amar

Os mais vistos da TV

Quinta-feira, 16

	%	Aud.	Share
Jazaré	SIC	17,1	28,1
Jornal da Noite	SIC	16,4	27,1
Terra Brava	SIC	14,9	28,1
Primeiro Jornal	SIC	12,7	30,1
Quer o Destino	TVI	12,0	20,0

ONTE: CAEM

TVCINE TOP

11.40 Na Praia de Chesil **13.35** O Professor e o Louco **15.40** Bem-Vindos a Marwen **17.40** O Dia a Seguir **19.30** Se Esta Rua Falasse **21.30** Tolkien **23.25** Sibéria **1.15** Fuga do Manicómio: A História de Nellie Bly **2.50** A Viagem de Despedida **4.30** Parque Mayer

FOX MOVIES

11.01 Os Sete Magníficos **13.04** O Réptil **15.02** Esporas de Aço **16.29** O Grande Combate **19.00** Rio Bravo **21.15** Justiceiro Solitário **23.10** Terra Violenta **0.54** Três Cartazes à Beira da Estrada **2.40** A Forma da Água

CANAL HOLLYWOOD

11.20 Pudsey: Este Cão É Um Herói **12.50** Os Quebra-Ossos **14.40** Chefes Intragáveis 2 **16.30** Esquadrão Suicida **18.50** Focus **20.35** G.I. Joe: Retaliação **22.25** O Gringo **0.10** A Colega de Quarto **1.45** Esconderijo **3.30** Barco Fantasma **5.05** Detonação

AXN

13.10 O Corpo da Mentira **15.22** Guerra **17.10** Fúria **19.25** O Código da Vinci **21.55** Verdade ou Mentira **23.40** Gran Torino **1.53** O Sobrevivente **3.50** O Senhor dos Anéis - O Regresso do Rei

AXN MOVIES

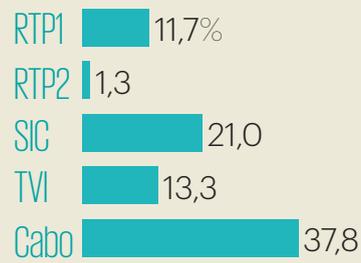
13.52 Cody Banks 2 - Missão em Londres **15.27** The Chateau Meroux **17.07** O Misterioso Assassínio em Manhattan **18.58** L.A. Confidencial **21.15** Dormindo com o Inimigo **22.56** A Filha do General **0.53** Os Goonies **2.47** Sahara

AXN WHITE

13.42 A Escolha de Um Pai **15.25** America **16.55** As Explicações da Irmã Mary **18.25** Um Dia Perfeito **19.55** Nos Meus Sonhos **21.25** Anna Nicole **22.55** Arrow **0.25** Vencer o Preconceito **2.43** Outlander **3.33** Pan Am **4.23** A Teoria do Big Bang **5.59** O Mentalista

FOX

10.08 Quarteto Fantástico **11.55** Planeta dos Macacos: A Origem **13.57** Planeta dos Macacos: A Revolta **16.30** Jason Bourne **18.56** Maze Runner -



Correr ou Morrer **21.20** O Último Caçador de Bruxas **23.15** Hansel & Gretel: Caçadores de Bruxas **0.57** Assalto à Casa Branca **2.54** Selvagens

FOX LIFE

9.40 Lei & Ordem: Unidade Especial **10.25** The Resident **14.29** Killer Contractor **16.39** Killer in Law **18.23** A Christmas to Remember **20.12** Não Há Duas Sem Três **22.20** Mulheres Procuram-se para Ir a Casamento **0.11** As Cinquenta Sombras Mais Negras **2.17** Rainha do Sul

DISNEY

15.20 A Raven Voltou **15.45** Gabby Duran Alien Total **16.10** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **16.35** Sadie Sparks **17.00** Gravity Falls **17.50** Star Contra as Forças do Mal **18.40** Os Green na Cidade Grande **19.25** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **20.10** Gravity Falls **21.00** Gabby Duran Alien Total **21.23** A Raven Voltou **21.45** Coop & Cami

DISCOVERY

17.45 Aventura à Flor da Pele XL **18.30** Duo de Sobreviventes **19.20** Como Fazem Isso? **21.00** Inexplicável & Inexplorado **22.55** Curiosidades da Terra **0.40** Inexplicável & Inexplorado **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** Segredos do Universo com Morgan Freeman **4.30** Como Funciona a Terra

HISTÓRIA

17.17 Forjado no Fogo **20.44** Os Líderes do Nazismo **22.15** À Caça de Hitler **23.39** Os Túneis Secretos de Hitler **0.56** Alienígenas **2.20** A Pirâmide Perdida **3.56** O Livro Egípcio dos Mortos **5.23** Mistérios por Resolver

ODISSEIA

17.42 Mistérios dos Gigantes Extintos **18.35** Animais Bebés do Mundo **19.23** Escola de Orangotangos **20.12** Fora de Controlo **21.01** Os Feitos Mais Estranhos das Guerras Mundiais **21.46** Macron, Amor à Francesa **23.15** Sex Mundi, a Aventura do Sexo **23.59** The Trixie And Katya Show **0.45** Os Feitos Mais Estranhos das Guerras Mundiais **1.30** Macron, Amor à Francesa **3.10** Top 10 Combate

juventude. A realização foi confiada a Dome Karukoski (*Coração de Leão*, *Tom of Finland*); o papel principal, a Nicholas Hoult.

MÚSICA

Não me Sai da Cabeça

RTP1, 23h59

Cada episódio, sua canção. Sílvia Alberto vai ao encontro de músicos, fãs, sociólogos e especialistas vários para tentar perceber por que determinada música tem a capacidade de nos ficar na memória. Imagens de actuações, novas versões e enquadramentos históricos também entram no programa. Esta noite, nos dois primeiros episódios, os alvos são *A paixão (segundo Nicolau da Viola)*, com música de Rui Veloso e letra de Carlos Tê, e *A minha casinha*, cantada por Milú no filme *O Costa do Castelo* e transformada em hino rock pelos Xutos & Pontapés.

O Mundo Inteiro em Casa TVI, 00h

Directo. A TVI é um dos canais que, por todo o mundo, se associam à transmissão de um megaconcerto que une grandes estrelas da música numa maratona solidária, a partir da casa de cada um. Saiba mais na página seguinte.

BAILADO

Carmina Burana

RTP2, 22h45

Estreada em 1937, a famosa cantata cénica de Carl Orff baseia-se em textos descobertos em 1803 num mosteiro beneditino. Toda a acção decorre sob o signo da roda da fortuna, símbolo da Antiguidade para as constantes mudanças da vida. Aqui, é transformada em bailado por obra do coreógrafo francês Claude Brumachon, numa produção para o Grande Teatro de Genebra.

INFANTIL

A Dama e o Vagabundo (V.Port.) TVCine Emotion, 12h20

Estreado em 1955, é um dos mais encantadores clássicos Disney e a maior história de amor canino de todos os tempos. Dama é uma linda cocker spaniel que vive feliz com os seus donos. Mas, quando a dona lhe diz que espera um bebé, tudo muda. Dama foge de casa, enfrentando vários perigos, até que um rafeiro, o Vagabundo, a salva. É amor à primeira vista.

EMDESTAQUE



Música

Megaconcerto solidário junta estrelas de todo o mundo

A cantora Lady Gaga é a coordenadora do megaconcerto solidário que será transmitido este fim-de-semana na Internet e televisões e que reúne, entre outros, Paul McCartney, Stevie Wonder, Eddie Vedder, Alicia Keys, Taylor Swift, Billie Eilish, Jennifer Lopez, Chris Martin, Elton John, John Legend e Andrea Bocelli. Denominado *One World: Together At Home (Um Mundo: Juntos em Casa*, em português), o espectáculo decorrerá com o patrocínio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e tem vindo a ser comparado ao famoso *Live Aid*, de 1985, que arrecadou milhões de dólares para socorrer as vítimas da fome em África.

Desta vez, o objectivo passa por angariar fundos para combater a propagação da pandemia e socorrer as vítimas, mas decorrerá em moldes diferentes: os músicos actuarão em regime intimista, a partir das suas residências ou locais de confinamento. O evento arranca este sábado e será dividido em duas partes, com uma transmissão inicial de seis horas, exclusivamente nas redes sociais dos artistas. A partir da meia-noite (hora de Lisboa), começará a segunda parte, um concerto contínuo de mais de duas horas, que em Portugal será transmitido na TVI, MTV, Canal E! e Rádio Comercial.

PÚBLICO/Lusa



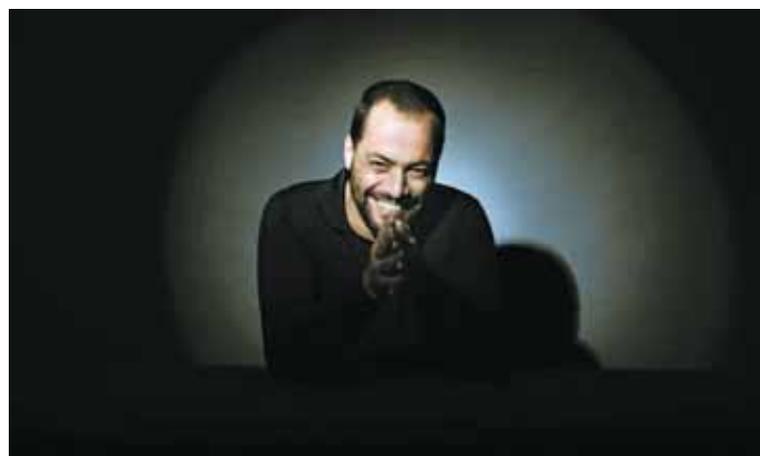
História de Belém, “uma produção do Padrão dos Descobrimentos e da Videoteca Municipal de Lisboa, dirigida a um público mais jovem, que nos mostra a história do sítio mas também os vários espaços que podemos visitar na zona”. **C.A.M.**

Música

Zambujo abre festival virtual

O cantor e compositor António Zambujo é o primeiro convidado de um festival virtual promovido em Portugal por uma marca de cerveja holandesa e intitulado #HeinekenConvidaChallenge. Começa hoje, às 21h30, com uma actuação de Zambujo a partir de sua casa, na página oficial de Instagram do cantor, dando início, segundo os promotores, “a um desafio que vai envolver

vários artistas nacionais, dos mais variados géneros musicais.” Além de temas seus, Zambujo irá cantar também “uma versão de uma música de um ‘artista-mistério’ que admira, desafiando-o a fazer o mesmo com outro convidado musical.” A ideia, segundo os organizadores e patrocinadores (a transmissão é gratuita), é formar “assim uma corrente de artistas que durante as próximas semanas irão partilhar as suas melhores versões com os fãs.” As datas e artistas das seguintes serão anunciados no fim de cada concerto, convidando-se a plateia virtual a participar, partilhando através da *hashtag* #HeinekenConvidaChallenge as suas próprias versões das músicas de cada artista e habilitando-se, segundo os promotores, “a vários prémios e surpresas.” **Nuno Pacheco**



Cinema

Pelos monumentos e sítios

Para não deixar em branco o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, assinalado hoje, o Padrão dos Descobrimentos (Lisboa) propõe um programa em modo confinado. Bem diferente da chamada monumental que todos os anos, por todo o país, nos é apresentada para celebrar este dia, a iniciativa mantém na agenda a importância de celebrar e valorizar os sítios históricos e, ao mesmo tempo, alertar para a necessidade da sua conservação e protecção. Com os visitantes impedidos de se deslocarem ao monumento, vai o monumento a casa de cada um, por assim dizer. No canal Vimeo do Padrão, estão disponíveis dois documentários (até às 24h do dia 19 de Abril): *A Construção de um Símbolo*, de Edgar Medina, sobre a história do padrão que é um dos ex-líbris de Portugal, da autoria do arquitecto Cottinelli Telmo, e *Breve*

Leitura

Contos infantis na salinha do D. Maria

O Teatro Nacional D. Maria II (Lisboa) inaugura um novo espaço, pensado à medida dos mais novos. A Salinha Online abre hoje, às 11h, com *A Grande Viagem do Pequeno Mi*, uma história de Sandro William Junqueira interpretada pelo actor Luís Godinho. Amanhã é a vez de ver e ouvir *O País dos Contrários*, escrito por José Eduardo Agualusa e com leitura de Víctor Yovani. A iniciativa, uma parceria do D. Maria II e do Grupo Ageas Portugal, pretende alimentar a imaginação e o pensamento das crianças dos três aos oito anos, e das respectivas famílias, através de histórias e contos infantis transmitidos online no canal Vimeo e com acesso livre. Repetir-se-á todos os sábados e domingos, sempre às 11h, com novas histórias e cenários, feitos a partir das casas dos vários actores que participam no projecto. Quem não conseguir assistir à hora marcada, pode ver e rever as leituras no catálogo virtual. **C.A.M.**



Culinária

Pela cozinha adentro

Receitas simples, saudáveis e muito saborosas. Este é o ponto de partida da rubrica *Cozinha Adentro* trazida a lume pelo espaço Bio & Saudável do Continente, numa parceria com a SMEG Portugal. Todos os dias, até 22 de Abril, directamente das cozinhas dos *chefs* que responderam ao desafio, há pratos de encher o palato, para servir de inspiração às ementas destes dias. A ideia é simplificar, mantendo sempre as rotinas de uma dieta saudável. Os directos são transmitidos nas redes sociais dos cozinheiros de serviço. Hoje, às 12h30, a bancada está por conta de Filipa Gomes. Até quarta-feira, seguem-se, respectivamente, as propostas de Mafalda Almeida (11h), Ana Monteiro (19h30), Filipa Mercês de Mello (19h30) e Bárbara Oliveira (19h30). **C.A.M.**



CRIANÇAS

lazer@publico.pt

Livros



1.º Direito
Texto Ricardo Henriques
Ilustração Nicolau
Edição Pato Lógico
64 págs., 14,50€ (10% desconto,
<https://www.pato-logico.com>)

“O que fazem as pessoas nos tempos livres?”, começa por perguntar uma menina que, ficamos a saber pouco depois, passa os dias à janela. Chama-se Graça e descreve assim as actividades dos seus pais: “A minha mãe passeia os cães dos velhinhos do bairro e o meu pai joga às cartas de fato de treino.”

E que faz ela? “Eu faço observação de pessoas.” Esta afirmação encima um plano, expressivo e esclarecedor, em que se vê a menina de costas, cotovelos no parapeito e cabeça apoiada na mão. Em frente, a vida na rua e nas casas, com muitas silhuetas a revelar o que se passa para lá das janelas transparentes. (Onde é que eu já vi isto?, pensará o leitor mais crescido. Foi no filme *Janela Indiscreta*, do inigualável Alfred Hitchcock.)

Graça, que está numa quarentena forçada, mas... individual, fala-nos tranquilamente dos habitantes



que já conhece e das suas profissões: uma hospedeira vaidosa (Miss Apertem os Cintos), “um músico mais ou menos famoso” (Roberto Raposa), um casal de advogados que têm “dois gémeos idênticos que choram em estêreo”, a Dona Camomila, que bebe chá “dois jornalistas, um das palavras e outro dos retratos”. Mas o que inquieta a menina é o vizinho

novo. “No 1.º Direito mora um mistério. Deixei-o para o fim porque acabou de se mudar. Há uma semana que observo naquela janela um homem de ar sério, que passa os dias a olhar para o infinito.” A sua imaginação fará com que acredite que planeia um assalto. Por isso muito se assustou quando viu a própria mãe dentro da casa do vizinho. Pouco antes, tinha concluído que o homem tinha uma arma.

Um livro inclusivo (sem fazer disso bandeira), com mistério e humor, num cenário de cores quentes e ilustrações expressivas, a convidar à exploração dos pormenores que cada janela deixa vislumbrar. Apoiado pela Sociedade Portuguesa de Autores, a coincidência de o lançamento ter sido numa altura em que as famílias estão circunscritas ao espaço doméstico faz com que Ricardo Henriques se sinta “um bocadinho um Nostradamus dos tempos modernos”, disse ao P3. E acrescentou: “O livro pode ser mais uma achega para que as pessoas olhem para os vizinhos e tenham curiosidade; não tanto para bisbilhotar, mas ao menos para falarem, imaginarem, cantarem, por aí fora.” Seja.

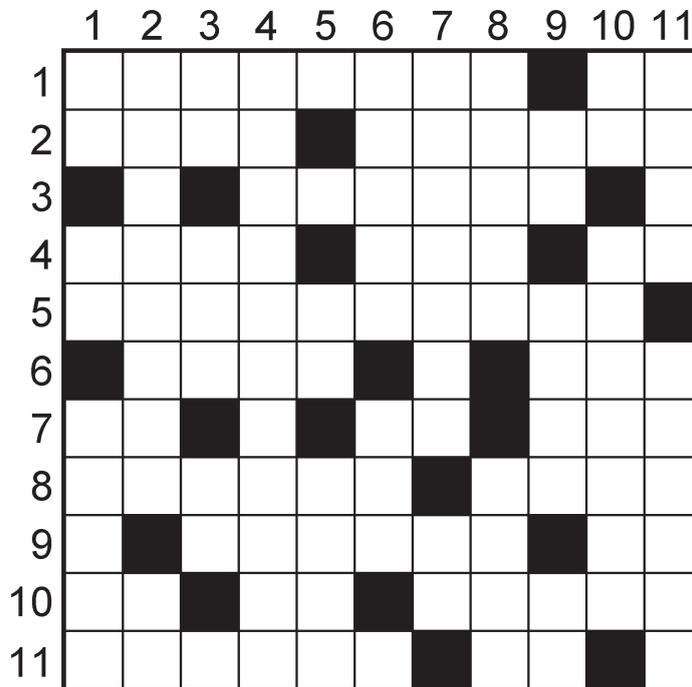
Rita Pimenta



CRUZADAS 10.951

Horizontais: **1.** Clube madeirense, líder da II Liga, é a primeira equipa a regressar aos treinos. Alojamento Local. **2.** Espécie de pato. Amigo. **3.** Desapossar. **4.** Título do soberano russo, no tempo do Império. Viscera dupla. Sociedade Anónima. **5.** Reforçou programação online enquanto cinemas estão fechados. **6.** Rasteiro. Antigo (abrev.). **7.** Cálcio (s.q.). A mim. Passado. **8.** Pele ou sola que se põe nos remos junto ao tolete para que não se desgastem pelo atrito. Acreditar. **9.** Didier (...), ex-futebolista costa-marfinense, "ofereceu" hospital em Abidjan para centro de testes. Rádon (s.q.). **10.** Redução das formas linguísticas "de" e "a" numa só. Elas. Iludida. **11.** Lado oposto à parte ou superfície principal. Antes do meio-dia.

Verticais: **1.** Sódio (s.q.). Numeração romana (200). Rasto luminoso dos cometas. **2.** Apresentaras (razões). Avenida (abrev.). **3.** Comissão Europeia. Nome feminino. Compact Disc. **4.** Um dos produtos de tecnologia cuja compra online aumentou 241%. **5.** Molibdénio (s.q.). Stirling (...), antigo corredor de F1, considerado por muitos "o melhor piloto britânico de sempre" (1929-2020). **6.** Unidade monetária da Nigéria. Mesa da Assembleia Geral. **7.** Sugestão. Prefixo (duas vezes). **8.** O que prende uma coisa a outra. Última palavra dita em "A pele que há em mim", no dueto de Márcia com JP Simões (com vídeo, nas Palavras Cruzadas online do Público). **9.** Atmosfera. Tombar. A unidade. **10.** Abreviatura de Anno Domini. Bernie (...), desistiu das primárias do Partido Democrata e vai apoiar Joe Biden. **11.** Casa comercial. Voltar.



Solução do problema anterior:

Horizontais: **1.** Arrendar. Cm. **2.** Nuelo. Maria. **3.** Descascar. **4.** IMI. Udo. Re. **5.** Álvaro. **6.** Cs. Ira. Reca. **7.** Ucha. Duelar. **8.** Cai. Hopper. **9.** Orago. AT. LA. **10.** Atira. Olor. **11.** Isolado. Uso.
Verticais: **1.** Anuí. Cuco. **2.** Ru. Máscaras. **3.** Redil. Hiato. **4.** Ele. Via. Gil. **5.** Nos. Ar. Hora. **6.** Curado. AD. **7.** Amado. Upa. **8.** Raso. Repto. **9.** RC. Pele. Lu. **10.** Ciar. Carlos. **11.** Marejar. Aro.

BRIDGE

Dador: Este
Vul: NS

NORTE
♠ 754
♥ 10954
♦ K74
♣ Q53

OESTE
♠ 8
♥ QJ87
♦ AQ65
♣ J1094

ESTE
♠ 1032
♥ 3
♦ J109832
♣ 762

SUL
♠ AKQJ96
♥ AK62
♦ -
♣ AK8

Oeste	Norte	Este	Sul
passo	2♥ ²	passo	2♦ ¹
passo	4♠	passo	2♣
Todos passam		passo	6♣

Leilão: Qualquer forma de Bridge. 1. Forcing de partida 2. Nega ases nega dois reis e nega 8 pontos

Carteio: Saída: J♣. De que forma abor-daria este cheleme?

Solução: Não deverá haver problemas a não ser que o naipe de copas esteja 5-0 ou 4-1 sendo o singleton na carta pequena. Começemos então por fazer a primeira vaza com o Ás da mão, preservando a única entrada no morto, a Dama de paus.

O passo seguinte é destrunfar, as vezes que forem necessárias. De seguida, batemos o Ás de copas e continuamos com uma pequena copa da nossa mão.

Se todos assistiram as copas estão 3-2, o jogo acabou e o cheleme está cumprido. Mas, se um dos adversários não assistir (quer agora quer sobre o Ás de copas) ainda temos uma última hipótese: o detentor das copas ter também o Ás de ouros. Porquê? Porque nesta altura esse jogador será forçado a jogar paus (se jogar copas ou ouros cede-nos de imediato o contrato), que nós tomamos com o Rei da mão, desfilamos os restantes trunfos deixando no morto uma copa, o Rei de ouros e a Dama de paus. Jogamos agora um pau para a Dama e o adversário que tiver as copas e o Ás de ouros será vítima de um squeeze simples: se baldar o Ás de ouros fazemos o Rei do morto e a última vaza com o Rei de copas da mão; se balda uma copa bate-mos o Rei de copas para capturar a copa que resta e apresentamos o 6 de copas apurado na vaza final. Basicamente, acrescentamos cerca de 7% às nossas probabilidades de êxito, que não deve ser desperdiçar.

Considere o seguinte leilão:
Oeste Norte Este Sul
♠ KJ32 ♥ 2♦ AQJ10 ♣ 9642

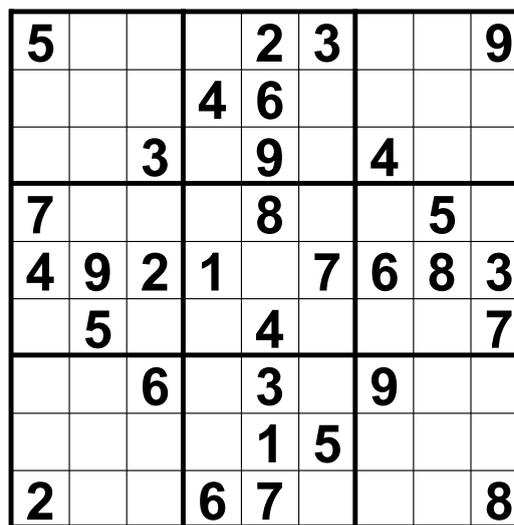
Interviria, ou não, com a mão seguinte?

♠ KJ32 ♥ 2♦ AQJ10 ♣ 9642

Resposta: Marque um ouro. Sim, são apenas quatro cartas quando o prometido são cinco. Mas, duas condições se encontram para que esta intervenção possa ser considerada como sensata: excelente qualidade de naipe e cumprimento no naipe de abertura do adversário.

João Fanha/Pedro Morbey
(bridgepublico@gmail.com)

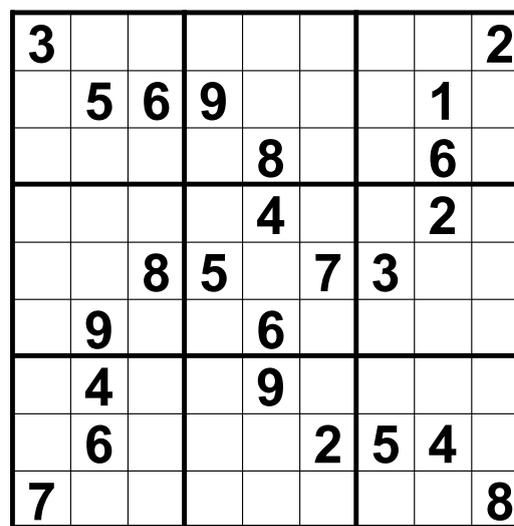
SUDOKU



Problema 9676
Dificuldade: Fácil

Solução do problema 9674

3	2	7	1	9	5	8	6	4
5	9	6	2	8	4	1	3	7
8	1	4	7	6	3	2	9	5
2	7	1	5	4	9	6	8	3
4	6	8	3	1	2	7	5	9
9	3	5	6	7	8	4	2	1
1	4	3	8	5	6	9	7	2
7	8	2	9	3	1	5	4	6
6	5	9	4	2	7	3	1	8



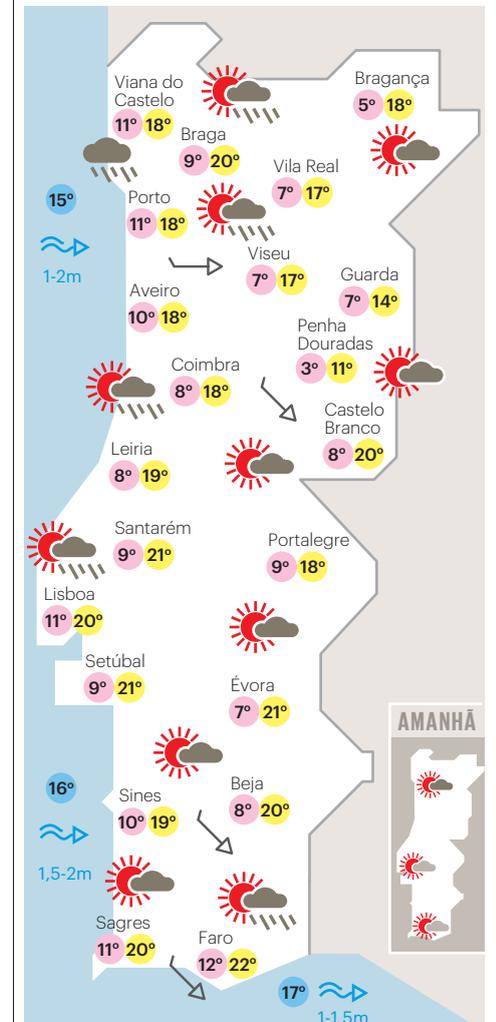
Problema 9677
Dificuldade: Difícil

Solução do problema 9675

9	7	6	5	3	1	4	2	8
4	5	2	8	6	9	3	7	1
1	3	8	7	4	2	6	5	9
5	9	3	1	8	6	7	4	2
6	1	7	9	2	4	8	3	5
2	8	4	3	5	7	1	9	6
8	4	1	2	7	5	9	6	3
3	6	5	4	9	8	2	1	7
7	2	9	6	1	3	5	8	4

© Alastair Chisholm 2008 and www.indigopuzzles.com

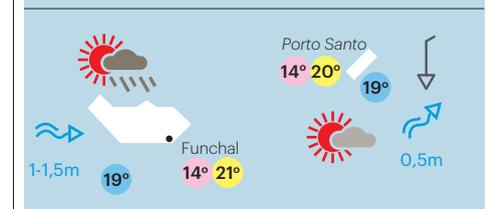
TEMPOPARAHOJE



Açores



Madeira



Sol
Nascente 6h56
Poente 20h17

Lua Nova
23 Abr. 03h26

Marés

	Leixões	Cascais	Faro
Preia-mar	13h39 ▲ 2,8 01h47* ▲ 2,9	13h14 ▲ 2,8 01h23* ▲ 3,0	13h10 ▲ 2,7 01h22* ▲ 2,9
Baixa-mar	07h24 ▼ 1,1 19h37 ▼ 1,2	07h02 ▼ 1,3 19h12 ▼ 1,3	06h52 ▼ 1,2 19h05 ▼ 1,2

Fonte: www.AccuWeather.com

*de amanhã

INICIATIVAS

Público

A nova realidade que nos apanhou de surpresa

Actualidade

Livro Frente ao Contágio
Segunda-feira, 20 de Abril
Por + 10€

“A epidemia do coronavírus é candidata ao título de emergência sanitária mais importante da nossa época. Não a primeira, não a última e talvez nem sequer a mais horrível. É provável que, quando terminar, não tenha produzido mais vítimas do que muitas outras, mas três meses passados sobre o seu aparecimento obteve já um primeiro lugar: o SARS-CoV-2 é o primeiro novo vírus a manifestar-se tão velozmente à escala global.”

Paolo Giordano escreve-nos de um raro dia 29 de Fevereiro, deste ano bissexto. Naquele dia havia mais

de 85 mil pessoas contagiadas em todo o mundo, dos quais 80 só na China. A realidade mudou consideravelmente no último mês e meio, mas esta estranha contabilidade continua a fazer parte da música de fundo de todos nós. “O contágio dá-nos a medida do grau em que o nosso mundo se tornou global, interconectado, inextricável”, escreve Giordano.

O autor viu, de um dia para o outro e tal como todos nós, os seus compromissos anulados por medidas de contenção ou cancelados por iniciativa própria, sem data de reagendamento. Uma suspensão da quotidianidade, uma interrupção do ritmo da vida. As escolas fecharam, os aviões deixaram o ar e nas ruas os passos fazem eco. Giordano decidiu ocupar o vazio escrevendo. “Para não ceder à inquietação e

para preocupar uma melhor maneira de pensar tudo isto. Por vezes a escrita pode ser um lastro que permite manter os pés assentes na terra. Mas há também outro motivo: não quero perder aquilo que a epidemia nos está a revelar sobre nós mesmos.”

A situação é já diferente de quando o autor escreveu estas palavras, como o próprio admite: “Os números serão diferentes [quando estas páginas forem lidas], a epidemia ter-se-á difundido mais (...) mas não tem importância. Certas reflexões que o contágio suscita agora continuarão a ser válidas. Porque tudo o que está a acontecer não é um acidente casual nem um flagelo. E não é realmente novo: já aconteceu e tornará a acontecer.”

Para ler e reflectir, na próxima segunda-feira, com o seu jornal.



o autor PAOLO GIORDANO

Nasceu na cidade italiana de Turim em 1982 e é doutorado em Física. É autor de quatro romances: *A Solidão dos Números Primos* (2018, Premio Strega e Premio Campiello Opera Prima), *O Corpo Humano* (2012), *Negro e Prata* (2014 e 2017) e *Divorare il Cielo* (2018 e 2019). Escreveu para o teatro (Galois e Fine Pena: Ora) e colabora com o *Corriere della Sera*. Na Relógio d'Água tem editadas as obras *A Solidão dos Números Primos* e *Negro e Prata*.

O desafio da educação

Demografia

Colecção Os Portugueses
Vol. 3 - Como Aprendem os Portugueses
Sexta-feira, 24 de Abril
Colecção mensal, por + 1€

Numa altura em que professores, alunos e pais são confrontados com um “inovador” regresso às aulas, “como aprendem os portugueses?” é a pergunta a que Luísa Canto e Castro Loura procura responder.

“Este país preocupa-me, este país dói-me. E aflige-me a apatia, aflige-me a indiferença, aflige-me o egoísmo profundo em que esta sociedade vive. De vez em quando, como somos um povo de fogos de palha, ardemos muito, mas queimamos depressa”, escreveu, a propósito dos portugueses, José Saramago. Também ardente nos seus comentários, António Lobo Antunes afirmou “gosto desta terra. Nós somos feios, pequenos, estúpidos, mas eu gosto disto”. Anos antes, Almada Negreiros já manifestara alguma preocupação com as qualidades dos portugueses: “O Povo completo será aquele que tiver reunido no seu máximo todas as qualidades e todos os defeitos. Coragem, portugueses, só

vos faltam as qualidades”. Eça de Queirós parecia estar de acordo, ao escrever “a criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente e imaginativa. Em geral, nós outros, os Portugueses, só começamos a ser idiotas - quando chegamos à idade da razão. Em pequenos temos todos uma pontinha de génio”. Génio da literatura, Fernando Pessoa afirmou “nunca um verdadeiro português foi português: foi sempre tudo”. E Miguel Esteves Cardoso acrescentou: “Ser português é ser capaz de ser igual a com quem se está. Se temos uma virtude e capacidade, é essa. Temos uma costela de todas as carcaças que há no mundo. Se não formos isso, não somos nada.” E as citações podiam continuar, pois ao longo dos séculos muitos foram os que escreveram sobre os portugueses e aquilo que nos define a todos. Se no campo artístico e literário não faltam contributos nesta área, nem sempre é fácil responder as questões de carácter mais objectivo: Como nascem os portugueses? Como vivem? O que comem? Por que adoecem? Como morrem?

Agora que a maneira como vivemos e socializamos é desafiada como nunca, o PÚBLICO, em parceria com a Pordata e a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), lança um



olhar mais rigoroso sobre a realidade portuguesa com a colecção mensal *Os Portugueses*. O tema do volume do mês de Abril, que na próxima semana é distribuído com o seu jornal, não podia ser mais actual, numa altura em que professores, alunos e pais são confrontados com um “inovador” regresso às aulas.

“Como aprendem os portugueses?” é a pergunta a que a investigadora e directora da Pordata, Luísa Canto e Castro Loura, procura responder. “O caminho para a recente história de sucesso de Portugal nos números da educação – redução do abandono escolar precoce e bons resultados no PISA – foi longo. Ini-

ciou-se no pós-25 de Abril com a democratização do ensino, obrigou a decisões disruptivas e exigiu um grande esforço de professores, alunos, pais e sociedade civil. Neste texto, são os números os principais actores. É com eles que se descrevem os marcos históricos do caminho percorrido e se sinalizam os desafios da educação para o futuro próximo”, afirma a investigadora. “Entre os múltiplos olhares que podemos ter sobre os dados da educação em Portugal, começo por dar destaque ao caminho percorrido. O ponto de partida é a década de 60, aquela que vivenciei enquanto aluna do ensino primário, e irei construindo retratos por grandes períodos: até à Revolução de Abril e ao início da democratização do ensino, os anos do último quarto do século XX e, por fim, o período que decorreu de 2000 até aos dias de hoje. A segunda parte será um olhar mais pormenorizado sobre a realidade recente. Descreve-se a dinâmica de entradas, saídas e prosseguimento de estudos, e as estratégias que foram sendo concebidas para melhorar o ensino e os números da educação. Dar-se-á nota das principais forças que vão impulsionando o sistema”, explica ainda. Para ler e reflectir, todos os meses com o seu jornal.

AGENDA

Segunda, 20

Livro Frente ao Contágio

Uma explicação clara sobre a covid-19 que reduziu o mundo às nossas casas, do aclamado físico e autor italiano Paolo Giordano. Uma oportunidade para repensarmos as nossas relações uns com os outros e com o ambiente.

Sexta, 24

Colecção Os Portugueses Vol. 3 - Como Aprendem os Portugueses

Para celebrar o 10.º aniversário da Pordata, o PÚBLICO associa-se à Fundação Francisco Manuel dos Santos numa colecção inédita de dez volumes que analisam em pormenor os portugueses e os seus hábitos sob diversos prismas, cada um de um conceituado autor na área, com base em dados oficiais.

Pretende receber o seu livro em casa?
Encomende online em loja.publico.pt,
ou através de coleccoes@publico.pt
e 808 200 095/ 210 111 020

Quer saber quais os pontos de venda activos na sua área de residência?
Ligue para 808 200 095 ou 210 111 020

Defesa de Rui Pinto preocupada com escolha de juiz benfiquista

Paulo Registo, magistrado do Tribunal Central Criminal de Lisboa, foi sorteado para julgar o *hacker* português acusado de 90 crimes. A sua ligação aos “encarnados” como adepto deixou a defesa incrédula

Justiça Paulo Curado

Foi com alguma incredulidade que a defesa de Rui Pinto recebeu ontem a notícia de que Paulo Registo, juiz do Tribunal Central Criminal de Lisboa, que irá julgar o processo do criador do *Football Leaks*, é um confesso adepto do Benfica. Várias fotos de *posts* seus ou por si partilhados no Facebook – e que entretanto foram apagados – alusivos ao clube da Luz surgiram publicadas nas redes sociais. O magistrado está também envolvido no julgamento do processo *e-toupeira*, que implica um antigo director do clube “encarnado”.

“É uma situação extremamente preocupante”, confessou ao PÚBLICO Francisco Teixeira da Mota, um dos advogados de Rui Pinto. “Vou reunir com o Rui Pinto e com os outros elementos da defesa para analisar a situação e decidir o que fazer”, adiantou.

Paulo Registo foi sorteado na última terça-feira para presidir a um colectivo de juízes, do qual fazem ainda parte Ana Paula Conceição e Helena Leitão, que irá julgar Rui Pinto (em data ainda a determinar), acusado de 90 crimes.

Este é o mesmo colectivo que vai julgar o processo *e-toupeira* (que aguarda decisão referente a um recurso pendente), no qual o principal arguido é Paulo Gonçalves, ex-assessor jurídico da SAD (Sociedade Anónima Desportiva) do Benfica, cargo que abandonou no âmbito deste processo. Neste caso, a juíza titular será Ana Paula Conceição.

O sorteio de Paulo Registo foi confirmado ao PÚBLICO por Francisco Teixeira da Mota, já que a defesa de Rui Pinto, representada pela advogada Luísa Teixeira da Mota, esteve presente no sorteio de terça-feira no Campus da Justiça, em Lisboa. O outro advogado do hacker português é o francês William Bourdon, que já defendeu Julian Assange (WikiLeaks), Hervé Falciani (Swissleaks), Antoine Deltour (Luxleaks) e Edward Snowden, entre outros.

O que a defesa de Rui Pinto não sabia era a ligação de Paulo Registo



Rui Pinto ainda não sabe quando vai responder em tribunal por 90 crimes, mas já conhece o nome do juiz que o vai julgar

ao Benfica, como adepto. Ontem de manhã começaram a circular nas redes sociais fotos com alguns posts de Facebook do juiz alusivos a esta simpatia clubística activa.

Posts polémicos

Os registos originais terão sido, entretanto, removidos ou deixaram de estar visíveis. Num deles, o juiz partilha uma publicação intitulada “Ser Benfiquista É ser Especial”, que critica a arbitragem do clássico FC Porto-Benfica (3-2), disputado a 8 de Fevereiro, relativo à 20.ª jornada da Liga desta temporada.

No mesmo *post*, publicado a 10 de Fevereiro, exige-se a saída do presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, com o comentário “Fontelas Gomes cbrao [sic] pede a demissão”.

A escolha de Paulo Registo motivou também a indignação de Ana Gomes.

“Não dá para acreditar!”, reagiu na sua conta na rede social *Twitter* a antiga eurodeputada, que tem defendido a libertação de Rui Pinto. “Quando é que o Conselho Superior da Magistratura vai extrair consequências da investigação sem sorteios de juízes? Que filtros são metidos no algoritmo? Saem os juízes de baixa e entram só fãs do SLB [Sport Lisboa e Benfica] para julgamentos como o *e-toupeira* (a aboborar...) e o de Rui Pinto??? Registo??? Registamos!”, ironizou.

Já a juíza presidente da comarca de Lisboa, Amélia Almeida, garantiu ao PÚBLICO que a distribuição deste processo “foi electrónica e pública”, referindo que Paulo Registo não irá pronunciar-se sobre este assunto.

Para além de criador da plataforma de denúncia *Football Leaks*, o *hacker* português é ainda acusado de ter sido o mentor do *blogue* Mercado de Benfca. Aqui foram divulgados *emails* e

ficheiros de vários processos judiciais onde os “encarnados” estavam envolvidos, inclusivamente elementos relativos ao *e-toupeira*.

Mais recentemente, Rui Pinto – também responsável pelas revelações do *Luanda Leaks*, envolvendo Isabel dos Santos, filha do antigo presidente de Angola José Eduardo dos Santos – acusou directamente o clube da Luz de ser “um polvo de influências entre a elite” portuguesa, com boas relações com a polícia, procuradores e políticos”, numa entrevista à revista alemã *Der Spiegel*, publicada em Dezembro do ano passado.

Pronunciado por um crime de tentativa de extorsão, seis de acesso ilegítimo, 68 de acesso indevido, 14 de violação de correspondência e um de sabotagem informática, Rui Pinto aguarda pela data do início do julgamento. Inicialmente, eram 147 os crimes que pendiam sobre o *hacker*,

mas acabaram por cair 57, de violação de correspondência, pelos visados não terem apresentado queixa.

Depois de ter sido detido na Hungria em Janeiro de 2019, Rui Pinto foi extraditado para Portugal, onde ficou em prisão preventiva durante praticamente um ano. Desde 8 de Abril que está em prisão domiciliária, numa habitação da Polícia Judiciária. “Ele ali não tem acesso à Internet ou a jornais, tem apenas uma televisão”, revelou Francisco Teixeira da Mota, que deverá encontrar-se com o seu cliente durante este fim-de-semana.

A alteração da medida de coacção foi justificada pela decisão do arguido em se disponibilizar para colaborar com a justiça portuguesa. Rui Pinto já há muito que coopera com autoridades judiciais de França, Bélgica e Holanda.

DESPORTO

Premier League sem data para regressar

Futebol
Nuno Sousa

Clubes reuniram-se ontem e concordaram em retomar a competição só quando for seguro à porta fechada. Testes são uma exigência

Da reunião entre os clubes da Premier League agendada para ontem esperava-se que saísse uma luz de orientação sobre o eventual regresso aos relvados, mas o que os emblemas ingleses concluíram foi que ainda é cedo para prognósticos. Numa altura em que as medidas de confinamento decretadas pelo Governo se mantêm em vigor, ficou acordado aguardar pelo parecer das autoridades e tornar os testes à covid-19 num requisito para retomar a competição.

“Esta reunião deu-nos uma oportunidade para discutirmos modelos de calendarização. Continua a ser a nossa intenção completar a época 2019-20, mas nesta altura todas as datas são hipotéticas, enquanto o impacto da covid-19 cresce”, revelou um porta-voz da Premier League, de acordo com a agência Reuters.

Reforçando que todos estão a trabalhar sobre “cenários complexos”, a palavra de ordem tem sido cautela na abordagem do futuro imediato. “Estamos em conversações com os accionistas, operadores de televisão, e o nosso objectivo é garantir que estamos numa posição de recomendar a jogar, logo que for seguro fazê-lo, com o total apoio do Governo.”

É, pois, transversal a intenção de só regressar aos relvados quando as autoridades de Saúde derem luz verde. Já a Football League (EFL), que representa as três divisões abaixo da Premier League, defende que não se deve retomar os treinos antes de 16 de Maio.

Em estreita colaboração com os médicos para traçarem um cenário de minimização de risco no momento do regresso, os clubes da Premier League encaram os testes ao novo coronavírus como um passo essencial. No pressuposto de um retorno à acção, sempre à porta fechada, a intenção é testar todos os agentes envolvidos na realização de cada jogo, dentro e fora do relvado.

nsousa@publico.pt



Breves

Futebol
Acesso sul-americano ao Mundial 2022 arranca em Setembro

O arranque da fase de qualificação sul-americana para o Mundial 2022, que tinha sido adiado devido à pandemia de covid-19, vai realizar-se em Setembro. De acordo com a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), as eliminatórias vão iniciar-se nas datas fixadas pela FIFA, entre “4 e 8 de Setembro, no formato previamente estabelecido”. A primeira ronda do apuramento vai proporcionar um duelo entre dois treinadores portugueses, com a Colômbia, de Carlos Queiroz, a receber a Venezuela, comandada por José Peseiro. Quanto à Taça Libertadores e à Taça Sul-Americana, ainda não há datas para serem retomadas.

Ténis
Sobrecarga no calendário obriga a adiar Laver Cup

A quarta edição da Laver Cup em ténis, que deveria desenrolar-se entre 25 e 27 de Setembro, foi cancelada por coincidir com outros grandes torneios da modalidade, devido à pandemia de covid-19, mas voltará em 2021. “Anunciamos que a Laver Cup não se vai realizar em 2020, mas vai regressar em 2021, em Boston. Isto está relacionado com as mudanças no calendário internacional que criaram conflitos com outros grandes eventos do ténis internacional”, comunicou a organização desta prova de exibição, fundada pelo suíço Roger Federer, que reúne uma equipa de jogadores europeus e outra de atletas do resto do mundo. O suíço, de resto, considera o adiamento como “a coisa certa a fazer”.

Planisférico

O escritor, o craque e Cruz de Malta contra Cruz de Cristo

Futebol internacional
Marco Vaza

Rubem Fonseca era grande adepto do Vasco da Gama, tal como Pelé, que chegou a jogar pelos vascaínos quando tinha 16 anos

Pelé foi do Santos e do Brasil. Também foi do Cosmos de Nova Iorque e da equipa dos Aliados no *Fuga para a Vitória*. E, durante um piscar de olhos, em 1957, jogou no Vasco da Gama, clube de muitos adeptos ilustres da cultura brasileira, um deles Rubem Fonseca, nome maior da literatura em língua portuguesa que morreu há poucos dias. Nunca falou do seu amor pelo Vasco (na verdade, não falou sobre nada, porque não dava entrevistas), mas não era nenhum mistério. Era adepto de bancada e de bandeira na mão, que levava os filhos ao Maracanã e ao São Januário. Quem conviveu de perto com ele, dizia que Rubem Fonseca adorava falar de futebol. E ao amigo (também escritor) Edilberto Coutinho terá dito esta frase: “O maior momento da vida de Pelé foi vestir a camisola do Vasco quando esteve aqui emprestado pelo Santos.”

A frase, transcrita num obituário do site *Trivela*, dedicado ao escritor, foi retirada de um artigo do jornal carioca *Diário de Notícias* de 1973 e evoca os tais breves momentos em que um dos melhores jogadores de todos os tempos, que jogou quase duas décadas no paulista Santos, usou o emblema da Cruz de Malta em três jogos, um deles frente ao português Belenenses. O que Rubem Fonseca não sabia (ou, se calhar, até já sabia) é que esta frase, feita em partes iguais de orgulho vascaíno e inveja por não ter tido o “Rei” durante 20 anos, era a mais pura das verdades. Mas já lá iremos.

Em 1957, o Belenenses foi um dos convidados a participar no Torneio Internacional do Morumbi. Os “azuis” do Restelo levavam na comitiva Mata-teu e Vicente Lucas, entre outros, e ficaram no grupo do Rio de Janeiro, que iria jogar no Maracanã. A abrir, a 16 de Junho, o emblema da Cruz de Cristo iria defrontar um combinado de jogadores do Vasco da Gama e do Santos (que tinha a sua equipa principal numa digressão pelo mundo).



A equipa do Vasco da Gama com Pelé no seu “onze”

Pelé, então com 16 anos, estava nessa equipa que alinhou com o emblema da Cruz de Malta, e o jogo foi dele: marcou três golos na vitória do combinado Vasco/Santos por 6-1, os seus primeiros no Maracanã, onde, mais de 12 anos depois, marcaria aquele que está fixado na sua estatística oficial como o seu golo 1000 (de penálti, pelo Santos, contra o Vasco).

Para o Belenenses, foi uma participação sem história. Voltou a perder contra o Flamengo (3-1) e nem chegou a fazer o terceiro jogo com o Dínamo Zagreb. Pelé ainda fez mais dois jogos e mais dois golos com a camisa do Vasco neste torneio, que teria depois a sua fase final em São Paulo – onde o misto Vasco/Santos usaria a camisola da equipa paulista. Pouco depois, Pelé seria chamado pela primeira vez à selecção brasileira e, no Verão do ano seguinte, seria campeão do mundo pela primeira vez.

Avancemos até ao ano de 2020. Pelé, agora com 79 anos, lembrou que o seu coração sempre pertenceu ao Vasco da Gama e que nunca foi do Santos. “Não fui vascaíno. Ainda sou, para quem não se lembra”, confessou Pelé sobre um amor que já era público desde 1977, revelado numa entrevista televisiva.

O coração de Pelé era ocupado pelo Vasco da Gama, tal como o de Rubem Fonseca. E a paixão pelo Vasco também pingou para a sua obra. Num dos seus romances, *O Seminarista* (2009, Sextante), a personagem principal, um assassino a soldo que só matava

“gente ruim”, é adepto do Vasco porque “fez um time com pretos e pobres” – o Vasco foi um clube pioneiro nos anos 20 na luta contra o elitismo racial e social que existia no futebol brasileiro. A paixão de Rubem Fonseca talvez se explique, então, pela importância histórica do Vasco ou pelas suas origens portuguesas – os pais eram de Trás-os-Montes.

Pelé tem uma aparição breve num conto dedicado ao futebol chamado *Abril, no Rio, em 1970*, incluído na colectânea *Feliz Ano Novo*, um livro editado com enorme sucesso em 1975. É a história de um jovem aprendiz de futebolista que trabalha como contínuo num escritório e que tenta a ascensão social através do futebol – e tenta convencer a namorada, que “é fogo”, a não o puxar para a cama porque tem jogo no dia seguinte e quer mostrar-se ao treinador de um clube grande. Só que Nely, a namorada, não acreditou. “Tive vontade de dizer mais”, pensou o jovem aspirante a craque na palavras de Rubem Fonseca. “Mas fiquei com medo que ela quebrasse outro prato na minha cabeça.”

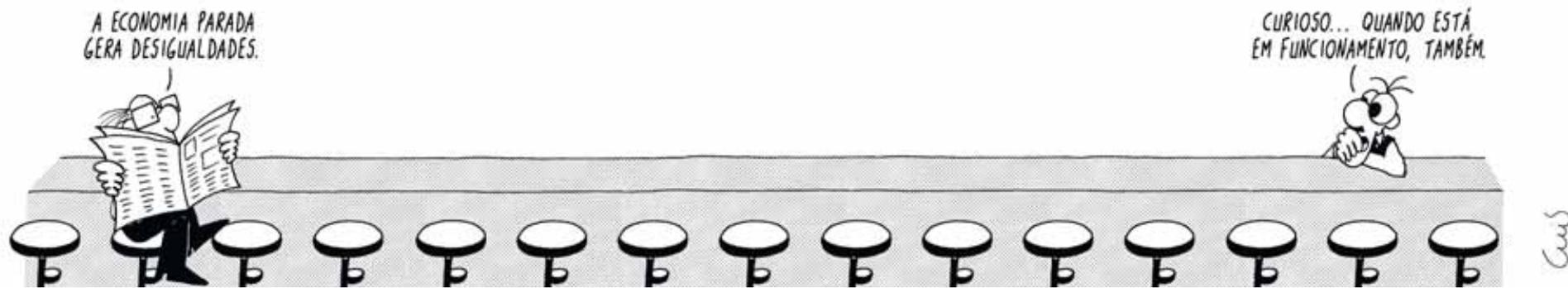
mvaza@publico.pt

Planisférico é uma rubrica semanal sobre histórias e campeonatos de futebol periféricos

Ver mais em
www.publico.pt/planisferico

Sábado, 18 de Abril de 2020

BARTOON LUÍS AFONSO



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Não, não é uma gripe. E não, não é o fim do mundo



João Miguel Tavares

É cada vez mais provável que a pandemia da covid-19 fique a meio caminho entre um vírus brutalmente letal, que nos obrigaria a ficar fechados em casa durante meses a fio, e um vírus relativamente vulgar, cujos efeitos na saúde pública não divergiriam muito de uma gripe sazonal violenta. A covid-19 não é uma coisa nem outra, e isso é em si mesmo um desafio. O facto de o ser humano ser melhor a lidar com pretos e brancos do que com zonas cinzentas faz com que um vírus que aterra a meio da ponte entre a irrelevância e o caos tenha tudo para potenciar os erros políticos e complicar o debate público. Como já está a acontecer.

Para não multiplicarmos as asneiras, talvez a primeira coisa

que cada um de nós deva fazer é começar por recusar os dois extremos do problema. Embora seja impossível conhecer a taxa de letalidade da covid-19, por ignorarmos a percentagem de população infectada, parece-me muito pouco inteligente insistir na comparação da covid-19 com a gripe. Isso é diariamente desmentido pelos médicos e enfermeiros que estão na primeira linha. É verdade que ainda não sabemos quanto é que a doença mata, mas já todos vimos como mata, e o poder da pandemia na destruição de qualquer sistema de saúde que não esteja preparado para a enfrentar. Portanto, neste momento, estou convencido que no dia 13 de Março António Costa tomou a decisão certa ao decretar a quarentena: precisávamos de ganhar tempo, travar a curva exponencial e fortalecer os meios do SNS. Até pode ser que venhamos a duvidar, no futuro, da eficácia da quarentena (não creio, sinceramente), mas naquela altura, até pelo alarme social

instalado, não havia outra coisa a fazer.

Dito isto, é importante olhar também para o outro extremo – o extremo, com bastantes mais adeptos, do Portugal assustado, com salário assegurado e bolsos aforrados (estou mesmo convencido de que é isso que define, em primeiro lugar, o posicionamento de cada um face a esta crise), que acredita que ficar em casa é a única coisa racional a fazer. Esta posição, em meados de Abril de 2020, com a actual taxa de progressão da doença, é tão absurda quanto a tese da equivalência à gripe. E o facto de António Costa ter sido muito rápido a decretar a quarentena, mas estar a ser muito lento a redefinir as condições da reabertura progressiva da actividade económica, deixa-me preocupado quanto à capacidade do Governo em equilibrar o combate ao vírus com o combate à devastação económica. O perigo da covid-19 e os números que Portugal apresenta diariamente (até já Marcelo veio falar do “milagre português”) não

justificam que continuemos a sacrificar 6,5% do PIB a cada 30 dias em *lockdown*. O país gasta cerca de 9% do PIB em cuidados de saúde. Um mês e meio de confinamento custa a Portugal o equivalente a todo o orçamento anual do SNS.

Mesmo em países que reagiram com atraso à covid-19, como é o caso dos Estados Unidos, as previsões estão a ser corrigidas e o número de mortos ficará longe das catástrofes anunciadas. Dizer isto não é desvalorizar o perigo da covid-19 – é apenas sublinhar que temos de aprender a viver com a doença, e mais vale ganhar agora o tempo de que poderemos precisar no Inverno. Estou convicto de que a decisão de decidir na primeira metade de Abril manter as escolas encerradas até Setembro justifica-se mais pelo pânico do que pela ciência. Andamos a confundir a prudência com o medo, e nunca foi tão importante distinguir uma coisa da outra.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

HOJE
Colecção
Watchmen
Vol. 10
- A Hora Final



Por +
9,90€

encomende também
em loja.publico.pt

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euromilhões 16 28 32 37 45 1 11 **1.º Prémio** 66.000.000€ **M1lhão RRL 36083**

P Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogais; Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral
E-mail publico@publico.pt Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00.
Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, n.º 50- Morelena - 2715-029 Pêro Pinheiro Telef.: 219677450 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aqualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Março 26.671 exemplares Membro da APCT

VISAPRESS
Direitos de Autor Protegidos



ESCOLHA OS FACTOS. APOIE O PÚBLICO



Aponte para aqui a câmara ou aplicação do seu telefone e carregue no link que aparece

OU CONTACTE-NOS

publico.pt/assinaturas | assinaturas@publico.pt
808 200 095 (DIAS ÚTEIS DAS 9H ÀS 18H)



**A verdade
faz-nos mais
fortes**

PUBLICIDADE

P



Estes são rostos de quem há um mês assegura a linha da frente no combate ao coronavírus. Da secretaria à unidade de cuidados intensivos, do pessoal de emergência médica à empregada de limpeza, eles são a última hipótese, quando falham as medidas de prevenção. A luta em que todos estamos envolvidos tem heróis. Não os esqueceremos.

